UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CULTURAS E IDENTIDADES BRASILEIRAS

LEANDRO MENDES NOGUEIRA

A interpretação de Ignácio Rangel e o Brasil do "milagre" e "antimilagre" econômico

Versão Corrigida

SÃO PAULO 2017

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CULTURAS E IDENTIDADES BRASILEIRAS

A interpretação de Ignácio Rangel e o Brasil do "milagre" e "antimilagre" econômico

LEANDRO MENDES NOGUEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Culturas e Identidades Brasileiras do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Área de concentração: Estudos Brasileiros

Orientador: Prof. Dr. Alexandre de Freitas Barbosa

Versão Corrigida

SÃO PAULO

2017

LEANDRO MENDES NOGUEIRA

A interpretação de Ignácio Rangel e o Brasil do "milagre" e "antimilagre" econômico

MESTRADO

IEB/USP

2017

NOGUEIRA, Leandro Mendes. A interpretação de Ignácio Rangel e o Brasil do "milagre" e "antimilagre" econômico. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação "Culturas e Identidades Brasileiras" do Instituto de Estudos Brasileiros, através da linha de pesquisa: Brasil: tensões, rupturas e continuidades entre passado, presente e futuro, sob orientação do professor Dr. Alexandre de Freitas Barbosa. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017.

DATA DA BANCA:

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr	Instituição:	
Julgamento:	Assinatura:	
Prof. Dr	Instituição:	
Julgamento:	Assinatura:	
Prof. Dr	Instituição:	
Julgamento:	Assinatura:	

AVALIAÇÃO:

"Será que nunca faremos senão confirmar
A incompetência da América católica
Que sempre precisará de ridículos tiranos?
Será, será que será que será que será
Será que esta minha estúpida retórica
Terá que soar, terá que se ouvir
Por mais zil anos?"
(Podres Poderes - Caetano Veloso)

Ao povo brasileiro, dedico.

Sumário

INTRODUÇÃO	11	
CAPÍTULO I – O PENSAMENTO DE IGNÁCIO RANGEL: UMA INTERPRE	-	
BRASIL	14	
1.1. IGNÁCIO RANGEL: TRAJETÓRIA E INTERLOCUTORES	14	
1.2. A Dualidade Brasileira	27	
1.3. A DIALÉTICA DA CAPACIDADE OCIOSA	39	
CAPÍTULO II – "DIÁLOGOS" ENTRE IGNÁCIO RANGEL, CAIO PRADO J	R., CELSO	
FURTADO E FLORESTAN FERNANDES	45	
2.1. Premissas metodológicas para interpretar o Brasil: algumas con	TRIBUIÇÕES	
	46	
2.2. DESENVOLVIMENTO E NATUREZA DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA	55	
2.3. A QUESTÃO AGRÁRIA	65	
2.4. Industrialização brasileira	78	
CAPÍTULO III – BRASIL DO "MILAGRE" AO "ANTIMILAGRE" ECONÔM	IICO90	
3.1. O "MILAGRE" ECONÔMICO BRASILEIRO	90	
3.1.1. Os antecedentes do "antimilagre"	93	
3.2. O "ANTIMILAGRE" ECONÔMICO BRASILEIRO	96	
3.2.1. A alternativa rangeliana para a saída da crise	97	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115	

RESUMO

Essa dissertação tem como propósito compreender a interpretação de Ignácio Rangel sobre o Brasil, destacando sua análise acerca da transferência de recursos ociosos (presentes no âmbito dos bens de produção, o chamado Departamento I) para as áreas estranguladas da economia (os serviços de utilidade pública), que ocorreria através da concessão de serviços públicos à iniciativa privada. Essa transferência provocaria uma expansão dos serviços de utilidade pública e a consequente expansão da demanda global, e criaria um vigoroso capitalismo financeiro nacional. Essa seria a alternativa rangeliana para a saída da crise dos anos 1980, o período do "antimilagre" econômico.

Para compreendermos a proposta das concessões, se faz necessário apresentarmos algumas de suas teses: dualidade básica, o eixo estruturador do seu pensamento; dialética da capacidade ociosa; e o papel do Estado e do setor privado.

A abordagem do pensamento rangeliano, além do mergulho em sua própria obra, será apoiada na análise da trajetória política e profissional do autor, das relações com seus interlocutores e, também, do diálogo que estabelece, nem sempre explícito, com Caio Prado Jr., Celso Furtado e Florestan Fernandes, intérpretes brasileiros contemporâneos a Rangel, que refletiram sobre a natureza e as especificidades do desenvolvimento brasileiro. Essa análise tem por intuito, afinal, situar as contribuições de Rangel como interpretações relevantes da realidade brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Ignácio Rangel; Dualidade Básica; Interpretação do Brasil; Recursos Ociosos; Concessões; "Antimilagre" Econômico.

ABSTRACT

This dissertation aims to understand Ignácio Rangel's interpretation of Brazil, highlighting his analysis of the transfer of idle resources (present among production goods, the so-called Department I) to strangled areas of the economy (such as public services), which would occur through the concession of public services to private initiative. This transfer would promote an expansion of public services and a consequent expansion of global demand, and would also create a vigorous national financial capitalism. This would be the Rangelian alternative to face the crisis of the 1980s, the period of Brazil's economic "antimiracle".

In order to understand the concessions proposal, it is necessary to present some of Rangel's thesis: the basic duality, the structural axis of his thought; the dialectics of idle capacity dialectics; and the role of the State and the private sector.

This approach of the Rangelian thought, besides delving into his writings, is also going to be supported by an analysis of his own political and professional trajectory and by the not always explicit dialogues he establishes with other Brazilian authors such as Caio Prado Jr., Celso Furtado and Florestan Fernandes, who also reflected upon the nature and the specific features of Brazilian development. Finally, this analysis intends to situate Rangel's contributions as relevant interpretations of the Brazilian reality

Keywords: Ignácio Rangel; Basic Duality; Interpretation of Brazil; Idle Resources; Concessions; Economic "Antimiracle".

AGRADECIMENTOS

O desafio da interdisciplinaridade é enorme no Brasil e no mundo, num contexto de crescente especialização disciplinar no universo educacional e acadêmico. Pensar e encontrar soluções para os problemas do Brasil nos marcos disciplinares parece uma tarefa difícil, eu diria mesmo impossível. É nesse sentido que meu primeiro agradecimento é direcionado ao Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo e seus professores, alunos e funcionários, que tem se esforçado no sentido contrário ao *status quo* dominante nas universidades. Tanto pensar o Brasil como pensá-lo a partir de uma proposta interdisciplinar não tem sido tarefas atraentes e, por isso, acredito no papel desempenhado pelo instituto em estimular tais caminhos. O IEB me proporcionou um aprendizado e tanto.

Essa pesquisa jamais poderia ter sido concretizada sem o apoio do meu orientador, Alexandre de Freitas Barbosa. Que acreditou nessa pesquisa e que em inúmeras ocasiões esteve disponível e atento as minhas demandas. Aprendi muito em suas aulas, da graduação à pósgraduação. Ele foi um incentivo à leitura do Florestan Fernandes, Caio Prado, Celso Furtado e, sobretudo, Ignácio Rangel. Serei sempre grato a você, pela paciência, dedicação e pelo conhecimento proporcionado.

Meus agradecimentos:

Aos professores da Universidade de São Paulo: Armen Mamigonian e Mónica Arroyo (FFLCH), Jaime Tadeu (IEB), principalmente Paulo Iumatti (IEB) e Alexandre Saes (FEA), que participaram da qualificação dessa dissertação e contribuíram em vários momentos para o desenvolvimento dela. Ao Elias Jabbour (UERJ), Márcio Rogério (UFSC) e ao eterno amigo: Antônio Carlos Pinheiro (UFPB). Agradeço a todos os professores, desde o ensino básico, que desempenharam e desempenham esse brilhante ofício e foram fundamentais na minha formação. Vocês serão sempre as minhas referências de vida e profissão.

Aos amigos (as): Danila Boer, Danilo Batista, Diego Hiroshi, Elisandra Silva, Fabíola Durães, Fagner Araújo, Henrique de Barros, Laís Medeiros, Luís Fernando, Luiz Rafael, Manoel Vinicius, Marília Magalhães, Tomie de Rosa e Vitor Hélio, que acompanharam e contribuíram de alguma forma nesse percurso, com amizade, música, boemia e muitas conversas. Ao Carlos Rainov, por ter me acolhido em seu lar e por ter compartilhado da sua sabedoria. Foram fundamentais as noites que nos perdemos entre músicas, vinhos e longas conversas. Com você eu amenizei os meus conflitos e compreendi melhor a minha essência.

Aos alunos, professores e funcionários da Escola Estadual Professora Maria Ribeiro, Escola Técnica Estadual de Heliópolis, Colégio Pentágono e Colégio Santa Marina.

Ao Instituto Brincante, especialmente a professora Letícia Doretto, por possibilitar, através da dança afro-brasileira, transcender com o corpo e apaziguar a minha alma.

Ao Michel Félix, pelo companheirismo e amor que me foi dedicado.

Ao Luís Veras, que ao final dessa dissertação, em um quarto de tempo, tornou-se meu ponto de equilíbrio e fez com que esses dias não fossem tão solitários, com muita música, amor e carinho.

A minha família, por ter me apoiado sempre. Aos meus irmãos: Daniela e Júnior, por todos os bons e difíceis momentos que passamos juntos. Aos meus pais, Amarildo e Maria, pelo amor, subsídio e confiança. Sem vocês, nada disso teria sido possível.

INTRODUÇÃO

Ignácio Rangel faz parte de uma geração de intérpretes que desenvolveu uma metodologia de análise para entender a natureza e as especificidades do desenvolvimento brasileiro. Com uma capacidade analítica inovadora, o economista maranhense participou de importantes momentos da história econômica do país, no governo de Getúlio Vargas, na Assessoria Econômica da presidência e, posteriormente, no governo de Juscelino Kubitscheck, no BNDES; tornando-se, assim, um militante do desenvolvimento brasileiro.

A obra de Ignácio Rangel é composta por alguns livros de fôlego e inúmeros artigos, o que representa um enorme desafio para quem pretende conhecer a fundo o seu pensamento. As teses defendidas pelo autor são conhecidas de forma fragmentária e, no geral, por um público especializado. Uns conhecem sua teoria sobre a inflação brasileira, outros a polêmica abordagem da "privatização" dos serviços de utilidade pública ou sobre a questão agrária. Essa forma fragmentária representa, por exemplo, alguns dos principais obstáculos que muitos estudiosos encontram para compreender a densidade analítica desenvolvida pelo autor. Defendemos, nessa dissertação, que sem a compreensão do todo, ou melhor dizendo, das suas principais teses, sobretudo a teoria da dualidade básica, torna-se bastante complicado ou mesmo impossível apreender a complexidade do seu pensamento.

Rangel não pertenceu ao universo acadêmico profissional, um dos motivos que o afastou dos currículos universitários e ajuda a explicar o manto de silêncio a que foi submetida sua obra. No entanto, essa explicação seria por demais limitada, se não considerássemos que esse silenciamento tem a ver, sobretudo, com a singularidade teórica do autor, sua escrita prolixa e suas reflexões polêmicas em torno de alguns temas, que não agradavam a esquerda e nem a direita.

Assim, interessa-nos acessar a realidade brasileira instruídos por esse referencial interpretativo e ressaltar a singularidade do seu pensamento e, consequentemente, compreender as particularidades do desenvolvimento brasileiro segundo o seu enfoque.

Para isso, no primeiro capítulo, abordaremos o fio condutor de sua obra, a sua tese da dualidade básica. Trata-se de uma construção analítica que articula contribuições do materialismo histórico marxista e das teorias dos ciclos e crises de Kondratieff e Juglar, à formação econômica e social brasileira, no intuito de entender sua dinâmica e suas especificidades. A dualidade é uma combinação de relações de produção próprias de diferentes modos fundamentais de produção, compondo um modo de produção complexo. Como não foi

incorporada, a não ser simplificadamente, no debate acerca do desenvolvimento brasileiro, a tese da dualidade ainda permanece como uma interpretação a ser explorada.

A partir da tese da dualidade, para efeitos analíticos, analisaremos de modo sucinto a tese da dialética da capacidade ociosa e a tese da inflação brasileira. A dialética da capacidade ociosa está na raiz dos nossos ciclos endógenos, além de determinar o ritmo do nosso desenvolvimento industrial, revelando simultaneamente capacidade ociosa em alguns setores da economia e pontos de estrangulamento em outros. Já a tese da inflação é fundamental para compreender o papel que ela desempenha no desenvolvimento brasileiro como mecanismo de defesa da economia contra a tendência à depressão. A inflação é uma expressão cíclica que demonstra a existência de capacidade ociosa na economia e, portanto, possui relação com os ciclos endógenos e com os movimentos de expansão e recessão da economia.

Marx e Lênin foram as principais referências teóricas de Ignácio Rangel. Porém, o seu ecletismo intelectual não o impediu de trabalhar com autores como Adam Smith, Joseph Schumpeter e John M. Keynes. Pelo contrário, procurou processar as diferentes teorias econômicas sempre atentando em formular os instrumentos adequados em vista do entendimento de nossa economia. Para entendermos melhor essa construção analítica, abordaremos algumas interlocuções que Rangel realiza e que foram fundamentais na edificação do seu pensamento, assim como abordaremos, também, sua trajetória política e profissional como eixo importante dessa edificação.

No caso periférico, mais especificamente no caso brasileiro, Rangel destacava que as especificidades eram fundamentais para se perceber como a sequência de "etapas", concebidas historicamente no desenvolvimento brasileiro, se distinguira da trajetória do centro capitalista durante seu processo de formação. Assim, abriu espaço em sua teoria para a adaptação crítica das teses econômicas existentes para analisar o Brasil em sua inserção específica na economia mundial.

No capítulo 2, realizamos uma espécie de "diálogo" silencioso, nem sempre explícito, entre Ignácio Rangel, Caio Prado Jr., Celso Furtado e Florestan Fernandes. A agenda de perguntas desses autores dialoga e é semelhante em vários aspectos: ainda que partam de interpretações distintas sobre os dilemas da sociedade brasileira, havia entre eles uma preocupação comum em torno de alguns temas da problemática do desenvolvimento brasileiro como a natureza da revolução brasileira, a questão agrária e o processo de industrialização.

Esses autores possuem alguns pressupostos metodológicos comuns que são fundamentais para interpretar o Brasil, ainda nos dias de hoje. Reforçam, por exemplo, a necessidade de construir uma interpretação com base nas especificidades brasileiras. Apesar de

explorarmos alguns elementos de convergência e divergência de ideias entre eles, nosso maior intuito é identificar as contribuições de Rangel e como situam suas ideias no pensamento brasileiro, como um dos nossos intérpretes.

No capítulo 3, abordaremos a análise que Rangel fez da crise econômica brasileira na década de 1980, o período do "antimilagre" econômico, e a conclusão a que chega, da necessidade de conceder os serviços de utilidade pública à iniciativa privada. A crise da economia brasileira só poderia ser superada com a abertura de novas áreas de investimento. Para isso era necessária uma mudança nos papéis do Estado e do setor privado. No final da década de 1970, a economia brasileira praticamente completaria sua matriz interindustrial e a industrialização alcançaria os setores de base, que naquele momento apresentava-se com capacidade ociosa. Os pontos de estrangulamento situavam-se então nos serviços de utilidade pública. Ou seja, os setores com poupança potencial estavam sob o controle da iniciativa privada e os setores com oportunidades de investimento estavam sob controle estatal. A alternativa viável, nas condições históricas da vigente dualidade, portanto, seria a concessão desses serviços públicos à iniciativa privada.

Para Rangel, as mudanças institucionais em torno dessas concessões teriam consequências profundas na evolução da economia e da sociedade brasileiras. Promoveriam uma expansão da demanda global do sistema econômico e criariam um vigoroso capitalismo financeiro, enquanto o Estado ganharia posições estratégicas no comércio exterior e no próprio aparelho de intermediação financeira.

Por cinco décadas contínuas, entre os anos de 1930 e 1980, o Brasil registrou um crescimento vertiginoso. Nesse período, a indústria brasileira cresceu 27 vezes. Esse desenvolvimento, porém, foi interrompido nos anos 80. Acreditamos que recuperar a tese da dualidade, sobretudo o diagnóstico e a alternativa que Rangel oferece para entender e sair da profunda crise que paralisou o Brasil – ainda que apresente suas limitações, o que não é do nosso interesse tratar nesse momento – tem o propósito de salientar e registrar a permanência da sua interpretação como fundamental e desafiadora à compreensão do Brasil e dos dilemas que ainda percorrem nossa história.

Capítulo I – O PENSAMENTO DE IGNÁCIO RANGEL: UMA INTERPRETAÇÃO DO BRASIL

Um dos aspectos principais para entender a singularidade teórica de Ignácio Rangel encontra-se, certamente, na sua biografia. Em grande parte, a trajetória de vida do autor fundese com sua obra. Por isso, analisaremos essa trajetória, abordando os principais ambientes que Rangel circulou e que influenciaram na formação de suas ideias.

Outro aspecto importante, para o entendimento dessa singularidade teórica, são as relações que o autor estabelece com os seus interlocutores. Um dos traços marcantes do seu pensamento é o ecletismo teórico. Rangel processou diferentes teorias econômicas e, a partir daí, passou a entender a realidade brasileira com base nas suas condições históricas específicas.

Depois analisaremos duas de suas principais teses: a dualidade básica brasileira e a dialética da capacidade ociosa. A primeira é o núcleo do seu pensamento e é a singular interpretação do autor sobre a dinâmica histórica brasileira. Enquanto a segunda é fundamental para entender o processo de industrialização brasileiro e a formação de recursos ociosos na economia. As duas serão fundamentais para entender as outras teses, que serão discutidas nos outros capítulos.

1.1. Ignácio Rangel: trajetória e interlocutores¹

Ignácio de Mourão Rangel nasceu em 1914 em Mirador, no Maranhão, e morou em diversas localidades do estado até se mudar para São Luís, em 1926, para cursar o ginásio. Nesse período, o Maranhão, como o restante do Brasil, era essencialmente rural e marcado pela dominação das oligarquias regionais. No cenário internacional, a Primeira Guerra Mundial e, posteriormente, a crise de 1929 e a Segunda Guerra influenciariam em mudanças significativas na economia e sociedade brasileira. Foi nesse cenário que de forma precoce Rangel se interessou pelas lutas políticas e sociais, influenciado pelo pai, um juiz de direito que militou na Aliança Liberal em 1929 e fazia oposição ao governo federal. Na Revolução de 1930, Rangel entrou na luta política pegando em fuzil com um grupo de sargentos e cabos conspirando derrubar o governo, dessa forma apoiou o movimento político que levou Getúlio Vargas ao poder.

1

¹ A trajetória de vida do autor, aqui apresentada, é baseada, sobretudo, em entrevistas concedidas à Revista Geosul (1988c), ao IPES/UFMA: *Um fio de prosa autobiográfica* (1991a) e CPDOC/FGV (1991b). Além de outros depoimentos presentes em sua obra.

Em 1922 foi fundado o Partido Comunista do Brasil (PCB), a primeira organização política de orientação comunista do Brasil e que teve forte influência dos comunistas soviéticos, tendo alguns de seus quadros, por exemplo, sido formados na Rússia. Através do partido a leitura dos textos marxistas tornou-se frequente entre os militantes da época. Rangel logo tomou contato com o *Manifesto Comunista* de Marx e Engels, que traria uma grande mudança nas suas ideias. Era, segundo o próprio autor, como se houvesse redescoberto o mundo através da obra (RANGEL, 1991a).

Em 1935, integra-se à Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização associada ao PCB. Identificando-se com a orientação política da organização, Rangel assumiu o comando de 200 homens camponeses que estavam em luta contra os fazendeiros latifundiários no alto sertão maranhense. Lutava, desse modo, pela reforma agrária, pois compartilhava das teses da esquerda que analisava a reforma como a via pela qual o país alcançaria o desenvolvimento industrial e que via como os principais inimigos do desenvolvimento brasileiro os grandes proprietários rurais semifeudais e o imperialismo.

Ao longo de sua história o PCB esteve em grande parte na ilegalidade. A ANL é posta nessa condição logo após divulgar um manifesto contra o governo de Getúlio. O governo que Rangel havia apoiado em 1930 e passou a fazer oposição anos mais tarde o manda para presídio no Rio de Janeiro. Na prisão, passa a estudar intensamente e participa da criação de uma improvisada Universidade Popular, onde foi o reitor e responsável por organizar diversos cursos dirigidos aos militantes ali encarcerados. Ao ser liberado da prisão em 1937, retorna à capital maranhense e segue participando ativamente de reuniões clandestinas do PCB e estudando constantemente. Por oito anos, período que coincide com a ditadura do Estado Novo, ficou proibido de sair de São Luís, tendo seus documentos apreendidos pela polícia política.

Outras figuras de expressão, como o escritor Graciliano Ramos, estiveram encarcerados entre 1935-37. A prisão tornou-se um local de enorme efervescência cultural, o próprio Graciliano escreve sua obra *Angústia* em cárcere. Também motivado pelo clima político e após muitos estudos no presídio, Rangel começa a rever algumas de suas posições políticas que mais tarde desenvolveria em sua obra. Uma destas tratava-se da possibilidade do Brasil industrializar-se sem fazer uma reforma agrária. Ainda segundo Rangel (1991a), o governo, do qual era opositor, estava encampando alguns projetos que faziam parte do programa que defendia na militância, como a organização da siderurgia, o comércio externo, a indústria pesada e outros. A partir daí impôs a si mesmo o desafio da autocrítica e do que vinha fazendo na militância política, buscando compreender a história concreta do desenvolvimento brasileiro.

Já nos anos de 1940, em São Luís, Rangel trabalhou na firma Comércio e Indústria Martins Irmãos & Cia., primeiro no escritório e depois na fábrica. O trabalho no chão da fábrica foi um pedido seu ao chefe da empresa, pois tratava-se de uma experiência que pretendia levar consigo, conforme relata Rangel:

Eu fui para a fábrica. Ali, eu trabalhei seis meses. E, evidentemente, passei a saber o que é uma fábrica por dentro. Foi uma coisa que provocou uma enorme diferença pela vida afora, quando meus colegas economistas davam pareceres, analisando projetos industriais, sem jamais terem sabido o que é uma fábrica. Adquiri muito interesse pelos aspectos técnicos da produção. Comecei a estudar o problema e a sugerir à oficina mudanças, como alteração de peças e tudo mais (RANGEL, 1991a, p. 49).

Nascia daí seu interesse pelos aspectos produtivos e comerciais da indústria. É o que se nota, por exemplo, em 1945, quando viaja para Teresópolis, no estado do Rio de Janeiro, para chefiar a assessoria do estado do Maranhão, que, por iniciativa sua, pretendia mobilizar o comércio e a indústria maranhense a defender seus interesses na 1º Conferência Nacional das Classes Produtoras, organizado pela Confederação Nacional do Comércio (CNC).² Recupera seus documentos para essa viagem, mas não consegue participar da conferência em Teresópolis e decide permanecer na capital federal, pois o Maranhão já não mais atendia às suas expectativas culturais e políticas. Começa a trabalhar como tradutor de novelas e inicia sua carreira no jornalismo, escrevendo artigos para publicações no Jornal do Brasil, Digesto Econômico, Panfleto, Diretrizes, Diários de Notícias, entre outros.

Na capital, Rangel conclui o curso de direito na Universidade do Brasil, atualmente a Universidade Federal do Rio de Janeiro, que havia sido interrompido em duas ocasiões no Maranhão. Apesar da formação em direito, seu interesse maior era pela economia, desde os tempos da militância. Os artigos publicados em jornais, por exemplo, versavam sobre temas econômicos, revelando aos poucos a formação do economista autodidata. A formação autodidata em economia era regra devido a inexistência de curso superior da disciplina no Brasil, o que fazia com que o conhecimento da ciência econômica, segundo Rangel, fosse tratado nas escolas de direito e nos seminários.³

-

² Segundo Bielschowsky (2000, p.39), a CNC, a Associação Comercial de São Paulo e a Federação do Comércio de São Paulo "foram núcleos de certa relevância do pensamento econômico neoliberal" no Brasil.

³ Nesse período, na Universidade do Brasil, "Gudin e Bulhões introduziram o primeiro programa de curso superior dirigido exclusivamente à ciência econômica e foram os líderes intelectuais da Faculdade de Economia, isoladamente a mais importante do país, por muito tempo" (BIELSCHOWSKY, 2000, p.38). Curso de pósgraduação em Economia era inexistente e a formação era, sobretudo, vinculada às instituições do governo, BNDE, Sumoc, etc.

Na medida em que vai aperfeiçoando suas ideias, vinculadas à realidade com que se defronta, passam a ficar evidentes suas divergências com o PCB, como no tema da reforma agrária e outros, o que resulta no seu afastamento do partido em 1947. Um dos traços mais característicos de seu pensamento seria valorizar o debate de ideias e cultivar a liberdade intelectual, o que lhe possibilitaria organizar seus próprios argumentos - em muitas ocasiões de forma inusitada, o que gerava polêmica e descontentamento nos ambientes que frequentava. Sobre o assunto, escreve Gilberto Paim:

As potencialidades industriais do país foram objeto de contínuos debates provocados por Ignácio Rangel nos círculos do Partido Comunista, em particular na Célula Theodore Dreiser [...]. A esse organismo pertenciam Graciliano Ramos e outros intelectuais que não sentiam motivação alguma com os temas incansavelmente abordados por Ignácio Rangel.

Não incorreríamos em exagero ao afirmar que as perorações desse teórico, que conhecia a fundo a literatura marxista, chegavam a causar desagrado a participantes de reuniões que nada entendiam da história do desenvolvimento econômico. [...] Explicações simplificadas do nosso atraso eram de mais fácil aceitação do que as especulações sobre o caráter específico do tecido de que era feita a sociedade brasileira. [...] A direção do Partido não demorou a classificar como heresias e contrabandos ideológicos as teses de um economista que considerava possível a industrialização brasileira sem a execução da reforma agrária (1998, p.57-58).

Rangel foi um dos primeiros integrantes a questionar as teses defendidas pelo PCB. A teoria e a prática revolucionária do partido, apesar de passarem por adaptações ao caso brasileiro, ainda se mantinham presas às influências do modelo soviético, o que dificultava uma análise crítica com base nas especificidades brasileiras. Outro esforço, nesse sentido, foi realizado por Caio Prado Jr., ao questionar os erros de interpretação e a resultante ação revolucionária do partido e da esquerda brasileira em geral.

Num outro momento, em 1950, Rangel é convidado por Rômulo Almeida para trabalhar na assessoria da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e, em 1952, no segundo governo de Getúlio Vargas, para trabalhar na assessoria econômica da Presidência. Na assessoria, ficou responsável por criar uma lei sobre o problema do babaçu e também esteve envolvido na criação de normas reguladoras dos serviços públicos, que na época eram concedidos a empresas privadas estrangeiras. Depois participou de projetos responsáveis pela criação de serviços públicos de administração direta, como a Eletrobrás e Petrobrás.

A assessoria foi responsável pela constituição e consolidação de importantes instituições estatais e representou um marco importante na ação do planejamento estatal e na elaboração de uma política nacional de desenvolvimento. Esse período curto, mas de trabalho intenso na

assessoria, cujos membros eram chamados por Getúlio Vargas de "boêmios cívicos" – em função do trabalho prolongado em que se mantinham nas madrugadas no Palácio do Catete – constituiu-se num grande aprendizado para Rangel.⁴ Em 1953, escreve sua tese principal *Dualidade básica da economia brasileira* (2005 (1957)), para obter o título de economista, o que também lhe rende uma bolsa de estudos na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL).

Os debates que ocorriam no Palácio do Catete logo se ampliaram. Junto à assessoria foi formado o grupo *Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política* (IBESP), sob a chefia de Hélio Jaguaribe, que se originou a partir de reuniões e debates do *Grupo de Itatiaia*. Esse grupo era de certa forma um prolongamento mais teórico do trabalho que ocorria na assessoria. Uma série de conferências ministradas por Rangel no IBESP, em 1955, resultou na organização do livro: *Introdução ao desenvolvimento econômico brasileiro*.

O IBESP transforma-se, em 1955, no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), local em que Rangel mantém amplo debate intelectual com seus membros, como Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe, Cândido Mendes, Nelson Werneck Sodré, Álvaro Vieira Pinto e Roland Corbisier, além do apoio de Celso Furtado e outros.

O ISEB, nesse período, foi o núcleo principal desse pensamento, inspirado nas diretrizes da CEPAL e outras fontes desenvolvimentistas. Rangel (2005 (1992)), chama a atenção para o fato do ISEB ter sido uma instituição ideológica do governo, ao mesmo tempo em que abrigava diferentes correntes. O próprio Rangel não endossava muito o que se defendia no instituto, ainda assim, dizia que, ocasionalmente, era possível uma unidade em relação a certas questões.

Em 1954, Rangel cursaria a pós-graduação na CEPAL, no Chile, onde escreve a monografia: *El desarollo económico en Brasil*. Conforme Rangel (2005 (1955), p.131), "foi aí que fui metodicamente informado das modernas teorias sobre o desenvolvimento econômico". Em função da inexistência de cursos de pós-graduação no Brasil, a CEPAL foi um ambiente destacado na formação de diversos economistas brasileiros.

Quando retorna do Chile, Rangel inicia sua carreira no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Trabalhará na Divisão de Projetos da instituição, uma

_

⁴ O livro organizado por Marcos Costa Lima (2013), *Os Boêmios Cívicos*, é uma referência para entender a contribuição da Assessoria Econômica no segundo governo do Getúlio Vargas. Como também entrevistas concedidas pelos membros da Assessoria ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas. A equipe que trabalhava na Assessoria Econômica era formada por engenheiros, economistas e advogados. Cada um discutia o seu parecer no que estava trabalhando com os outros, todos opinavam sobre os projetos. Essa liberdade conferida à Assessoria, sem muitas burocracias, e com membros de diferentes formações e procedências políticas possibilitou um alto rendimento do trabalho, o que segundo Rangel (1991b), ele nunca mais viria em repartição alguma.

escolha pessoal que lhe renderá o livro *Desenvolvimento e projeto* (1956), inspirado na análise de projetos do banco. Exerce o cargo de chefe do departamento econômico e da equipe técnica do Conselho de Desenvolvimento. Também participa da execução de diversos projetos, como o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek, que lhe possibilita escrever *Elementos de economia do projetamento*, em 1959.

No governo posterior, o presidente Jânio Quadros cria um grupo de trabalho para analisar e propor soluções para o problema agrário brasileiro, para o qual Rangel é convidado. *A questão agrária brasileira* (1961b) é o resultado dos trabalhos desenvolvidos por Rangel sobre a temática agrária. Já no governo de João Goulart, em fevereiro de 1964, um pouco antes do golpe militar, é convidado pelo presidente para escolher entre o Ministério Extraordinário do Planejamento e a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), atual Banco Central, mas nega o convite por considerar que não se governa um ministério sem uma equipe segura e que, por experiência, a máquina burocrática brasileira criava uma série de empecilhos. Ademais, como confessaria posteriormente, um dos motivos também era a crise que cercava o governo naquele momento.

Em 1976, Rangel se aposenta pelo BNDES, mas continua a dar consultoria ao banco até o final dos anos 1980. A partir de 1987, segundo Pizzo (1998), na superintendência da área de infraestrutura do banco, houve um trabalho sistemático com a participação de Rangel para discutir as possibilidades de viabilizar investimentos em infraestrutura que seriam responsáveis pela retomada do crescimento. Esse grupo reunia-se periodicamente para discutir a matriz teórica de Rangel e elaborava projetos a partir desses estudos.

Durante os anos de 1980, Rangel publicará diversos artigos na *Revista de Economia Política* e na *Folha de São Paulo*. Até o seu falecimento, em 1994, permaneceu defendendo as ideias que considerava importantes para o desenvolvimento brasileiro, influenciando, não se sabe em que medida, diversos projetos políticos. Mas como ocorrera em muitas ocasiões suas ideias eram bastante distorcidas, tanto por aqueles que não compreendiam o seu pensamento, como pelos que pretendiam de forma desonesta utilizá-las da maneira mais adequada aos interesses em jogo, dando rumos bem distintos daqueles almejados por Rangel para o país e o povo brasileiro, como de certo modo aconteceu com a tese da "privatização".

ainda são desconhecidos.

_

⁵ Segundo Palhano (2014), entre 1983 e 1990, Rangel publicou 247 artigos só na Folha de São Paulo. Além das revistas citadas, teve também trabalhos publicados em Cadernos do Nosso Tempo, Desenvolvimento e Conjuntura, Revista do BNDE, Revista da Civilização Brasileira, Estudos CEBRAP, Revista Agrária e Jornal de Brasília. Muitos pareceres, estudos, relatórios técnicos e projetos que realizou nos anos 1950-60 em instituições públicas

O que sabemos é que uma série de importantes estudos e relatórios elaborados em instituições públicas influenciaram a tomada de decisões técnicas e políticas. Paim (1998, p.64) fala da suposta coincidência de que alguns temas abordados por Rangel no ISEB tenham sido objetos de decretos-lei no governo Castelo Branco, como o destaque do papel da pequena e média empresa no sistema econômico nacional, as lacunas da falta de financiamento à produção brasileira de máquinas e equipamentos, a falta de financiamento para fertilizantes e financiamento prévio para projetos econômicos. Logo, no governo de Castelo Branco, foram criados o Fundo de Financiamento da Pequena e Média Empresa (FIPEME), o Fundo de Financiamento de Máquinas Equipamentos (FINAME), o Fundo de Financiamento de Fertilizantes (Funfertil) e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Rangel realizou vários estudos sobre a questão da inflação que permitiram avançar no debate em relação ao tema e acabaram influenciando políticas econômicas em torno do processo inflacionário. Ocorre que esses créditos muitas vezes não lhe foram concedidos, conforme escreve Bresser Pereira (1998, p.35):

Os economistas oficiais que dirigiam a economia do Brasil de 1964 a 1984, por exemplo, jamais reconheceram em público o valor ao pensamento de Rangel. Lembro-me que, em 1964, seu livro ora reeditado (*A inflação Brasileira*) era criticado em um seminário do professor Delfim Netto, do qual participei. E, no entanto, assim que assumiu o Ministério da Fazenda (em 1967), a primeira coisa que fez foi, seguindo a orientação de Rangel, diagnosticar a inflação brasileira como de custos, afrouxar os controles de crédito, permitir um aumento moderados dos salários, e passar a controlar os preços através do CIP. Como o ajuste fiscal fora completado entre 1964 e 1967, os resultados em termos de redução da inflação e retomada do desenvolvimento foram imediatos.

Até o momento, foi possível identificar na trajetória do autor, desde a militância política à vida profissional e intelectual, uma estreita relação com importantes fatos históricos da época: as experiências na Revolução de 1930, os movimentos de 1935, o golpe de Estado de 1937, a militância no PCB, a participação nos principais núcleos do pensamento desenvolvimentista dos anos 50 (o ISEB e a CEPAL), a atuação como profissional público em importantes instituições (a Assessoria Econômica de Vargas e o BNDES). Os problemas nacionais com que toma contato, a partir dessas experiências, adquirem significado especial em suas análises, como a questão agrária, desenvolvimento industrial, planejamento, inflação e crises cíclicas. Nas palavras de Bielschowsky (2014, p.78), "sua posição profissional lhe proporcionou o privilégio de observar a realidade brasileira de perto." Para Castro (2005, p.19) "as questões e

as teorias enfatizadas por Rangel são condicionadas pelos problemas reais, econômicos e políticos com que se defronta."

Apesar da sua vinculação com diferentes instituições, não se alinhou a nenhum tipo de dogmatismo que o impedisse de cultivar a liberdade intelectual, lhe permitindo, assim, trilhar um caminho independente. Foi nessa perspectiva, que Bielschowsky (2000, p.209), incluiu Ignácio Rangel em um capítulo específico do pensamento econômico brasileiro intitulado: *O pensamento independente de Ignácio Rangel*. Segundo ele, "Ignácio Rangel foi o mais criativo e original analista do desenvolvimento econômico brasileiro." De fato, Rangel não se encaixava em nenhum dos postulados teóricos vigentes no pensamento brasileiro. Daí a necessidade do autor em considerá-lo como independente, pois se tratava de um arcabouço teórico próprio e peculiar de interpretação do Brasil.

Rangel, como outros intérpretes brasileiros, era um crítico contundente daqueles que importavam teorias dos países centrais e as utilizavam de forma mecanicista para compreender uma formação social periférica, sem a adequação dos instrumentos de análise que considerassem as suas especificidades sociais, políticas e econômicas. Em suas palavras:

Preliminarmente, não se trata de abandonar a ciência econômica estrangeira – antiga ou contemporânea, "radical" ou "conservadora" – ou de demoli-la, para, sobre seus escombros, erigir uma ciência autóctone, mas, ao contrário, de salientar um aspecto próprio de nossa economia, a fim de facilitar o emprego dos instrumentos científicos tais quais os importamos e que, não raro, nos são inúteis sem essa precaução (RANGEL, 1957, p.286).

Assim, procurou absorver as diferentes teorias econômicas estrangeiras, mas atentando em livrar-se dos dogmatismos que nos impediam de formular os instrumentos científicos adequados com vista ao entendimento da nossa economia. Para Rangel, nenhuma conclusão teórica estrangeira é válida para todos os tempos e em todos os lugares, portanto, é preciso considerar as contribuições teóricas das diferentes correntes das ciências econômicas: clássica, neoclássica, marxista, keynesiana e outras, quando necessárias.

No entanto, a postura intelectual de Rangel, de utilizar-se de diferentes correntes teóricas, não decorre de um ecletismo meramente especulativo. Antes, relaciona-se com a postura de um intelectual imerso numa realidade complexa e que utiliza do conhecimento produzido para analisar às particularidades de nossa nacionalidade. Eis a tarefa a que se propôs. Desse modo, debruçar-se sobre diferentes fontes teóricas lhe permitiu não se restringir à prática da vida política e profissional, mas de vincular cada vez mais teoria e prática. Esse é um aspecto

essencial para entendermos o conjunto de sua obra e a formação do seu pensamento independente.

Inicialmente, das interlocuções que realiza, a que foi mais incorporada ao seu pensamento foi a teoria marxista. O próprio Rangel assim o define: "Eu me considero, honestamente, um marxista. A autoria fundamental, que virou a página, para mim, foi o *Manifesto Comunista*. Neste sentido, eu colocaria toda a obra de Karl Marx" (RANGEL, 1991a, p.61). O materialismo histórico e o método dialético foram determinantes na construção teórica e analítica do autor. Porém, não fará uma transposição mecânica para entender o caso brasileiro e assim será com os conceitos adotados das teorias estrangeiras, sempre procurando as adaptar às especificidades de nossa formação, conforme já dito.

O método dialético percorre suas reflexões, na medida em que entende a realidade brasileira a partir de um processo histórico contraditório.

Rangel vê o desenvolvimento econômico, sobre o qual concentrou todo o seu esforço intelectual, como um processo marcado por conflitos [...]. A dialética faz parte intrínseca da forma de pensar de Rangel [...]. Rangel adota essa postura automaticamente, à medida que pensa e escreve (PEREIRA; REGO, 1998, p.20).

Além de Marx, transparece em seus escritos as contribuições de Kant e Hegel. No geral, o conhecimento filosófico ocupa um papel especial na formação inicial de Ignácio Rangel, que se deve, em boa medida, à influência do direito. Sobre essa relação, nos diz Mercadante (1998, p.88):

De uma família de magistrados, experimentou em sua infância e adolescência a problemática do contraditório processual, a fórmula dialética consagrada no Direito, que antecede os julgamentos e, por conseguinte, a própria lógica das decisões judiciais. Imbuiu-se, desde menino, do choque dos contrários, cuja síntese cabia ao pai magistrado definir.

Além da apropriação que faz do método dialético e do materialismo histórico, empregará também conceitos marxistas, como *relações de produção*, *forças produtivas* e a formação do *exército industrial de reserva*. Este último ele utiliza "para explicar o movimento de saída dos trabalhadores do campo para a cidade, sem a devida reforma agrária" (SANTOS; MARQUETTI, 2014, p.441). No caso, das relações de produção, Rangel faz uma subdivisão desse conceito em relações internas e relações externas de produção, de modo a analisar a economia brasileira, dual e periférica, em sua dinâmica interna e, esta, em ligação com o centro dinâmico do capitalismo.

A contribuição de Lênin ao pensamento rangeliano é pouco considerada pelos seus estudiosos, apesar da sua fundamental influência. "A contradição básica, que Rangel tirou de Lênin, se situava entre os interesses das nações do centro do sistema, imperialistas, e os das nações da periferia, proletárias, exploradas" (MAMIGONIAN, 2014, p.58). A obra de Lênin, *Imperialismo, fase superior do Capitalismo* (1986), colocou a questão nacional, nas relações com a economia mundial, como um dos princípios norteadores para compreender o desenvolvimento capitalista. As características do capitalismo financeiro seria outro eixo explorado por Lênin, utilizando-se da análise teórica do marxista austríaco Rudolf Hilferding em *O capital financeiro*, que constituíram em referências para Rangel destacar o papel do sistema financeiro no desenvolvimento brasileiro.

Outro aspecto importante para Rangel é a análise que Lênin fez para entender o processo de desenvolvimento em formações sociais agrárias e periféricas. Para Paim (1998, p.59), Rangel teria lido e assimilado nos ensinamentos de Lênin, "o que ele chamava de dissolução do complexo rural, ou seja, a transferência da produção de manufaturas do campo para a zona urbana." Acrescenta Rangel (2005 (1954), p.98), que não somente Lênin trata do conceito "complexo rural" em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, mas "todos os economistas que escreveram sobre a divisão do trabalho tinham-no em mente, mesmo que não de maneira explícita, inclusive, ou principalmente, Adam Smith."

Ainda, nas palavras de Rangel, outra contribuição do Lênin está relacionada ao desenvolvimento desigual:

[...] Lênin havia observado que o desenvolvimento desigual é uma lei do capitalismo. Contra a noção vulgar de um desenvolvimento fazendo-se com a ordem de uma parada militar, guardando cada unidade as distâncias regulamentares relativamente às que as precedem ou sucedem, mostrou ele que, na vida real, as posições se trocam, se embaralham, mudam-se constantemente os balanços mundiais de força, passando inoptadamente um retardatário, para uma reposição de vanguarda, e vice-versa (1982, p.271).

Contudo, anterior a Marx e Lênin, tivemos a economia clássica de Adam Smith. No livro *Introdução ao desenvolvimento econômico brasileiro* (2005 (1955)) é notória a presença deste autor no pensamento de Rangel. A noção smithiana de divisão social do trabalho aparece como peça fundamental no entendimento que tem em relação à noção de elevação da produtividade, da passagem da economia natural à economia de mercado. Assim, ideias

.

⁶ Segundo Soares (2014, p.164), outras ideias de Rangel estão em estreita concordância com as de Lênin. Como Lênin, Rangel entende que a transformação da economia se faz da cidade para o campo e não o contrário: "É a cidade que transforma o campo."

fundamentadas em Adam Smith são mobilizadas para entender o desenvolvimento econômico brasileiro (BIELSCHOWSKY, 2000, p.219). Para exemplificar essas ideias, tomemos uma análise de Rangel, na qual ele diferencia a divisão do trabalho entre o par de sapatos do operário carioca e a alpercata de couro do vaqueiro nordestino, que poderíamos comparar à análise feita por Adam Smith da fábrica de alfinetes.

[...] nosso vaqueiro produziu, ele próprio, o boi que lhe deu o couro para a alpercata, por ter sido ele quem o criou, matou-o e tirou-lhe o couro, salgando e curtindo este como pôde, para depois cortá-lo e fazer a alpercata. Inversamente, o sapato que usa o operário não foi feito por ele, mas comprado com o salário ganho, suponhamos, numa fábrica de tecidos. Os sapatos, prontos para o uso, resultam: (1) do trabalho do vaqueiro que criou os bois; (2) do trabalho do curtidor; (3) do trabalho do ferroviário que transportou o couro curtido para a fábrica de calçados; (4) do trabalho do fabricante de calçados; (5) do trabalho do fabricante de equipamentos para o curtume, estrada de ferro e fábrica de calçados etc. Se examinarmos bem, quase não haverá ninguém neste país que não tenha contribuído de algum modo para produzir aquele par de sapatos.

Em resumo, podemos dizer que a diferença entre o par de sapatos do operário e a alpercata de couro cru do vaqueiro reside no fato de que o primeiro é obtido pela colaboração de inúmeras pessoas, que dividem entre si o trabalho, ao passo que o segundo resulta do esforço de um único indivíduo. O primeiro, o par de sapatos do operário, é um produto social, e o segundo, um produto individual (RANGEL, 2005 (1955), p.139).

A divisão social do trabalho torna-se não somente condição para compreender o processo de desenvolvimento, mas também o subdesenvolvimento como nossa particularidade.

A divisão social do trabalho é, portanto, condição para o desenvolvimento, porque é condição para que a sociedade em seu conjunto aumente seu poder sobre a natureza, para obrigá-la a fornecer os meios de satisfação das necessidades humanas. As possibilidades de desenvolvimento das forças produtivas são muitos restritas sem divisão do trabalho, e podem ser estudadas como função desta. Segue-se, portanto, que na introdução de um novo modo de produção, caracterizado pela divisão social do trabalho, reside a medula do processo de desenvolvimento, de modo que podemos distinguir prontamente se uma economia é desenvolvida ou não simplesmente observando o grau de divisão do trabalho [...] (RANGEL, 2005 (1955), p.140).

Outro autor relevante em sua obra foi o economista austríaco Joseph Schumpeter. Foi através dele que Rangel aprofundou seus conhecimentos acerca da teoria dos ciclos, segundo a qual o desenvolvimento do capitalismo ocorre através de flutuações das atividades econômicas, uma alternância entre períodos de prosperidade e recessão da economia. Schumpeter procurou sistematizar as teorias dos ciclos de Nikolai Kondratiev e Clément Juglar, outras referências de Rangel. Os ciclos econômicos tornaram-se, a partir daí, ferramenta permanente do pensamento

rangeliano. Contudo, é preciso considerar que a ideia de ciclos já aparece em Karl Marx na teoria do capital. Nesse sentido, nos diz Pedrão (2014, p.85): "essa ruptura se funda em um aspecto fundamental da teoria do capital em Marx que é a constatação da tendência à instabilidade do sistema produtivo que se materializa por meio de movimentos cíclicos."

A contribuição de Schumpeter aparece ainda na correlação entre os movimentos cíclicos e as inovações tecnológicas. Segundo Rangel, "esses movimentos têm muito a ver com o modo como se engendram e as condições com que se propagam as novas técnicas de produção ou, como se diz, as inovações tecnológicas" (RANGEL, 1981a, p.13). Acrescentamos aí o papel central dos investimentos, que nos períodos de recessão econômica seriam responsáveis por inovações tecnológicas e possibilitariam a entrada em uma nova fase de prosperidade econômica. Como afirma Pereira (2014, p.546), "na trilha de Keynes, Kalecki e Schumpeter, Rangel colocava o investimento como condição fundamental para o desenvolvimento."

Quanto a Keynes, assim como Rangel, as crises econômicas dos países centrais foram objeto de preocupação acerca do desenvolvimento capitalista. Ambos propunham a ação do planejamento estatal capaz de viabilizar a saída das crises. E com todas as particularidades que cada autor tenha em suas análises, teorizaram sobre os mecanismos de intervenção estatal, sobre o papel dos investimentos e da utilização da capacidade ociosa para superação da crise. Segundo Rangel (2005 (1980a), p.495), "o esquema Keynesiano é, pois, basicamente, um método de utilização de capacidade ociosa", ou seja, está em estreita consonância com o seu pensamento.

Rangel nutriu-se também de elementos da teoria cepalina. Aceitava, por exemplo, a ideia prebischiana de um processo de industrialização por substituição de importações. "Concordava também com a interpretação de que a variável estratégica da economia brasileira era o comércio exterior" (BIELSCHOWSKY, 2000, p.217). O maior representante da CEPAL no Brasil foi Celso Furtado, a quem Rangel reconhece o entendimento da gênese, nos anos de 1930, de um centro dinâmico interno na economia brasileira:

A propósito da interiorização do centro dinâmico, merece atenção especial Celso Furtado, *A economia brasileira*, capítulo 4. Cabe acrescentar que esse centro dinâmico satélite pode engendrar e tem engendrado flutuações econômicas de prazo médio (Juglar), não ondas longas, que são peculiares ao centro dinâmico mundial do capitalismo (RANGEL, 2005 (1982), p.283).

Rangel acrescentará nessa análise a relação do centro dinâmico com as flutuações econômicas engendradas internamente na economia brasileira, os ciclos de Juglar. A programação econômica e as teorias do desenvolvimento econômico foram outras influências da CEPAL, no período em que Rangel esteve desenvolvendo sua monografia na instituição.

Além das interlocuções que faz com as teorias estrangeiras, o pensamento brasileiro adquiriu significado essencial no entendimento que Rangel tem das particularidades nacionais. Além de Celso Furtado, acrescentamos, por exemplo, a influência de Caio Prado Jr. no que concerne à dinâmica das classes dominantes na evolução política brasileira (ARMEN, 2014).

Ainda outros brasileiros são citados por Rangel como contribuições ao seu desenvolvimento intelectual, como o sociólogo Guerreiro Ramos. Rangel nos diz (2005 (1980a), p.503): "o intercâmbio intelectual entre mim e este pensador maduro muito contribuiu para a formalização das intuições esparsas das quais parti."

Compartilhou de ideias e debates na Assessoria Econômica de Getúlio Vargas. Várias reflexões em seu pensamento foram alimentadas nesse período e tiveram as contribuições, por exemplo, de Jesus Soares Pereira, o "índio cariri", como Rangel costumava carinhosamente chamá-lo. A ele devia as contribuições adquiridas no desafio da prática e da qual se aproveitava para ensejar os desafios teóricos (RANGEL, 2005 (1955), p.131).

Rangel, também, soube valer-se do conhecimento que possuía em direito, articulandoo em suas análises econômicas. Além da formação jurídica, seu bisavô, seu avô e pai foram magistrados e, portanto, desde cedo foi educado para essa carreira, conforme afirma: "segundo a tradição da família, eu estava destinado ao direito. A constituição de 1891 e o Código Civil, eu os conheci, não na faculdade, mas desde a escola primária, em termos próprios para minha idade" (RANGEL, 2005 (1963), p. 552).

Ao longo da sua obra, é possível notar o conhecimento acerca do Direito do Trabalho, Direito Feudal, Direito Romano, Direito Privado e outros. Seu avô era especialista em Direito Romano, o que lhe permitiu aprofundar no conhecimento deste instituto, que é fundamental para entender a sociedade escravista, conforme salienta Rangel: "nossa escravidão não foi idêntica à greco-romana, todavia, sem o estudo desta, que consubstanciou e sistematizou toda a evolução desse regime e o apresentou em forma cientificamente pesquisável nos institutos do Direito Romano, não sairemos do reino do acaso" (2005 (1957), p.294).

Deste modo, estabelece uma articulação das sociedades escravista, feudal e capitalista com os seus respectivos institutos jurídicos. Essa relação é explorada, sobretudo, no texto de 1981: *História da dualidade brasileira*. Rangel, no entanto, afirma ter apresentado a tese da dualidade pela primeira vez em 1947 sob a perspectiva jurídica, numa prova de Direito Civil na Faculdade Nacional de Direito. Somente em 1957, em *A dualidade básica da economia brasileira*, aprofundaria a tese na perspectiva econômica. Nesse sentido, as relações entre direito e economia acabaram sendo referências marcantes em sua obra.

Por fim, foi possível notar que Rangel transitou entre as diferentes áreas do conhecimento, da sociologia ao direito, da economia à filosofia. Desse modo, seu pensamento independente deve-se ao amplo arcabouço teórico utilizado para construir uma singular interpretação do Brasil a partir da leitura direta de diferentes correntes teóricas da economia, principalmente, e orientada a interpretar e responder os problemas reais de nosso desenvolvimento. Veremos nas páginas adiante, duas de suas teses centrais, a Dualidade Brasileira e a Dialética da Capacidade Ociosa.

1.2. A Dualidade Brasileira

A tese da dualidade básica de Ignácio Rangel é o eixo articulador de seu pensamento, o alicerce sobre o qual todas as outras análises do autor estão estruturadas.7 Isso indica que sem o conhecimento da dualidade não é possível captar a complexidade de sua obra. Os leitores de textos mais conhecidos de Rangel, como A Inflação Brasileira, têm cometido esse equívoco, o de não analisarem a tese que encadeia o seu pensamento. O próprio Rangel identifica no estudo em que realiza da inflação brasileira uma aplicação concreta da teoria da dualidade. Seria uma das explicações para o que nos afirma Cano (1980, p.7), em relação à análise rangeliana da inflação: "à época, intensamente criticado, tanto pela esquerda como pela direita. Diria melhor: talvez tenha sido um dos mais incompreendidos trabalhos sobre economia brasileira, dado que, se bem me lembro, a maioria de seus críticos não passou da superficialidade".

É preciso salientar que a dualidade básica não deve ser confundida com outras definições normalmente atribuídas ao termo, como aparece em Jacques Lambert, Os dois Brasis, ou com a dualidade presente em alguns textos cepalinos, com a ideia de oposição entre um setor "moderno" e outro setor "atrasado".

A dualidade é uma tentativa de interpretar nossa formação social e econômica a partir do método histórico e dialético. A sua análise está centrada nas especificidades do desenvolvimento brasileiro, mas articulada com as suas relações internacionais. Afirma Rangel (2005 (1957), p.286):

> Meus estudos levaram-me à conclusão de que nossa peculiaridade por excelência é a dualidade, no sentido que atribuo a esse termo, isto é, o fato de

dualidade, a saber: A dualidade básica da economia brasileira (2005 (1957)), A dinâmica da dualidade brasileira

(2005 (1962)) e A história da dualidade brasileira (1981a).

⁷ As informações contidas nesse tópico estão baseadas nos principais textos em que o autor desenvolve a tese da

que todos os nossos institutos, todas as nossas categorias — o latifúndio, a indústria, o comércio, o capital, o trabalho e nossa própria economia nacional — são mistos, têm dupla natureza, e se nos afiguram coisas diversas, se vistos do interior ou do exterior, respectivamente.

Admitindo-se essas indagações, Rangel (2005 (1957), p.294) se propõe a examinar e a entender como se comportam as leis da economia brasileira. Partirá do princípio de que as diferentes economias não coexistem mecanicamente, ao contrário, estão em constante conflito para ver qual irá impor sua dinâmica própria ao restante do sistema. "Noutros termos, estão em unidade dialética, unidade de contrários." O resultado desse conflito é um sistema original e com dinâmica própria:

Trata-se de examinar quais as relações dominantes dentro e fora de cada unidade da economia, isto é, de pôr em evidência as duas economias dominantes – porque cada uma delas, em seu próprio campo, é dominante. A isso proponho que chame de dualidade básica da economia brasileira. A dualidade é a lei fundamental da economia brasileira. Podemos formulá-la nos seguintes termos: A economia brasileira se rege basicamente, em todos os níveis, por duas ordens de leis tendenciais que imperam respectivamente no campo das relações internas de produção e no das relações externas de produção (RANGEL, 1957, p.298).

O desenvolvimento brasileiro não é autônomo, pois se trata de uma formação periférica e, portanto, suas mudanças estão condicionadas ao "comportamento do centro dinâmico em torno do qual gravita nossa economia, particularmente no que concerne ao quantum e aos termos de intercâmbio do seu comércio conosco" (RANGEL, 1981, p.12).

Rangel analisa o Brasil a partir de uma subdivisão do conceito marxista de relações de produção, o que ele denominou de relações internas e externas de produção (BIELSCHOWSKY, 2000). A nossa formação social tem como peculiaridade essa ligação com as relações externas e nossa evolução, portanto, não é produto exclusivo de suas forças internas. Entretanto, a história do Brasil não retrata fielmente a história universal, especialmente a do centro dinâmico a que estamos conectados. Nesse sentido, Rangel procurou compreender como o materialismo histórico se desenvolve no caso brasileiro, que difere da sequência do materialismo histórico observado por Marx na Europa (comunismo primitivo, escravismo, feudalismo, capitalismo e socialismo). Verificou que a história brasileira, apesar da existência de todas as etapas do desenvolvimento da sociedade humana, até o capitalismo, apresentava certas particularidades.

A economia brasileira apresenta aspectos bem definidos de todas as etapas do desenvolvimento da sociedade humana. Temos o comunismo primitivo, nas tribos selvagens; certas formas mais ou menos dissimuladas de escravidão, em algumas áreas retrógradas, onde, sob a aparência de dívidas, se compram e vendem, não raro, os próprios homens; o feudalismo, em diversas formas, um pouco por todo o país; o capitalismo em todas as suas etapas: mercantil, industrial e financeiro. Além de tudo isso, o capitalismo de Estado que, do ponto de vista formal, pode ser confundido com o socialismo (RANGEL, 2005 (1957), p.293).

Logo, a nossa economia apresentava características das várias etapas da história humana coexistindo no mesmo período, para compor um modo de produção complexo ou dual. O fato de termos em nossa história todas as etapas do materialismo histórico, significava para Rangel que poderíamos aprender com as leis e o funcionamento das economias correspondentes a essas etapas e que elas seriam fundamentais para chegarmos ao conhecimento científico de nossos institutos e da economia brasileira.

O latifúndio brasileiro não é idêntico ao feudalismo medieval europeu ou asiático. Mas, se não tivermos noção do funcionamento de uma economia feudal, jamais poderemos chegar ao conhecimento científico do latifúndio. A indústria brasileira moderna não é idêntica à indústria inglesa do tempo de Mauá, e, no entanto, se não a conhecermos, tampouco lograremos o conhecimento científico de nossa indústria. Nossa escravidão não foi idêntica à greco-romana, todavia, sem o estudo desta, que consubstanciou e sistematizou toda a evolução desse regime e o apresentou em forma científicamente pesquisável nos institutos do Direito Romano, não sairemos do reino do acaso (2005 (1957), p.293).

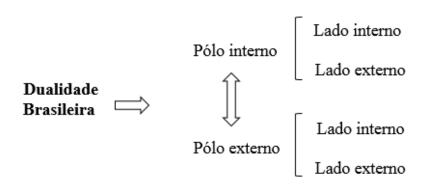
Ora, conforme Rangel, os institutos da economia feudal, da indústria inglesa ou da escravidão greco-romana, apesar de nos oferecerem contribuições para entendermos nossos institutos, não poderiam refletir fielmente a realidade de nossos processos, porque aqui são influenciados por leis de outra natureza. Era preciso compreender como as leis dessas diferentes etapas interferiam umas sobre as outras, em função da coexistência desses diferentes institutos em nossa história.

Esta coexistência Rangel chamou de *contemporaneidade do não-coetâneo*. Esses institutos estão presentes na história dos países desenvolvidos, mas no Brasil vão construindo seu edifício original em função da dualidade básica de nossa economia e sociedade. Por exemplo, o Direito Romano não pode ser aplicado à nossa economia porque a fazenda de escravos brasileira nasce como empresa mercantil, dedicada ao mercado mundial e, portanto, é também capitalista. Na escravidão greco-romana o comércio era uma atividade marginal, exceto o comércio de escravos. Dessa forma, "a fazenda de escravos brasileira estava sujeita a

duas ordens de leis: as do escravismo e as do capitalismo [...] essas duas ordens de leis governam, respectivamente, as relações internas e externas da economia." Essa particularidade está presente em todas as fases de evolução da economia brasileira. Em outra fase da nossa história, o latifúndio também se apresenta como uma economia mista, feudal-capitalista; além disso, é preciso compreender que o latifúndio é *internamente* feudal e *externamente* capitalista (RANGEL, 2005 (1957), p.297). É das relações externas e internas entre os diferentes institutos, de diferentes épocas, e das particularidades com que se desenvolvem na história do Brasil que vai se erguendo a nossa dualidade.

É preciso destacar, que o método histórico possui papel fundamental na interpretação rangeliana. E justifica-se na medida em que ressalta ser um erro pretender que as estruturas sociais e econômicas de outras nações, ou dos países desenvolvidos, sejam transplantadas para os países periféricos, tanto no nível teórico, quanto na prática. Tampouco podemos ignorá-las, uma vez que a história e o pensamento científico desses países guardam contribuições ao entendimento de nossa formação, sobretudo porque não somos uma nação isolada do resto do mundo: é das relações com o estrangeiro que nos constituímos como nação. Porém, em sociedades periféricas, toda essa dinâmica constitui-se de forma complexa, devendo partir daí nossas indagações teóricas, a fim de captar as nossas especificidades.

Baseada na conceituação de relações internas e relações externas de produção, Rangel denomina essas relações de *polo interno* e *polo externo*. Cada polo é composto por um *lado interno* e um *lado externo*. Esse é o quadro analítico que ele desenvolve para entender, "como essas construções dúplices se comportam umas frente às outras no complexo que é a economia nacional; e como esta se comporta em suas relações igualmente dúplices com o estrangeiro" (RANGEL, 2005 (1957), p.286).



Antes de entrarmos na história da dualidade brasileira, é mister considerar a teoria dos ciclos, pois trata-se de uma referência fundamental do quadro analítico de Rangel para interpretar a história e a formação do Brasil. Segundo a teoria elaborada por Kondratiev (1926), a partir da análise de alguns países do centro do sistema capitalista, a economia industrial desses países passou por períodos consecutivos de expansões e depressões econômicas, as quais sucedem-se em períodos regulares de cinquenta anos: vinte e cincos anos de uma fase expansiva (fase "A") e mais vinte e cinco anos de fase recessiva (fase "B"). Esses ciclos ficaram conhecidos como ciclos longos ou ciclos de Kondratiev. Rangel utilizou-se desse aparato conceitual para compreender a influência dos ciclos nas economias periféricas do sistema capitalista, o caso brasileiro especificamente. Em sua análise, esses ciclos longos exerciam influências diferenciadas sobre a periferia, na medida em que se alternavam os períodos de expansão e recessão da economia dos países centrais.

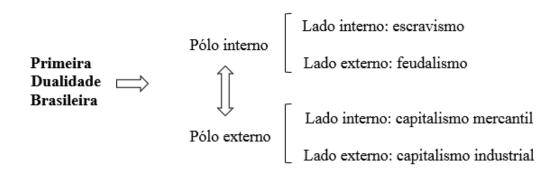
No Brasil, as fases de recessão dos ciclos longos "manifestam-se primordialmente pelo relativo estrangulamento do comércio exterior, reduzindo os *quanta* e piorando os termos de intercâmbio" (RANGEL, 2005 (1982), p.263). Nessas fases, a economia brasileira se volta "para dentro" adotando uma forma de substituição de importações. Nas fases de expansão dos ciclos, a economia se volta "para fora", expandindo sua produção exportável e deslocando para si o centro dinâmico da economia.

Os ciclos de Kondratiev e outros ciclos econômicos de várias durações foram inaugurados com a Revolução Industrial. A fase *A* do primeiro ciclo de Kondratiev ocorreu entre 1790 – 1815, com o início da industrialização inglesa. A passagem para a fase *B* (1815-48) desse ciclo longo, originada no centro dinâmico, desencadeou mudanças nas economias periféricas, originando-se no Brasil a *Primeira Dualidade Brasileira*. Em função da recessão, o país teve que se ajustar aos impulsos partidos do centro. Tivemos, assim, a Abertura dos Portos (1808) – e o consequente surgimento do aparelho de intermediação mercantil – com o processo de integração ao polo externo, edificando a dualidade brasileira. Posteriormente, a Independência (1822) e a abdicação de Pedro I (1831) são fatos históricos que foram consolidando tais mudanças.

-

⁸ Segundo Kondratiev (1926), não existe uma rigorosa periodicidade nos fenômenos sociais e econômicos, muito menos nos ciclos econômicos. A duração dos ciclos médios oscila entre sete e onze anos, enquanto nos grandes ciclos, a duração oscila entre quarenta e oito e sessenta anos. As ondas médias obedecem a causas internas da dinâmica da economia capitalista, enquanto as ondas largas estão condicionadas por acontecimentos e condições causais procedentes do exterior.

Desse modo, em 1808 teríamos um elemento novo a integrar a economia e a sociedade brasileiras. Esse aparelho ligava-se, no exterior, ao capitalismo industrial nascente. Surgia, portanto, o polo externo da dualidade, com seus dois lados, que se unia ao polo interno já existente com seus dois lados. Assim, ergue-se o edifício da dualidade brasileira.



Ainda nessa fase, houve no Brasil um esforço de substituição de importações sob a forma específica de diversificação da atividade produtiva, no interior das fazendas de escravos, aumentando o produto destinado ao autoconsumo e diminuindo a parte exportável, tornando-se o país assim menos dependente das importações.

A passagem de uma dualidade a outra se faz nas fases recessivas dos ciclos de Kondratiev e se dá num processo conflituoso e pela pressão do desenvolvimento das forças produtivas. Essa passagem ocorre ora no âmbito das relações internas de produção, ora nas relações externas de produção, alternadamente.

A tese da dualidade oferece ainda subsídios ao entendimento da estrutura política. "O Estado brasileiro não pode senão refletir a dualidade básica da economia e da sociedade" (RANGEL, 2005 (1962), p.553). Para o autor, ocorre no Estado brasileiro a aliança de duas classes sociais dirigentes, associadas num pacto de poder, que se modificam com a dualidade. Sobre essa característica da estrutura política brasileira, nos diz Rangel (2005 (1962), p. 554):

O poder político, em tal Estado, não é nunca exercido por uma só classe dirigente, mas por uma frente única de duas classes dirigentes, solidárias, mas, ao mesmo tempo, em conflito. Noutros países, coligações desse tipo surgem em certos momentos críticos, para se dissolverem tão prontamente quanto cessa a emergência. [...] *No Brasil* (grifo nosso), a transição se faz por cooptação, isto é, pela exclusão, pelo próprio grupo dirigente, dos elementos mais arcaicos, e sua substituição por outros, representativos das novas forças sociais em ascensão. As classes sociais situadas fora da área do poder

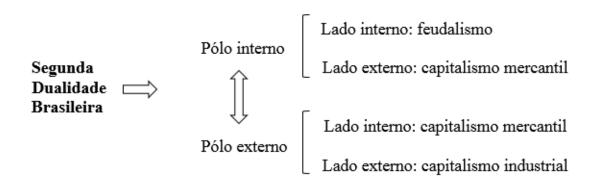
.

⁹ O pólo interno da dualidade já era existente. "O Brasil nascia, pois, como uma formação feudal, que associava, em união dialética, um lado feudal com outro pré-feudal". Esse lado interno não era homogêneo, pois havia elementos de várias formações sociais pré-feudais (RANGEL, 1981, p.8).

intervêm, por certo, nesse processo, mas por via indireta, isto é, pelo apoio a este ou aquele subgrupo da coalização dominante. [...] E, visto como o desenvolvimento das forças produtivas fortalece continuamente as classes e correntes avançadas e debilita as retrógradas, há um processo de contínua renovação do grupo dirigente, em vez da clássica renovação descontínua, revolucionária. As revoluções brasileiras têm o típico caráter de atos homologatórios de transformações já acumuladas na economia, na sociedade civil e no próprio Estado, durante um período mais ou menos prolongado.

Sendo assim, na primeira dualidade, teremos um pacto de poder formado pela aliança entre as classes dos barões-senhores de escravo (sócio maior, hegemônico), internamente escravista e externamente feudal, com a classe dos comerciantes (sócio menor), dissidência do velho capitalismo mercantil português. Para Rangel, a fazenda típica desse período é internamente escravista, da "porteira para dentro", e externamente feudal, da "porteira para fora".

Em seguida, na passagem da fase *A* (1847-73) para a fase *B* (1873-96) do segundo Kondratiev, teremos a *Segunda Dualidade Brasileira*. A Abolição e a República foram atos políticos representativos desse período. A fase *B* se reflete numa crise da economia interna, na fazenda de escravos. Com essa crise nas relações internas de produção e sob a pressão das forças produtivas, a fazenda escravocrata-feudal se converteria em latifúndio feudal-mercantil. Se na primeira dualidade ocorreram mudanças no polo externo, na segunda dualidade elas se dariam no âmbito do polo interno. Portanto, permanece o *polo externo* como estava e modificase o *polo interno*:



Duas condições foram essenciais para a passagem do escravismo ao feudalismo. A primeira condição viria pela repressão ao tráfico de escravos por parte da Inglaterra e a lei brasileira de 1850, proibindo esse tráfico. A segunda condição seria a Lei de Terras, que permitiria a absorção de terras pelo fazendeiro e possibilita a conversão da massa de escravos em servos de gleba (colonos e agregados) e o senhor de escravos em senhor feudal (nas relações internas da fazenda) e em comerciante (nas relações externas). A atividade comercial, que era

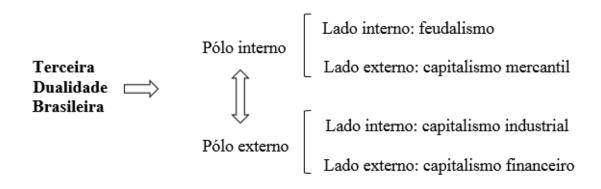
antes uma atividade secundária, agora passa para o primeiro plano, conectando a fazenda diretamente ao capitalismo mercantil. "A classe dos comerciantes nascida na Abertura dos Portos-Independência era agora uma formação madura" (RANGEL, 1981, p.24).

Assim, a aliança entre classes se daria entre a burguesia comerciante (sócio maior, representativa do polo externo) e os fazendeiros, latifundiários feudais, por um lado, e comerciantes, por outro (sócio menor, representante do polo interno).

À medida que ocorria o desenvolvimento do setor exportador, impulsionando um processo de urbanização, com a transferência dos fazendeiros e de uma população escrava que ia sendo liberta, estruturava-se no quadro urbano um processo de substituições de importações, com o desenvolvimento de atividades artesanais de transformação e construção civil, permitindo expandir o mercado. Nossas atividades exportadoras eram, no entanto, agroprimárias, predominantemente rurais e não urbanas. Assim, nosso crescimento econômico era ainda dependente do modelo exportador e nossas atividades internas eram ainda incapazes de dinamismo próprio (RANGEL, 1981).

Na fase A (1896-1921), do terceiro ciclo longo, o surto cafeeiro seria a demonstração do dinamismo do latifúndio. Porém, no final dessa fase teríamos a I Guerra Mundial que refletiria em crise da nossa economia, promovendo um enérgico e temporário esforço de substituição de importações. Somente na passagem para a fase B (1921-48), com o advento da Terceira Dualidade Brasileira, e tendo como fatos históricos marcantes a Grande Depressão Mundial e a Segunda Guerra Mundial, ou seja, uma longa fase recessiva, é que faríamos um esforço em profundidade de substituição de importações, adquirindo a forma industrial. A crise nas relações externas provocaria um estancamento do comércio exterior e uma contração na nossa capacidade de importar. Finalmente, internalizava-se o centro dinâmico da economia, com capacidade de dinamismo próprio, o que não fora possível anteriormente.

Assim, modifica-se o polo externo e permanece o polo interno:



O capitalismo industrial antes presente no lado externo do polo externo aparecia agora no lado interno do mesmo polo. Nosso capitalismo industrial entrava em conflito com o capitalismo industrial do centro dinâmico, assim como ocorrera anteriormente com o capitalismo mercantil. Enquanto isso, o lugar antes ocupado pelo capitalismo industrial no centro dinâmico, foi sendo, paulatinamente, ocupado pelo capitalismo financeiro. Na verdade, era uma união e ao mesmo tempo uma relação conflituosa, dialeticamente, do capital industrial com o capital financeiro. Aos poucos iam se invertendo os papéis, o que possibilitava ao capital financeiro uma posição dominante.

Desde a primeira dualidade, nossas relações externas se orientavam para o capitalismo inglês, enfraquecendo nossos laços com a metrópole portuguesa, antes dominante nessas relações. Contudo, na terceira dualidade o capitalismo financeiro norte-americano atingiria essa fase superior do desenvolvimento, o que não ocorreu com o capital financeiro europeu. Havendo, assim, a troca de hegemonia no plano externo da Inglaterra para os Estados Unidos.

Nas dualidades anteriores tivemos a Independência e a Abolição/República como marcos históricos fundamentais. Na terceira dualidade, tivemos a Revolução de 1930, que levou ao poder Getúlio Vargas. Tratava-se de um ato homologatório de mudanças que já vinham se constituindo na sociedade brasileira e que se aprofundariam após esta revolução. No âmbito da política, o pacto de poder agora se daria entre os fazendeiros-comerciantes, o latifúndio feudal (sócio maior), representantes do polo interno, e a burguesia industrial nascente (sócio menor), representante do polo externo. Em relação ao nascimento da burguesia industrial, nos diz Rangel (1981a, p.28):

A consciência de que os "novos comerciantes" não eram tais, mas outra formação social — a saber, a burguesia industrial —, começaria a definir-se gradualmente, por força da própria crise que dera nascimento à terceira dualidade. Com efeito, ao fechar os mercados externos a nossas exportações — não apenas em termos de *quantum*, mas, talvez principalmente, de valor — estabelecia-se uma distinção clara entre os dois grupos de "comerciantes". Os primeiros não tinham vocação para substituição (industrial) de importações e o segundo, sim. Politicamente, a crise debilitava os primeiros e fortalecia os segundos, na medida em que conferia a estes uma incumbência de estratégica importância para a economia nacional como um todo. Os novos industriais passavam a fazer jus ao apoio e simpatia de todas as forças vivas do país — inclusive as forças populares e as massas trabalhadoras.

Esses "novos comerciantes" não simplesmente compravam e vendiam, mas compravam insumos e vendiam produtos. Isso abria a possibilidade da utilização de insumos comprados internamente. Estes insumos eram incorporados cada vez mais aos produtos e com o

estrangulamento do comércio exterior essa tendência reforçaria o processo de substituição de importações da terceira dualidade (RANGEL, 1981).

Um fator importante desse período foi que o Brasil engendrou o seu próprio ciclo, os ciclos juglarianos, vinculados ao nascente processo de industrialização. A fase recessiva desses ciclos induzia mudanças institucionais que eram responsáveis por impulsionar a economia a ingressar numa nova fase ascendente de um novo ciclo, conforme trata Rangel (1981a, p.29-30):

[...] periodicamente – por períodos aproximadamente decenais, como os dos ciclos de Juglar –, a economia após uma fase ascendente (de aproximadamente um lustro) entra em crise, a qual acaba por induzir certas mudanças institucionais (no fisco, no câmbio, no direito do trabalho, nos meios de acesso à nova tecnologia e, em especial, no aparelho de intermediação financeira), as quais sensibilizam novos grupos de atividades econômicas ainda não *modernizadas*, pondo em marcha uma vaga de investimentos, cujos efeitos se propagam a todas as partes do sistema econômico, o qual é impelido, afinal, para nova fase ascendente. Esta é a etiologia dos nossos "milagres".

Na terceira dualidade, o Brasil engendrou um processo de industrialização bastante dinâmico, impulsionado pela fase recessiva do centro econômico mundial, e criando seus próprios ciclos internos. Tal dinamismo, permaneceu mesmo quando a economia mundial entrou na fase ascendente do quarto ciclo de Kondratiev. A substituição industrial de importações não se interrompeu, graças aos investimentos em novos grupos de atividades econômicas. Sobre o assunto, salienta Tavares (1978, p.37):

Na realidade, durante este período, para a maior parte dos países da América Latina, a orientação do crescimento voltou a ser mais "para fora" do que "para dentro", pois repousou em maior grau na melhoria do poder de compra das exportações do que na substituição de importações. Para alguns poucos países, no entanto, como por exemplo o Brasil, houve realmente o aproveitamento dessa situação relativamente favorável do setor externo para expandir o processo de industrialização. Assim, "o processo de substituição" avançou consideravelmente, entrando nas faixas de bens de consumo duráveis, e continuando, em algumas faixas de produtos intermediários e bens de capital.

A quarta dualidade brasileira, na passagem da fase A (1948-73) para a fase B (1973-?) do quarto ciclo de Kondratieff, dizia Rangel (1981, p.31-32) à época, "está, obviamente, no futuro. Não obstante, sob certo ponto de vista, ela é tão atual como se já tivesse acontecido." Essa transição iniciava-se em 1973, provocando uma queda do crescimento econômico dos

países do centro dinâmico. Como resposta a essa crise, deveria ser instrumentado um vigoroso esforço de substituição de importações no setor de bens de produção, o Departamento I da economia. "Segue-se que o esforço de formação de capital implícito nessas substituições de importações pode implicar em vultosíssimas imobilizações [...]."

No entanto, segundo Rangel, era preciso algumas mudanças institucionais, como criar um aparelho de intermediação financeira que permitisse viabilizar essa formação de capital e realizar uma revisão do enquadramento jurídico, alterando o direito que rege os serviços de utilidade pública, que permitisse utilizar o potencial produtivo já instalado no Departamento I. Essa questão será o tema do terceiro capítulo da dissertação.

Ainda restariam outros problemas, como o da questão agrária. Pois a resolução para este problema resultaria numa mudança do polo interno da dualidade, em crise. Na passagem para a terceira dualidade, como vimos, tivemos o desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil. No entanto, a burguesia industrial nascente era sócio menor no pacto de poder entre as classes hegemônicas, enquanto o latifúndio feudal era o sócio maior, "com prestígio político interno e interlocutor do capital financeiro internacional", (RANGEL, 2005 (1980a), p.536). Compreende-se, assim, que o processo de industrialização se deu sem que houvesse uma reforma agrária prévia. A própria reforma pressupunha a eliminação das relações feudais de produção, o que era incompatível com o latifúndio feudal como classe hegemônica. Historicamente, uma das características típicas das "revoluções brasileiras" é de não ocorrer rupturas profundas. Ou seja, tivemos uma industrialização sem reforma agrária e sob o patrocínio e comando do latifúndio feudal.

Essa industrialização sem uma prévia reforma agrária só foi possível porque iniciou-se nossa substituição de importações pelo Departamento II (bens de consumo), sem que se dispusesse de um Departamento I moderno (bens de produção), o que implicou numa produção interna pré-industrial destes bens, com o uso intensivo de mão-de-obra. Esse processo "conduziu afinal, setor após setor, ciclo após ciclo, o esforço de industrialização substitutiva de importações, que criou uma indústria de bens de produção gravemente subutilizada [...] (RANGEL, 1981a, p.32).

Entretanto, o desenvolvimento do Departamento I tornou esse setor poupador de mãode-obra, à medida que aumentava o seu capital intensivo, fazendo crescer o "exército industrial de reserva". E a agricultura, intensificada pela modernização, expeliu grande parte da sua mãode-obra. Esse estado de coisas demandaria mudanças mais profundas.

O preço da terra, seja da terra agrícola ou urbana, emergiu como reserva de valor, convertendo-se num fenômeno financeiro. A economia do latifúndio feudal depende do

monopólio da terra, entretanto não era mais possível falar em monopólio da terra no Brasil baseada no princípio *nulle terre sans seigneur* (toda terra acessível, habitável e agricultável possui um senhor), "o monopólio, não no sentido jurídico-formal do termo, mas no sentido virtual de inacessibilidade prática da terra para as massas trabalhadoras rurais, esse persiste, graças a eficacíssima barreira dos altos preços" (RANGEL, 2005 (1963), p.678). O latifúndio feudal dependia, nessa nova conjuntura, da especulação imobiliária, que elevava o preço da terra. Assim, era preciso criar as mudanças institucionais que desatassem a especulação em torno da terra, através da inovação e da adequação do nosso aparelho de intermediação financeira, abrindo o caminho para uma reforma agrária e uma reforma urbana, que chegariam via queda do preço da terra. O que faria, também, desestruturar o latifúndio feudal, levando ao fim o pacto de poder de 1930.

Ora, como dissemos anteriormente, para o PCB era necessária uma revolução agrária antifeudal e anti-imperialista para que houvesse o desenvolvimento industrial brasileiro, "devendo tal revolução resultar da ação coordenada de uma vasta frente nacional, com a burguesia industrial em posição dominante, quando não hegemônica" (RANGEL, 2005 (1980a), p.536). Entretanto, o desenvolvimento industrial brasileiro ocorria vigorosamente sem que muitos de nossos pensadores se atentassem para uma análise mais cuidadosa dessas mudanças. No entanto, para Rangel, nessa nova fase do capitalismo brasileiro, na quarta dualidade, uma reforma agrária, também urbana, estava por vir, ou em marcha. Mas não seria como pretendiam os revolucionários de 1930. Um capitalismo agrícola, em substituição ao latifúndio feudal, provocaria mudanças profundas, fazendo-se sob a hegemonia do capitalismo industrial, agora como classe amadurecida, o sócio maior desse novo pacto de poder.

Essa síntese da dualidade brasileira permite perceber nessa proposta uma interpretação do Brasil mais integradora, no sentido de relacionar as diferentes esferas da realidade social (política, sociológica, econômica, jurídica) e, ao mesmo tempo, de expressar as determinações internas e externas da formação brasileira, a partir dos movimentos cíclicos do capitalismo. As críticas em relação à dualidade derivam, no geral, de uma leitura superficial da tese, que a identifica como um esquema determinista para explicar a história do Brasil. Sobre o assunto, nos diz Malta (2014, p.21):

-

¹⁰ Enquanto, algumas correntes e autores negavam a existência do feudalismo no Brasil, "o que faria do Brasil um caso *sui generis*, na história universal", para Rangel, as relações feudais não apenas se preservaram, como se estenderam a novas áreas do sistema socioeconômico no período posterior a 1930, inclusive nas cidades, como o direito do trabalho, "tal como surgiu na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), francamente corporativista" (2005 (1980a), p.537).

A interpretação deste trabalho como determinista padece da incompreensão de que se trata de uma explicação para a história do Brasil. A tese da dualidade básica, ao descrever a história, fala de algo que já está determinado e aponta para uma dinâmica que pode ser mantida ou rompida. Porém, permanece a questão de se o rompimento teria que também vir do centro do capitalismo, ou se está aberto um movimento nacional ou da periferia articulada como possível saída. O devir presente na análise de Rangel se restringe à quarta dualidade que mudou fartamente de caracterização a partir de sua análise de conjuntura de cada período (apesar de sua esperança desejar sempre encontrar o socialismo no lado externo do polo externo na quarta dualidade).

Em relação à dualidade, dizia Rangel (2005 (1962), p.533), que "toda estratégia e tática econômica, social e política que a ignore não poderá senão conduzir a equívocos e frustrações", inclusive e especialmente para a superação da própria dualidade. As ideias apresentadas por Rangel em torno da quarta dualidade fazem parte, portanto, de um exercício de projeção do autor, a partir da análise que realiza da história econômica brasileira.

1.3. A Dialética da Capacidade Ociosa

Como foi mencionado anteriormente, *A inflação brasileira* é um dos textos mais conhecidos de Rangel nos cursos de economia. A análise que realiza sobre a nossa inflação é singular, por se contrapor a outras teses em voga sobre o tema no Brasil, a saber: as correntes *monetarista* e *estruturalista*. Para Rangel (2005 (1963)), o ponto central para analisar ambas as teorias é a capacidade ociosa. Em diferentes escalas, monetaristas e estruturalistas negavam a acumulação de capacidade ociosa na economia.

O tema da inflação brasileira ganhou importância no início dos anos 60, no final do governo de Juscelino Kubitschek, período em que houve uma desaceleração da economia e a aceleração inflacionária. A taxa de inflação foi de 37% em 1961, 51% em 1962 e de 73% em 1963. Enquanto a taxa de crescimento da economia foi de 7,7% em 1961, 5,5% em 1962% e de 2,1% em 1963 (FURTADO, 1989). Foi nesse contexto, de grave crise econômica, mas também política, culminando no golpe político de 1964, que o processo inflacionário se tornou em objeto de preocupação dos governos e de política econômica.

Até 1963 o pensamento econômico brasileiro atribuía a gênese do nosso processo inflacionário à inelasticidade da oferta e a demanda excessiva. Rangel, com *A Inflação Brasileira*, inaugurava uma nova tese sobre a questão. Dizia que a inflação é uma expressão cíclica que demonstra a existência de capacidade ociosa na economia, relacionando-se portanto com os ciclos endógenos e, consequentemente, com os movimentos de expansão e recessão da

economia. Ao contrário daqueles que demonstravam a inflação como sendo causa da crise, Rangel demonstrava a inflação como consequência do processo, um epifenômeno (JABBOUR, 2007). No período de 1958 a 1984, a inflação integra o movimento de recessão, "isto é, surge ou se exacerba quando a economia se desaquece e, inversamente, desaparece ou, pelo menos, tem sua intensidade reduzida, quando a economia se reaquece", desse modo o combate à inflação dependia do combate à recessão (RANGEL, 2005 (1985), p.441).

Para Rangel (2005 (1963)), uma das contribuições dos estruturalistas estava na constatação de que o processo inflacionário se originava no interior da economia e não pela arbitrariedade do governo federal. Tal constatação orientava a análise da inflação para o estudo do próprio sistema econômico, da empresa privada e não do Estado como pensavam os monetaristas. No entanto, era preciso resolver um problema fundamental, que era saber por que algumas empresas privadas decidem elevar os preços em determinados momentos. Depois esclarecer o motivo dessas empresas se reestabelecerem através da retirada de parte do produto da circulação. Segundo Castro (2005, p.29), "é necessário mostrar o mecanismo pelo qual a alta de preços induz à emissão."

A elevação autônoma dos preços decorre da operação de um oligopsônio-oligopólio, mas que opera como se fosse monopsônio-monopólio, que domina a estrutura de comercialização de produtos agrícolas e modifica os preços no nível do intermediário, que chega ao nível do consumidor final, mas não chega ao produtor. Apesar de agir setorialmente nos produtos agrícolas, acabam por determinar a emissão e a elevação do índice geral dos preços. Trata-se de uma anomalia no mecanismo de formação de preços e é parte integrante do mecanismo causador da inflação, e não de uma inelasticidade da oferta de produtos agrícolas, como pretendiam os estruturalistas (RANGEL, 2005 (1963)).

Como esses produtos possuem baixa elasticidade-preço de demanda, uma elevação nos seus preços provoca uma queda na venda dos produtos com alta elasticidade-renda da demanda e uma retenção de estoques no plano da empresa. Cresce o realizável destas empresas à custa do seu disponível, fazendo com que recorram ao sistema bancário para reestabelecer o seu disponível. Os bancos não têm porque recusar a ajuda, porque estas empresas apresentam elevado índice de solvabilidade. No entanto, isso afeta "negativamente o equilíbrio de caixa do sistema bancário, movimento esse que, direta ou indiretamente" desemboca no Banco do Brasil. A emissão do governo é, nesse sentido, para socorrer o caixa do Banco do Brasil. O que quer dizer que a inflação não é gerada na emissão do governo, mas origina-se no interior da

_

¹¹ Monopsônio-Monopólio: controla a compra e a venda de alguns produtos agrícolas, respectivamente.

economia, pelos movimentos autônomos dos preços da empresa privada. "Noutros termos a emissão não é o ponto de partida da inflação, mas o seu ponto de chegada, isto é, sua culminação" (RANGEL, 2005 (1963), p.564).

"Os estruturalistas explicaram a elevação autônoma dos preços pela existência de certos pontos de estrangulamento na economia, notadamente pela insuficiência da capacidade para importar e pela inelasticidade da oferta agrícola" (RANGEL, 2005 (1963), p.566). Diziam, na verdade, que o problema estaria na estrutura da oferta do sistema econômico.

Dessa forma, estruturalistas colocam como centro da problemática a existência de uma insuficiência de oferta, diante de uma demanda supostamente excessiva. Considerando essa suposta demanda excessiva, compreende-se que não tenham estabelecido uma correlação entre a inflação e o nível de demanda global do sistema. Partiriam daí várias análises sobre a necessidade de comprimir o consumo, o que envolveria a compressão dos salários para aumentar a massa de recursos livres para inverter. Entretanto, nossa economia opera à base de uma alta taxa de exploração, que aumenta com a produtividade do trabalho sem, no entanto, compensar com a elevação do salário. A propensão a consumir, portanto, tende a ser muito baixa e "daí a necessidade de uma elevada taxa de imobilização, de cujas condições a capacidade produtiva cresce a ritmo relativamente elevado e tendendo a acelerar-se cada vez mais" (RANGEL, 2005 (1963), p.637).

Rangel sugere que a economia possui alguns mecanismos de defesa diante dessa baixa tendência a consumir, dentre eles os direitos trabalhistas, os sindicatos e o "empreguismo" por parte do governo. No entanto, tais mecanismos são ineficazes. Com isso, o sistema passa a depender fortemente das *imobilizações* para compensar o baixo consumo no curto prazo. No entanto, em uma economia com baixa propensão a consumir, a tendência à ociosidade da capacidade produtiva (que aumenta com a expansão dos investimentos), a rentabilidade do capital tende a ser negativa, desestimulando as imobilizações. Porém, devido ao atraso econômico do país, ainda há setores que possuem capacidade produtiva insuficiente que acabam recebendo parcela dos investimentos. Quando tais setores também ficam saturados (ou com excesso de capacidade), é necessária a introdução de novas atividades; mas até que isso ocorra, surge uma tendência à queda da taxa de imobilização. Cria-se, então, uma tendência à depressão na economia (MORENO; MODENESI, 2014, p. 569).

-

¹² Segundo Moreno e Modenesi (2014, p.569), "Rangel considera imobilizações todos os tipos de 'aprazamento de consumo', incluindo-se nessa expressão investimentos de produção (compra de bens de produção) e de consumo (compra de bens de consumo duráveis). Segundo o autor, isso permite distinguir consumo corrente de consumo futuro."

A atividade econômica do Brasil e, por consequência, a renda nacional brasileira são dependentes da taxa de inflação, pois ela é necessária para deprimir a preferência pela liquidez do sistema e, assim, induzir às imobilizações. A inflação brasileira corresponde a um mecanismo de defesa do sistema econômico contra a depressão econômica e, ainda, a inflação tende a se agravar quando há uma escassez nas oportunidades de inversão e tenderá a regredir quando prepararmos novos campos de inversão. Por influência da taxa de imobilização é que a inflação desempenha seu papel de defesa contra a depressão econômica, que, em última instância, resulta da elevada taxa de exploração, que tem suas raízes no fato do Brasil industrializar sem previamente fazer a reforma agrária (RANGEL, 2005 (1963)).

Segue-se, portanto, que a inflação, ao suscitar uma tendência ao aumento das imobilizações do sistema, afeta, através do efeito multiplicador, o nível da renda nacional – fato este empiricamente demonstrado pelos economistas filiados à escola estruturalista. Consequentemente, para se tornar menos dependente da taxa de inflação, urge criar outras condições propícias para sustentar e, eventualmente, elevar a taxa de imobilização do sistema (RANGEL, 2005 (1963), p.594).

"Os excedentes de mais-valia resultantes da elevada taxa de exploração" deverão encontrar sua aplicação nas áreas do sistema econômico que estão estranguladas. Mas enquanto não se criar as condições para que isso ocorra "o equilíbrio macroeconômico do sistema depende de uma taxa de imobilização maior do que a espontânea" (RANGEL, 2005 (1963), p.614). Essa dependência de uma elevada taxa de imobilização para seu equilíbrio tende a conduzir ao superinvestimento, considerando que os investimentos produtivos seja a via mais natural das imobilizações. Mesmo que sejam muito importantes as imobilizações não produtivas ou de consumo, a capacidade produtiva tende a ser excessiva, "dada a mecânica da demanda global, presa a uma demanda de consumo que se expande preguiçosamente" (RANGEL, 2005 (1963), p.597). Assim, a tendência crescente à acumulação de capacidade ociosa tornou-se um dos aspectos marcantes do sistema econômico brasileiro.

Por outro lado, há setores da economia brasileira em que a capacidade produtiva é insuficiente ou inexistente e que poderiam absorver uma enorme quantidade de recursos produtivos. O excesso de recursos livres para inverter pressiona continuamente o sistema para a preparação de novos campos onde inverter. Quando essa condição estiver satisfeita o problema do equilíbrio estará resolvido, ao menos que estes novos campos sejam tomados pela capacidade ociosa.

Esse jogo de revelação simultânea de capacidade excessiva (condenada a tornar-se ociosa) e de criação de novas necessidades (que suscitam novos pontos de estrangulamento) é o que venho estudando sob a rubrica de dialética da capacidade ociosa. É essa dialética que está na raiz dos nossos ciclos breves endógenos que, pelo menos até agora, têm determinado o ritmo do nosso desenvolvimento industrial (RANGEL, 1987, p. 10).

Para que o carreamento de recursos das áreas ociosas para as áreas estranguladas se efetive a cada novo ciclo, na fase recessiva, é preciso que haja mudanças institucionais. Esse processo põe em marcha as classes sociais e os fatores políticos que devem ser vistos como parte integrante do processo econômico. Por sua vez, modificando o enquadramento jurídico, o conjunto de mudanças confere novo dinamismo econômico, condicionando uma fase expansiva de um novo ciclo juglariano. Quando o esforço de formação de capital perde impulso, abre-se um novo período de fase recessiva, em que aumenta a concentração de renda, diminui a propensão a consumir e a demanda revela-se insuficiente, enquanto a capacidade ociosa do sistema econômico cresce. As mudanças institucionais preparam novos campos virgens para investimentos que, efetivados, elevam a taxa de formação de capital. O equilíbrio macroeconômico torna-se assim menos dependente das imobilizações artificialmente provocadas e da taxa de elevação dos preços (RANGEL, 2005 (1963)).

Das mudanças institucionais essenciais à mobilização do potencial produtivo ocioso nacional, Rangel destacou a estruturação do sistema financeiro nacional, com a adaptação do aparelho de intermediação financeira. Ora, como tratamos na terceira dualidade brasileira, o capital financeiro norte-americano assumiria o papel de comando dessa nova fase do capitalismo, inclusive possibilitando o nosso processo de industrialização. À medida que desenvolvia-se a nossa indústria, no entanto, tornava-se primordial a criação e o fortalecimento do nosso capital financeiro, que naturalmente entraria em luta porfiada com o capital financeiro do centro do capitalismo.

Foi dito que as alterações das atividades que ocupam o polo de capacidade ociosa e o polo de anticapacidade ociosa determinam os movimentos cíclicos do nosso processo de desenvolvimento industrial. Alterações que ocorrem dialeticamente, modificando os setores com poupança, com excesso de capacidade ociosa, e os que necessitam de investimento, os setores estrangulados. Assim, nossa industrialização foi se processando escalonadamente, setor após setor, através da transferência de recursos intersetoriais. A cada etapa cabia ao aparelho financeiro criado cumprir essa transferência, possibilitando que aos poucos fossem criadas as condições para o surgimento de um vigoroso capitalismo financeiro.

No primeiro ciclo juglariano, na década de 1930, o investimento ocorreu na indústria leve, de bens de consumo ou Departamento II, por onde nossa industrialização iniciou, "sendo a poupança suprida basicamente pela agricultura produtora de exportações e serviços conexos, além das numerosas instalações de tipo pré-industrial surgidas no quadro das crises pretéritas" (RANGEL, 2005 (1963), p. 667). De ciclo em ciclo chegaríamos às atividades supridoras de bens de produção, Departamento I, que já existia, porém tinha caráter pré-industrial ou artesanal, conforme salienta Rangel (2005 (1985), p.716):

Este constava de oficinas mecânicas independentes ou de oficinas anexas a estabelecimentos industriais ou dos serviços de utilidade pública a carga de concessionários estrangeiros, ou ainda como serviços de apoio aos estabelecimentos militares de terra e mar. As primeiras indústrias leves criadas – fossem fábricas têxteis ou usinas de açúcar – tinham todas esses anexos préindustriais, formalmente destinados à prestação de serviços de manutenção. Ora, tais oficinas de manutenção extrapolavam, não raro, sua destinação original, contribuindo eficazmente para o crescimento do capital fixo do parque.

No final dos anos de 1950, os investimentos foram direcionados para o setor de bens de produção, área estrangulada, que já na década posterior passava a operar com capacidade ociosa até que fosse dinamizada pela demanda crescente da construção civil e de bens duráveis de consumo, em função da criação de condições institucionais adequadas, como as medidas em torno da correção monetária no final dos anos 60. Ao longo dos anos 70 o Departamento I tornou-se um setor industrial e moderno, funcionando com excesso de capacidade ociosa. Enquanto, o setor dinâmico dessa nova fase deveria ser os serviços de utilidade pública, o grupo de atividades com oportunidades de inversão, a área com anticapacidade ociosa da economia. Com o desenvolvimento dos serviços de utilidade pública e o aumento da demanda do Departamento I, teríamos o fechamento do ciclo de substituição de importações.

Enquanto isso, a inflação persistiu como fiel companheira da industrialização brasileira, desde o princípio. Seu papel principal consiste em bloquear a tendência ao declínio dos investimentos, especialmente nas fases recessivas dos nossos ciclos breves decenais. Sem ela, muito provavelmente, nosso ritmo de crescimento, que aumentou nossa produção industrial em cerca de 26 *vezes*, no meio século iniciado em 1938, não teria sido possível. Nesse meio século o crescimento de nossa produção industrial ultrapassou o do próprio Japão, somente sendo ultrapassado pelo da União Soviética (RANGEL, 1990).

Capítulo II – "DIÁLOGOS" ENTRE IGNÁCIO RANGEL, CAIO PRADO JR., CELSO FURTADO E FLORESTAN FERNANDES

É falsa a pretensão de um consenso científico nas ciências sociais. "Vemos a realidade através da óptica de nossa ideologia, de nossa metodologia, de nossa visão global do mundo. Por isso, a mesma realidade pode prestar-se a diferentes interpretações" (SANTOS, 2009, p.9). Esse reconhecimento é mais que necessário, pois denota as contribuições que as diferentes correntes de interpretação e o diálogo entre elas sejam elementos importantes para o entendimento do Brasil.

É um traço comum dos grandes intérpretes brasileiros os complexos diálogos entre eles, nem sempre explícitos, concebidos normalmente em fundamentos analíticos distintos. Ignácio Rangel, Celso Furtado, Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes fazem parte dessa geração de intérpretes que deixou um importante legado à compreensão do Brasil. Resgatar as interpretações desenvolvidas por eles, assim como os diálogos, é essencial para tomarmos consciência do curso histórico do nosso processo de desenvolvimento, assim como nos possibilita refletir mais profundamente sobre os dilemas brasileiros e, consequentemente, pensar em estratégias de superação dos nossos problemas.

Dedicamos atenção especial a esses autores, porque é possível identificar intersecções, "diálogos" em suas interpretações, como os dilemas brasileiros que serão abordados aqui: a "revolução brasileira", a questão agrária e a industrialização brasileira. No geral, o tema do "desenvolvimento brasileiro" foi objeto de preocupação em suas análises. O fato do Brasil ser um país subdesenvolvido pressupunha a existência de uma problemática que será motivo de investigação desses teóricos para entender as raízes desse processo e desvendar as possibilidades históricas abertas à superação do subdesenvolvimento. Reforçam, ainda, a necessidade de construir uma interpretação com base nas especificidades brasileiras.

Não obstante, existem categorias analíticas diferentes que os conduzem a distintas interpretações. Assim, vamos explorar alguns elementos de convergência e divergência de ideias entre eles, com o intuito, sobretudo, de identificar as contribuições de Rangel e como situam suas ideias no pensamento brasileiro, como um dos nossos intérpretes.

2.1. Premissas metodológicas para interpretar o Brasil: algumas contribuições

Para esses autores, a compreensão do Brasil deveria ser baseada nas peculiaridades do país e de seu povo, pois era comum a importação de modelos analíticos e teóricos estrangeiros para serem empregados mecanicamente em formações sociais distintas como a nossa. Isso resultava em avaliações e estratégias de desenvolvimento que não eram compatíveis com a realidade brasileira. Não era possível incorporar a trajetória feita pelos países desenvolvidos como um modelo ideal para superar o nosso subdesenvolvimento.

Ou seja, era necessário construir uma estratégia de desenvolvimento de acordo com as nossas condições e possibilidades, partindo de um novo paradigma de interpretação da realidade brasileira, com base nas nossas especificidades. Essa é uma das maiores contribuições dos nossos intérpretes, o entendimento do que seriam as especificidades históricas da formação e do desenvolvimento brasileiro.

Para Caio Prado a situação de dependência da economia brasileira tem suas raízes na formação do país. Isso se deve às circunstâncias em que se verificou a integração da economia brasileira no sistema capitalista internacional. O Brasil, inicialmente, se formou e constituiu como parte e peça de um sistema mercantil internacional, que se transformou no capitalismo internacional recente. E nessa mesma situação ela se perpetua e se adapta, sofrendo as contingências desse sistema.

Essa dominação não constitui elemento e contingência externa à nossa organização social econômica e estrutura social, e a elas sobreposta – tal como ocorre ou ocorreu em outros países e povos também sujeitos ao imperialismo, como os asiáticos e africanos, onde se defrontam culturas e até etnias distintas, produto que são cada qual de formação histórica e tradições próprias que se chocam e entre si conflitam. No Brasil, a dominação imperialista tem raízes profundas que projetam no mais íntimo da nossa vida econômica e social, e resulta de fatores e circunstâncias que vêm atuando ao longo de toda nossa formação e evolução históricas (PRADO, 2004b, p.185).

Os povos asiáticos e africanos, assim como nós, constituem partes periféricas e dependentes do sistema internacional do capitalismo. A nossa particularidade reside na maneira e nas circunstâncias em que essa subordinação se efetiva e pelas quais é condicionada. Aqui as relações internas e externas se conjugam e completam. Deste modo, a nossa libertação da subordinação em relação ao sistema internacional depende da eliminação simultânea dos elementos da organização interna que herdamos do período colonial (PRADO JR., 2004b).

Caio Prado, em *Formação do Brasil contemporâneo* (1942, p.19), logo no início diz que: "todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo sentido. Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo", o que seria para o autor o *sentido da colonização*. O Brasil foi colonizado como peça essencial da estruturação do capitalismo mercantil, como produtor e fornecedor de produtos primários para os países dominantes na esfera internacional. Mesmo com as mudanças substanciais ocorridas no país, como a industrialização, essa situação permaneceria essencialmente até os nossos dias, como se fosse uma adaptação a um nível superior de colonialismo.

O sentido da colonização é a categoria explicativa central do pensamento de Caio Prado e se trata de uma interpretação da formação social brasileira em suas particularidades. Considerava o caráter colonial uma característica presente em largo período na nossa história, que se relaciona com os mais variados aspectos da formação da nacionalidade brasileira, para citar alguns: as relações sociais, as cidades, as vias de comunicação, o povoamento, as atividades econômicas, etc. Eram diversos os aspectos da vida brasileira contemporânea que permaneciam sob a influência do sistema colonial e comprometiam a evolução da economia colonial para a nacional.

Celso Furtado, em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, publicado em 1961, analisa os limites teóricos das doutrinas clássica, marxista e keynesiana para explicar os problemas dos países subdesenvolvidos. Posteriormente, procura formular uma interpretação teórica própria do subdesenvolvimento, com enfoque estrutural, em face da insuficiência das teorias econômicas para captar a nossa dinâmica histórica.

Nesta obra, Furtado nos diz que o advento do núcleo industrial na Europa provocou uma ruptura na economia mundial e passou a condicionar, posteriormente, o desenvolvimento econômico em diversas partes do mundo. A ação desse núcleo industrial passou a exercer-se em três direções distintas. A primeira, dentro da própria Europa Ocidental. A segunda consistiu num deslocamento para além de suas fronteiras, em regiões de características similares à da Europa Ocidental. O processo de desenvolvimento nessas novas fronteiras, contudo não se diferenciava, basicamente, do ocorrido na Europa. A terceira linha de expansão da economia industrial foi em direção às regiões já ocupadas e com sistemas econômicos variados e de natureza pré-capitalista. O contato com essas regiões não se fez de maneira uniforme, acrescenta Furtado (1961, p.161):

O efeito do impacto da expansão capitalista sobre as estruturas arcaicas variou de região para região, ao sabor de circunstâncias locais, do tipo de penetração capitalista e da intensidade desta. Contudo, a resultante foi quase sempre a criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente. Esse tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo.

O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento. Para captar a essência do problema das atuais economias subdesenvolvidas necessário se torna levar em conta essa peculiaridade.

Assim, o subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária pela qual tenha passado as economias desenvolvidas. Trata-se de um processo particular, resultante da penetração do capitalismo moderno em estruturas arcaicas. O fenômeno do subdesenvolvimento apresenta-se de formas variadas. O caso mais complexo, é o exemplo do que oferece a economia brasileira, é aquele em que a economia apresenta três setores, segundo Furtado: o primeiro, principalmente de subsistência; segundo, voltado para a exportação e o terceiro, como núcleo industrial conectado ao mercado interno.

Rangel nos lembra que o conceito de dualismo é comum a muitos estudiosos da história brasileira. Encontramos no Brasil formações socioeconômicas próximas às dos países desenvolvidos convivendo com outras formações de tempos pretéritos. A economia brasileira não é um todo homogêneo e, como Furtado, Rangel considera que é possível distinguir três estruturas superpostas, como formações heteronômicas: economia natural; economia de mercado; e uma economia capitalista de monopólio, que domina no campo do comércio exterior.

Como já abordamos, a teoria da dualidade foi a ideia central de Rangel para explicar a evolução econômica, social e política do Brasil. A dualidade, como fenômeno do subdesenvolvimento, ganha contornos ainda maiores em seu pensamento quando considera que a economia e a sociedade brasileira a têm como peculiaridade. É uma maneira singular de explicação da história brasileira, a partir das transformações dos modos de produção e como vão se sucedendo. Esses modos de produção são caracterizados pela coexistência de relações

¹ Rangel discordava de uma suposta "economia de subsistência", "o que induz a ideia de que, além do que compram no mercado em 'outras unidades', as pessoas que vivem na agricultura consomem bens agrícolas que elas mesmas produzem." Pois, como se sabe, os camponeses além de plantarem produtos agrícolas, constroem a própria moradia e fabricam boa parte das roupas, dos móveis e dos utensílios de que necessitam (2005 (1955), p.98). Seria o que Rangel conceituaria de "complexo rural". "A agricultura propriamente dita não passa de uma das múltiplas atividades do complexo rural, como podemos denominar o conjunto de atividades a que se dedica o camponês de país subdesenvolvido" (2005 (1955), p.158).

de produção próprias e de diferentes modos fundamentais de produção (comunismo primitivo, escravidão, feudalismo, capitalismo, socialismo). O princípio da dualidade é a "combinação de relações de produção heterogêneas, para compor um só e mesmo modo de produção complexo ou dual" (RANGEL, 2005 (1978), p.634).

Para Furtado (1983), o dualismo se refere à coexistência do modo de produção capitalista com outros modos de produção não capitalistas, como a agricultura artesanal de subsistência, em economias subdesenvolvidas que não podem ser concebidas fora das relações internacionais, o que engendra o fenômeno da dependência. Acrescenta o autor:

A palavra dualismo leva à confusão, pois parece sugerir que os dois modos de produção existem num mesmo espaço, mas independentemente um do outro, ou que o setor em atraso tende necessariamente a ser absorvido pelo dinâmico, vale dizer, o capitalismo. Ora, o que caracteriza o dualismo é exatamente a interdependência dos dois modos de produção, interdependência que responde pela tendência à perpetuação dos elementos pré-capitalistas. O capitalismo que existe na estrutura dualista apresenta certas especificidades, cuja razão de ser está nas inter-relações que mantém com o setor não capitalista (1983, p.156).

A interdependência entre o "arcaico e o moderno", entre formações econômicas diferentes, aparece também como uma das características fundantes do capitalismo dependente, na interpretação de Florestan Fernandes. Para este autor (1976), com a ordem social escravocrata e senhorial e a emergência do capitalismo, houve uma acomodação temporária de formas econômicas opostas e exclusivas.

Dessa acomodação resultou uma economia nacional "híbrida", que promovia a coexistência e a interinfluência de formas econômicas variavelmente "arcaicas" e "modernas", graças à qual o sistema econômico adaptou-se às estruturas e às funções de uma economia capitalista diferenciada, mas periférica e dependente (pois só o capitalismo dependente permite e requer tal combinação do "moderno" com o "arcaico", uma descolonização mínima, com uma modernização máxima (FERNANDES, 1976, p.176).

O sistema econômico não se integra como ocorreu no capitalismo avançado, e sim pela articulação de estruturas econômicas heterogêneas.

Para Florestan (2008 (1968) p.63), a sobrevivência de relações pré-capitalistas em economias capitalistas avançadas não se comporta do mesmo modo que no capitalismo dependente, em que as formas arcaicas não são uma função secundária. As relações destas formas com outras modernas permitem aos agentes econômicos privilegiados organizarem os fatores econômicos disponíveis, como o trabalho em bases anticapitalistas ou capitalistas, para

obter um maior excedente econômico. Com o crescimento econômico, provocado pela industrialização, houve a intensificação da transferência de renda e de controles econômicos do setor arcaico para o moderno. No entanto, essa ordem não permitia plena eficácia sob todos os fatores econômicos, o que fez com que o setor moderno não tivesse a capacidade e o dinamismo de impor a transformação ou a eliminação do setor arcaico. "Doutro lado, a expansão da economia interna não impede (antes exige, nas condições do capitalismo dependente) que formas arcaicas de produção persistam cronicamente, inclusive depois de serem polarizadas *para dentro*."

Segundo Caio Prado (1989), a fase histórica recente do Brasil se caracteriza pelas contradições que resultam de uma dualidade de setores ou sistemas econômicos imbricados um no outro: um tradicional, centrado na exportação de produtos primários; o outro, emergente desse, que se volta para o mercado interno e tem por base a indústria. Acrescenta o autor, que

trata-se de um dualismo, porque essencialmente ambos os setores se caracterizam à parte um do outro e não se recobrem. Isto é, cada um deles tem sua orientação comercial própria e exclusiva – um para o mercado externo, outro para o interno –, e somente se confundem e sobrepõem secundária e subsidiariamente; e até mesmo, muitas vezes, apenas excepcionalmente (PRADO JR., 1989, p.131).

Aqui Caio Prado parece considerar as duas possibilidades: a dualidade como sistemas econômicos interligados e o dualismo como dois setores que funcionam à parte.

Celso Furtado e Florestan Fernandes referem-se à convivência de relações précapitalistas e capitalistas sem especificar essas relações précapitalistas ou modos de produção. Distinguem-se, portanto, de Rangel, que considera a coexistência de todos os modos fundamentais de produção e estuda a natureza das relações de produção vigentes em cada um e suas particularidades no caso brasileiro.

É possível notar que esses intérpretes foram influenciados pelo marxismo e consideravam fundamentais as categorias *modos de produção*, *relações de produção* e *formação social*, cada um utilizando-as a seu modo. Foi com base na teoria marxista que a compreensão da história brasileira foi submetida ao movimento dialético, em contraposição à visão mecanicista. A dualidade, no sentido dialético, ganha expressão como fenômeno do subdesenvolvimento, rompendo com a visão dualista rígida. Apesar das similitudes entre os autores no que concerne à dualidade brasileira, um estudo mais aprofundado revelaria significativas diferenças entre eles, envolvendo, por exemplo, as categorias marxistas anteriormente citadas.

Outro esforço teórico empreendido por esses autores, com o intuito de compreender as especificidades do desenvolvimento brasileiro, foi o de desvendar as relações contraditórias entre a esfera nacional e a esfera internacional. O desenvolvimento das economias capitalistas avançadas e a condição marginal a que foi submetida a maior parte dos países subdesenvolvidos, inseridos num processo de internacionalização do capital e do aprofundamento da divisão internacional do trabalho, tornou o mundo mais complexo e heterogêneo e, portanto, requer a transformação dos nossos instrumentos analíticos para pensar essa complexidade, sobretudo para traduzir os problemas das sociedades subdesenvolvidas.

Nesse contexto, as reflexões por trás das relações nacionais e internacionais levariam ao entendimento do que seriam as raízes do *subdesenvolvimento*, do *capitalismo dependente*, *periférico*, etc., conforme as diferentes vertentes do pensamento brasileiro. Assim, as sociedades subdesenvolvidas não podem ser compreendidas e analisadas sem as relações que possuem com as economias centrais do capitalismo e dos contrastes que daí derivam.

Acrescentamos a análise pioneira da CEPAL e seu principal expoente Raul Prebisch, com os estudos sobre o sistema centro-periferia do capitalismo e a deterioração dos termos de intercâmbio. Pois tais ideias influenciaram os mais variados pensadores latino-americanos, em particular os intérpretes brasileiros aqui trabalhados, sobretudo Celso Furtado e Ignácio Rangel, que participaram da CEPAL. Prebisch questionava algumas teses da economia clássica, segundo as quais o livre funcionamento dos mecanismos econômicos permitiria um equilíbrio nas trocas internacionais, quando na verdade, defendia ele, tal funcionamento provocava desequilíbrios e trocas desiguais entre os países do centro e da periferia do sistema capitalista. Essa premissa desencadeará diversos estudos para entender a realidade das economias latino-americanas em suas relações com o centro do sistema capitalista.

Nessa perspectiva, todavia, é preciso cautela para não cair na armadilha que procura explicar toda a problemática do desenvolvimento brasileiro por suas relações externas. Nenhuma teorização pode ser desvinculada da realidade, pois é ela quem dirá se os fatores internos se sobrepõem aos externos ou o contrário, lembrando que se trata de relações interdependentes. Neste ponto reside uma das importantes contribuições de nossos intérpretes.

Tais contribuições tornaram-se possíveis na medida em que essas interpretações foram construídas sob uma ótica mais ampla, para além das limitações disciplinares. Assim, esses autores procuraram cultivar uma análise mais global da nossa realidade. Havia, de certo modo, um predomínio dos estudos econômicos sobre o tema do *desenvolvimento*; conforme fossem conduzidos pela ótica restrita da economia, esses estudos revelar-se-iam insuficientes para desvendar a realidade em sua complexidade. Ora, as soluções dos problemas pendentes do

desenvolvimento não eram somente econômicas, mas também sociais, culturais e políticas. Desse modo, a partir de uma perspectiva integral do processo, poderíamos analisar a substância de nossa realidade e as contradições profundas que ameaçam o curso do nosso desenvolvimento. Sobre esse assunto, esclarece Florestan Fernandes (2008, p.23):

O capitalismo não é apenas uma realidade econômica. Ele é também, e acima de tudo, uma complexa realidade sociocultural, em cuja formação e evolução histórica concorreram vários fatores extra-econômicos (do direito e do Estado nacional à filosofia, à religião, à ciência e à tecnologia).

Segundo Caio Prado (2004b, p.208), a teoria revolucionária deve ser resultante de um esforço coletivo de toda uma corrente de pensamento. "Nenhum de nós, e nenhum indivíduo, por si apenas, pode ter a pretensão de se colocar fora e acima dos fatos que analisa e interpreta, a fim de lhes traçar normas. Todos participamos de uma tarefa comum. É na ação coletiva que esta tarefa nos impõe [...]". Acrescentaríamos, que não somente a teoria revolucionária, mas qualquer teoria científica é resultante de um esforço coletivo.

Para Furtado (2009, p. 84), "a análise econômica não nos pode explicar a dinâmica das mudanças sociais senão de maneira limitada. Contudo, ela pode identificar alguns mecanismos [...] do processo de desenvolvimento econômico", como também haverá de contribuir a incorporação de outros processos sociais em nossas análises.

O tratamento que o desenvolvimento obteve pela ótica puramente econômica o incluía em modelos analíticos com alto nível de abstração, sem considerar as especificidades de cada país. Por essa ótica, a teoria ortodoxa do desenvolvimento partia de uma situação estática como se as sociedades fossem semelhantes em toda parte, procurando a aplicabilidade de modelos que, no geral, são estranhos à realidade dos países subdesenvolvidos (PRADO JR., 1989).

É compreensível, dentro de certos limites, que a teoria econômica elaborada com base na observação dos países desenvolvidos tivesse melhores condições de orientar uma política de desenvolvimento para estes países do que os subdesenvolvidos. Essa teoria fora incapaz de identificar os obstáculos estruturais que dificultam o processo de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. Assim, caberia sobretudo aos estudiosos destes países realizar um esforço teórico de maior amplitude com a intenção de diagnosticar os problemas do mundo subdesenvolvido e promover um conjunto de ações para sua superação, considerando os processos econômicos e não econômicos (histórico, sociológico, geográfico, etc.).

Caio Prado, por exemplo, nos chama a atenção o processo histórico com sua obra História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do

desenvolvimento brasileiro. Escrita em 1968, seu título já nos revela a abordagem principal do autor, a saber: o papel central da história para entender a natureza e os limites do desenvolvimento brasileiro, pois é através da formação e evolução de nossa nacionalidade que podemos compreender a realidade atual e direcionar uma política destinada ao desenvolvimento. A historiografia, dessa forma, adquire papel central no tema do desenvolvimento. No caso brasileiro, um país ainda recente em sua formação, a história é ainda mais essencial, pois "não se decantou ainda em formas novas que possam ser diretas e imediatamente apreendidas, compreendidas e interpretadas sem ser na perspectiva de suas origens e raízes no passado" (PRADO JR., 1989, p.17). Isso significa que o nosso presente está estreitamente interligado com o passado. Nesse sentido, é notória a relação estabelecida por Caio Prado entre a história brasileira desde o período colonial e a compreensão do Brasil contemporâneo.

Por outro lado, Fernandes (2008, p.29) reivindica a contribuição sociológica para explicação do subdesenvolvimento econômico. E essa explicação deve ser baseada nos fatores do desenvolvimento econômico sob o regime de produção capitalista: "como as classes se organizam e cooperam ou lutam entre si para preservar, fortalecer e aperfeiçoar, ou extinguir aquele regime social de produção econômica." Essa orientação exige um aporte conceitual, teórico e metodológico da sociologia para entender a "dinâmica da sociedade de classes no mundo subdesenvolvido." Nesse sentido, o autor chama a atenção para os cientistas sociais dos países avançados que procuram compreender as sociedades subdesenvolvidas sem as adaptações dos procedimentos de investigação a estas realidades e, sobretudo, sem adentrarem às condições concretas da realidade em estudo, o que tende a tornar suas análises superficiais. Sobre essa questão, segundo o autor:

O chamado mundo subdesenvolvido não só apresenta uma enorme variedade de situações histórico-sociais distintas, que contrastam com a *dos países desenvolvidos* (grifo nosso), como dificilmente se poderiam explorar frutiferamente aqueles recursos, para estudá-las sociologicamente, sem uma criteriosa adequação deles, seja às condições de trabalho do sujeito investigador, seja às condições histórico-sociais e socioculturais de manifestação dos objetos de estudo (FERNANDES, 2008, p.31).

A análise acima não sugere a negação da ciência estrangeira por parte de Fernandes. A linha de raciocínio seguida pelo autor é a mesma defendida explicitamente por Rangel, quando considera não somente a possibilidade, mas a necessidade em utilizar do conhecimento acumulado anteriormente pela sociologia no estudo das classes sociais dos países

subdesenvolvidos. Os dois autores partem da premissa de que algumas teorias sociológicas estrangeiras - ou econômicas, no caso de Rangel - oferecem explicações tanto às sociedades desenvolvidas quanto às subdesenvolvidas; por outro lado, é necessário também evidenciar e explorar as diferenças específicas entre estas sociedades. Florestan, por exemplo, em *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (1968) e *A revolução burguesa no Brasil* (1976), adotou uma combinação criteriosa de diferentes tradições teóricas da sociologia, como Max Weber, Émile Durkheim e Karl Marx. Todavia, estabeleceu as diferenças substanciais entre os objetos e adequou os conceitos e as teorias ao estudo da sociedade brasileira.²

Conforme abordado na primeira parte da dissertação, Rangel (2005 (1957)) nos diz que não se trata de abandonar a ciência estrangeira, mas de salientar os aspectos próprios de nossa economia. Com essa precaução os instrumentais científicos da ciência estrangeira nos oferecem enormes recursos, a fim de construir uma teoria própria.

Por outro lado, é preciso considerar que a crítica ao economicismo não deve se confundir com a negação do econômico e da economia. Desse modo, não estaríamos livres do problema que é nos limitarmos a uma forma única de raciocínio e correríamos o risco de ter que acrescentar o mesmo sufixo pejorativo "ismo" a essas outras vertentes; mais que isso perderíamos de vista as contribuições que os ramos científicos particulares oferecem ao desenvolvimento de um conhecimento totalizante da sociedade.

Nessa concepção, Rangel ressalta a difícil tarefa de caracterizar o complexo processo de desenvolvimento:

Não é fácil e pacífica a caracterização do processo de desenvolvimento econômico. Trata-se, como em todo fato histórico, de processo extremamente complexo, ao longo do qual tudo *muda* na vida social: a distribuição da população, as condições de trabalho e produção, a distribuição da riqueza social e seu modo de apropriação, a quantidade e qualidade do capital necessário ao processo produtivo, a técnica da produção. Paralelamente, *muda* também a cultura, isto é, a ideia que o homem faz de si mesmo e do mundo em que vive (1957, p.133).

Assim, a teoria do desenvolvimento não cabe somente nas categorias de análise da economia e muito menos do que se convencionou chamar de *economicismo*. A própria economia precisa aperfeiçoar seus instrumentais analíticos, assim como as outras ciências, o que perpassa por considerar as relações sociais, políticas e culturais. Trata-se de um esforço

² O autor analisa de forma mais cuidadosa essas questões em *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica* (1978).

fundamental e necessário, diante da fragmentação e das inúmeras especializações que assolaram as ciências em geral.

O enfoque disciplinar, com seu aporte conceitual, teórico e metodológico próprio, há de contribuir ao debate do desenvolvimento, porque permitirá apreender a realidade por partes diante de um mundo mais complexo. Ainda que entendidas isoladamente, não se separam, pois mantém relações entre si, o que não nos permite simplificações reducionistas. É sob a perspectiva integral do processo que podemos tomar consciência do todo e das relações com as partes, num movimento dialético de interpretação.³

Nessa primeira parte, nossa intenção foi destacar três fundamentos analíticos utilizados por esses autores, que são essenciais para pensar o Brasil ainda hoje. Primeiro, compreender o país a partir das suas especificidades como nação, não negando as ciências estrangeiras, mas adaptando-as de acordo com as nossas particularidades; segundo, compreender a nossa formação e evolução social em conexão com as relações externas e da posição periférica que ocupamos no sistema internacional; e terceiro, a ideia de compreender o Brasil e o mundo numa perspectiva totalizante, se afastando dos reducionismos teóricos e disciplinares tão em voga. É claro, que a complexidade e a rapidez do mundo moderno exigem um aparelho conceitual que acompanhe essa dinâmica, o que caberá a nós atualizar e aperfeiçoar os instrumentais com vistas à compreensão dessas mudanças. Ademais, os fundamentos analíticos destacados aqui constituem-se em requisitos prévios à formulação de uma ampla e rica agenda de investigação sobre o Brasil.

2.2. Desenvolvimento e natureza da Revolução Brasileira

Entre 1950 e 1970 houve um amplo e profundo debate sobre os rumos do desenvolvimento brasileiro e/ou da natureza da Revolução Brasileira. O tema foi abordado por intelectuais, movimentos sociais, partidos e diversos setores, no geral com a intenção de decifrar os dilemas da sociedade brasileira e as perspectivas históricas de superação do subdesenvolvimento.

Na América Latina, a CEPAL desenvolveu papel relevante no debate da teoria do desenvolvimento. No Brasil, a partir dos anos 1950, com os planos governamentais de Getúlio

³ Não poderíamos deixar de acrescentar aqui a contribuição da geografia para o tema do subdesenvolvimento. Milton Santos, renomado geógrafo brasileiro, possui uma extensa bibliografia sobre o tema. A dimensão geográfica exerce papel de relevância na análise da sociedade e é preciso, sem dúvida, incorporá-la nessa perspectiva global.

Vargas e, posteriormente, com Juscelino Kubitschek, o desenvolvimento brasileiro passou a ser intensamente discutido. O Brasil obteve nesses anos um significativo crescimento econômico que, no entanto, paralisaria no início dos anos 60, provocando um debate sobre a crise em que o país se encontrava e que, por fim, redundou em importantes análises sobre a conjuntura recessiva que produziram importantes interpretações sobre o histórico processo de desenvolvimento brasileiro.

Em *A pré-revolução Brasileira* (1962, p.11), Celso Furtado chama a atenção para o grau de diferenciação adquirido pela economia do país, a elevação da renda média por habitante e o consequente processo de internalização dos centros de decisão da vida econômica. Essa maior autonomia de decisões possibilitava, por exemplo, uma ação mais planejada do nosso desenvolvimento. Contudo, era preciso um esforço de teorização para captar a nossa realidade e nos prepararmos para assumir as responsabilidades implícitas nesse processo de autonomização. Em suas palavras: "pretende-se, por essa forma, estender uma ponte entre a análise e a política econômica, visando injetar, nesta última, alguns elementos de racionalidade [...]."

Por outro lado, Furtado nos adverte dos custos sociais desse desenvolvimento, como a concentração social e geográfica da renda, o baixo padrão de vida de grande parte da população brasileira, o anacronismo da estrutura agrária e das distorções das funções do Estado, servindo aos interesses de poucos. São alguns dos elementos que reforçam a face negativa do desenvolvimento. Desse modo, tornava-se ainda mais urgente a análise dos processos econômico-sociais com o objetivo de fundamentar e orientar a ação.

Assim, qual seria o método eficaz para lograr tais transformações? Para Furtado (1962), o marxismo-leninismo é uma das técnicas elaboradas para atingir tais objetivos, que prega a revolução violenta liderada por uma vanguarda revolucionária, através de um regime ditatorial transitório e indefinido. Contudo, é preciso cautela na proposição dessa alternativa, a qual muitos insistiram ser o único método eficaz. A experiência histórica demonstra que essa técnica quando aplicada em estruturas rígidas, como foi na Rússia, China e Cuba, pode apresentar maior eficácia. Entretanto, não se pode dizer o mesmo para as sociedades abertas, onde mostraram ser ineficazes, como foi na Europa Ocidental. Para o autor, o problema fundamental, portanto, seria desenvolver técnicas que permitissem alcançar rápidas transformações sociais, como a do marxismo-leninismo, porém numa sociedade aberta, onde foram alcançadas formas de convivência social complexas.

A conclusão de Furtado (1962) é que a sociedade brasileira é rígida no setor rural, o que tornaria as técnicas marxista-leninistas eficazes, e aberta para a classe operária urbana. Assim,

teríamos uma dualidade no processo revolucionário brasileiro. Mas é preciso pensar na viabilidade da revolução brasileira ocorrer pelos métodos marxista-leninistas; nesse sentido, existiam duas possibilidades para que tal processo se efetivasse. A primeira ligada ao problema agrário, caso persistisse uma estrutura agrária anacrônica - lembrando que naqueles anos a maior parte da população brasileira vivia ou derivava do setor rural. A segunda possibilidade da revolução viria se houvesse um retrocesso na estrutura política. Esta revolução seria pouco viável em uma sociedade aberta, a menos que fosse posta de fora para dentro ou ocorresse a imposição de uma ditadura de direita, tornando rígida a nossa estrutura política.

Em virtude do grau de desenvolvimento alcançado pelo país, Furtado considerava em 1962 um retrocesso as alternativas revolucionárias propostas anteriormente, pois desembocariam em formas políticas ditatoriais. Para evitar tais alternativas seria necessário prevenir qualquer tipo de retrocesso no sistema político-social e criar condições para uma mudança efetiva da estrutura agrária.

A tarefa básica no momento presente consiste, portanto, em dar maior elasticidade às estruturas. Temos que caminhar com audácia para modificações constitucionais que permitam realizar a reforma agrária e modificar pela base a maquinaria administrativa estatal, o sistema fiscal e a estrutura bancária [...]. Devemos ter um estatuto legal que discipline a ação do capital estrangeiro, subordinando-o aos objetivos do desenvolvimento econômico e da independência política. [...] E acima de tudo devemos ter um plano de desenvolvimento econômico e social à altura de nossas possibilidades e em consonância com os anseios de nosso povo (FURTADO, 1962, p. 31-32).

A política de desenvolvimento para um país subdesenvolvido, portanto com uma estrutura pouco diferenciada e um sistema com reduzido grau de integração é, principalmente, de natureza qualitativa. Era preciso diagnosticar os problemas estruturais que estavam na base das tensões da economia brasileira. Nesse sentido, as *reformas de base* representavam reinvindicações ou recomendações da tomada de consciência dos problemas estruturais, de natureza qualitativa (FURTADO, 1962).

Se por um lado Furtado enxergava a possibilidade, dentro de certos limites, de uma revolução do tipo marxista-leninista, por outro defendia a via democrática, que a partir das pressões sociais e da participação de diferentes agentes deveriam conduzir as reformas políticas e institucionais capazes de superar as distorções da sociedade brasileira.

Poderíamos afirmar que *A pré-revolução brasileira* é uma obra entre as mais otimistas de Celso Furtado. Já em *Dialética do desenvolvimento*, escrito em 1963 durante uma profunda crise política e econômica, há uma mudança de perspectiva em relação ao Furtado mais otimista

dos trabalhos anteriores, na medida em que considera o capitalismo brasileiro em vias de estagnação. Contanto, mesmo modificando diagnósticos ou retificando suas propostas, Furtado permaneceu desenvolvendo um pensamento voltado para a ação, optando pelas reformas estruturais para alcançar um desenvolvimento econômico socialmente justo.

Caio Prado, em *História e desenvolvimento*, escrito em 1968, destaca que a centralidade da problemática brasileira era o desenvolvimento, "condição precípua para assegurar ao país e à generalidade de seu povo o conforto e o bem-estar material e moral que a civilização e cultura modernas são capazes de proporcionar." E que tal problemática deve considerar a especificidade própria de cada país e povo (1968, p.15).

Em *A revolução brasileira*, de1966, como o título sugere, Prado aprofunda aquilo que compreende como o processo revolucionário brasileiro. A obra, escrita logo após o golpe militar, lhe permitiu refletir sobre alguns erros e acertos da esquerda brasileira em relação à conjuntura anterior ao golpe, período de grande efervescência política e crise econômica.

Enquanto Furtado era favorável as reformas de base de João Goulart, como medidas necessárias para o desenvolvimento do país, Prado mantinha uma postura crítica frente a tais medidas. Acreditava que a esquerda estava equivocada ao interpretar aquele período como de avanço revolucionário e que, apesar das circunstâncias serem favoráveis ao desencadeamento do processo revolucionário, dada a maturidade das contradições presentes na conjuntura econômica e social brasileira, o que se viu foi uma estagnação desse processo. Este fora movido por uma agitação sem profundidade, sem penetração no sentimento popular. O que se observava atuando na luta revolucionária eram reduzidas cúpulas esquerdizantes sem uma participação efetiva das massas populares. Enfim, o que mais contribuiu à ação política desacertada da esquerda foram os erros de interpretação teórica da realidade brasileira. Parte-se daí a necessidade de compreender a particularidade do desenvolvimento brasileiro ou de seu processo revolucionário.

Primeiramente, a indagação de que tipo ou natureza de revolução que se deve realizar no Brasil - socialista, democrática-burguesa ou outra qualquer - corresponde a uma indagação mal formulada, segundo Prado Jr. (2004b, p.19), pois a resposta desemboca no enquadramento da revolução brasileira em esquemas abstratos preestabelecidos. A teoria da revolução brasileira deve ser baseada na "interpretação da conjuntura presente e do processo histórico de que resulta [...] para ser algo de efetivamente prático na condução dos fatos." A qualificação para tal revolução só é possível depois de determinados os fatos que a constituem.

_

⁴ Para Prado Jr.: "*Revolução* em seu sentido real e profundo, significa o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em período histórico relativamente

A teoria, na qual se apoiava a política de esquerda no Brasil, não se aplicava aos fatos reais da nossa história. O primeiro erro era a ideia de que o Brasil passaria por etapas sucessivas conforme a evolução histórica da humanidade. Ou seja, para chegar ao socialismo passaria anteriormente pelo feudalismo e capitalismo. Tal ideia tem origem em Marx e Engels ao analisarem o nascimento e desenvolvimento do capitalismo europeu no seio da economia feudal, o que não nos permite estender tal análise à evolução histórica de outros países. Não se poderia generalizar, portanto, as fases históricas percorridas por esses países como se fosse um modelo universal que haveria de se reproduzir em todas as partes do mundo (PRADO JR., 2004b).

Assim, um dos principais erros cometidos pela esquerda foi o de utilizar a revolução democrático-burguesa, forjada na Rússia tzarista por Lênin, como esquema para guiar o processo revolucionário brasileiro, baseando-se na luta anti-imperialista e antifeudal. Para Prado Jr. (2004b) não há na história brasileira nada que pudesse conceituar-se como feudal, "restos feudais", "semifeudal", "latifúndio feudal" ou algo aparentado ao feudalismo ou mesmo o que se chamava de relações pré-capitalistas. Um dos elementos da nossa economia, que é identificado como de natureza semifeudal, é a parceria (meia ou terça), que na verdade não é a parceria clássica, como se apresenta na Europa, por exemplo. A parceria que ocorre no Brasil trata-se de uma simples relação de emprego, "com o pagamento da remuneração do trabalhador com parte do produto, a metade, na meação; duas terças partes, na terça". E ainda não aparece como forma anacrônica de relação de trabalho e produção, pelo contrário, chega a ser uma forma superior de relação, "quando comparados às puras e típicas relações capitalistas que são o salariado" (2004b, p. 40-41).

Algumas relações de trabalho poderiam ser consideradas no máximo como remanescentes do escravismo, ainda que em sua essência fossem formas capitalistas de trabalho. Assim, nos diz Prado Jr. (2004b, p.97):

[...] a abolição não eliminou desde logo, pelo menos em alguns lugares, acentuados traços escravistas que permaneceram de fato e à margem do regime legal de trabalho livre. Mas essas sobrevivências escravistas (que são frequentemente apontadas pelos teóricos do feudalismo brasileiro como 'restos feudais'), longe de constituírem obstáculo ao progresso e desenvolvimento do capitalismo, lhe têm sido altamente favoráveis, pois contribuem para a compressão da remuneração do trabalhador, ampliando com isso a parte da mais-valia, e favorecendo por conseguinte a acumulação

-

curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade, e em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais" (2004b, p. 11).

⁵ A parceria, para o autor, é algo relativamente recente no Brasil, após 1930, ligada à cultura do algodão (PRADO Jr., 2004b, p.41).

capitalista. O que sobra do escravismo representa assim um elemento de que o capitalismo se prevalece, e em que frequentemente se apoia, uma vez que o baixo custo da mão de obra torna possível em muitos casos a sobrevivência de empreendimentos de outra forma deficitários.

O autor considera também que no Brasil não chegou a constituir-se uma economia e classe camponesa, como ocorreu no feudalismo clássico. Aqui o camponês aparece somente em casos restritos. Desse modo, não confere no processo revolucionário brasileiro uma luta antifeudal, porque não há qualquer relação feudal. No que concerne a luta anti-imperialista, argumenta ele que o imperialismo foi implantado no Brasil desde o início e participava ativamente da vida econômica e social brasileira, estando profundamente entrosado e fazendo parte da nossa formação e evolução. Portanto, a questão do imperialismo no Brasil não se propõe nos moldes da revolução democrático-burguesa.

Assim, de nada adiantava invocar fatores ou forças sociais que não estivessem presentes de fato na dinâmica histórica brasileira - como era o caso de uma burguesia nacional anti-imperialista capaz de impulsionar a revolução brasileira. Tal ideia foi inspirada na tese ortodoxa da *revolução burguesa*, ocorrida em países de capitalismo avançado, o que embaraçou frequentemente os objetivos da nossa ação revolucionária. No Brasil não havia uma classe e categoria social definida como "burguesia nacional", contrariada pela ação do imperialismo (PRADO JR., 2004b).

Dentro daquele contexto histórico, Prado Jr. discordava também da análise que inseria o país numa revolução socialista. Ainda que se tratasse de um capitalismo, era um capitalismo rudimentar e incipiente que havia no Brasil. Nas palavras do autor, a implantação do socialismo "é desde logo irrealizável no Brasil por faltarem, se outros motivos não houvesse, condições mínimas de consistência e estruturação econômica, social, política e mesmo simplesmente administrativa, suficientes para transformação daquele vulto e alcance" (PRADO JR., 2004b, p.165).

Na fase que o país atravessava, as contradições principais e fundamentais de maior potencialidade revolucionária, para o autor, estavam presentes no campo. Pois foi no campo que a nossa formação colonial deixou seus mais profundos traços e os maiores obstáculos ao processo revolucionário brasileiro. A superação desse sentido colonial significaria caminhar no sentido da revolução. As principais contradições presentes na história brasileira estavam nas relações de produção e trabalho predominantes no campo, que são as de emprego, e é nesse sentido que deveria se dirigir a ação revolucionária. Deste modo, Caio Prado defendia um

programa que tivesse por base a ampliação e extensão da legislação rural trabalhista e que, no geral, trouxesse melhores condições de vida ao conjunto da população trabalhadora.

Depois de considerar as contradições presentes na dinâmica do processo histórico-social brasileiro, Caio Prado passou a indagar quais forças sociais estavam por detrás dessas contradições. Para alcançar os objetivos destacados acima, considerava, por força das circunstâncias, o proletariado urbano uma classe que possuía maior nível cultural e político e, portanto, teria a tarefa de direção da massa trabalhadora rural, que não possuía a capacidade de orientar adequadamente o processo revolucionário. Tratava-se de uma organização, ligação e aliança entre trabalhadores urbanos e rurais, não fazendo parte desse processo uma possível "burguesia nacional".

Os trabalhadores do campo e da cidade tinham em comum as reinvindicações por melhoria das condições de emprego. Outro fator que identificava o trabalhador urbano com as aspirações do campo era a concorrência no mercado da mão-de-obra em prejuízo do trabalhador urbano, dado que os baixos padrões dominantes no campo e condições mais favoráveis de emprego nos centros urbanos eram fatores que permitiam às cidades uma reserva permanente de mão-de-obra. A melhoria nas condições de trabalho no campo, resultaria numa diminuição do excedente de mão-de-obra nas cidades e, portanto, num maior poder de barganha dos trabalhadores urbanos.

A plataforma de lutas que Prado Jr. considerava adequada ao Brasil naquele contexto histórico partia da sua interpretação sobre a conjuntura da época e do processo histórico de que resultava, ou seja, a partir das particularidades da revolução brasileira. No entanto, apesar de compartilhar da ideia, como Rangel, de analisar o Brasil com base em suas especificidades, este autor fará uma interpretação distinta daquela realizada por Prado Jr., o que conduziria, portanto, a uma outra plataforma política. Uma das principais divergências entre esses autores refere-se à compreensão que cada um realiza do materialismo histórico marxista e de sua especificidade no caso brasileiro. Ambos realizam uma crítica à tese defendida pelo PCB, como no caso da existência do feudalismo no Brasil. Mas Rangel, diferente de Caio Prado, apesar de discordar da interpretação feita pelo PCB, concordava com a existência do feudalismo, porém dizia que a construção desse modo de produção no Brasil se deu de modo bastante peculiar.

Para Rangel, o feudalismo europeu se estruturou com base em dois princípios: o princípio de que não deve haver terra sem senhor (*nulle terre sans seigneur*) e no princípio de que toda a terra era declarada propriedade do rei (*all land is king s land*). Ao longo de séculos o feudalismo europeu foi montando um edifício caracterizado pela enfiteuse. Esse instituto

subvertia o direito romano tradicional, por permitir que houvesse dois ou mais senhores para o mesmo bem.

Paulatinamente, foi-se constituindo o que passaria à história com o nome de anfiteatro enfitêutico, no qual, ligados por laços de suserania e vassalagem, isto é, de dependência pessoal, tínhamos, de um lado, o servo de gleba e, do outro lado, o rei, passando por diversos patamares de senhores de escalão intermediário (RANGEL, 2005 (1989) p.727).

O início da evolução do feudalismo europeu se deu pelo princípio *nulle terre sans seigneur* que aos poucos foi cedendo espaço ao princípio *all land is king s land*, estruturando o anfiteatro enfitêutico. No Brasil, a ordem foi inversa na construção do seu feudalismo, oposta à trajetória clássica, o que não implica, na visão de Rangel, em desordem ou arbitrariedade - ainda que alguns historiadores, incluindo Caio Prado Jr., tenham duvidado da veracidade desse feudalismo. Iniciamos o feudalismo pelos patamares mais altos. O Tratado de Tordesilhas era a certidão de nascimento do Brasil, portanto iniciávamos pelo princípio *all land is king s land*, na qual as terras pertenciam à coroa portuguesa, que não explorou diretamente os novos domínios, mas que foi negociando pactos de suserania-vassalagem, através das capitanias hereditárias, das sesmarias, etc. e foi abrindo possibilidades para que o vassalo negociasse pactos de nível inferior até que chegássemos ao nível mais baixo que era o servo da gleba, construindo desse modo o nosso próprio edifício enfitêutico (RANGEL, 2005 (1989), p.727).

Vimos que a ideia central de Rangel, a tese da dualidade, caracterizada pela combinação de relações de produção próprias de diferentes modos fundamentais de produção, compondo um modo de produção complexo ou dual, oferece uma compreensão ampla do que estamos discutindo. Resta acrescentar, que grande parte das críticas em relação a presença do feudalismo no Brasil sequer contemplam as contribuições da tese da dualidade, que é distinta da análise da transição do feudalismo para o capitalismo defendida pelo PCB, através de uma transposição mecânica do que ocorrera nos países europeus. Como não foi incorporada, a não ser simplificadamente, no debate acerca do desenvolvimento brasileiro, a tese da dualidade ainda permanece como uma interpretação a ser profundamente explorada, já que são raríssimas ou inexistente as divergências de fundo à tese.

Isto posto, é preciso salientar que a revolução democrático-burguesa, conforme já dito, é um processo que se desenvolve em torno de dois grandes grupos de mudanças: o da "revolução ou reforma agrária" e da "revolução ou reforma nacional", que se desdobrou, respectivamente, na luta antifeudal e anti-imperialista. Para Rangel (2005 (1977)), a nossa "revolução democrático-burguesa" - o que não a impede de ter outros nomes - não significa que

tenhamos ou que viemos perseguindo o mesmo caminho dessa revolução no estilo clássico, pelo contrário. Inclusive, alguns capítulos importantes da revolução democrático-burguesa foram omitidos e marcados por certas anomalias, que perturbam o seu entendimento para aqueles que compreendem o Brasil com base em categorias científicas importadas. Tivemos, por exemplo, uma industrialização sem uma anterior reforma agrária. Ou seja, demos prioridade ao segundo grupo, constituído pela "revolução ou reforma nacional", em torno da conquista da independência e da unidade nacional. Em outras palavras, acrescenta Rangel (2005 (1977), p.82):

[...] gostaria de deixar claro que não me parece que uma industrialização assim empreendida esteja errada. Outros países deram prioridade ao segundo grupo de reformas constitutivas da revolução democrático-burguesa e, naturalmente, tiveram que fazer frente a problemas de natureza muito diferente. Num e noutros casos, porém, não se pode falar em "erros" ou "pseudomorfoses", não obstante as "taras" e "anomalias" inevitáveis, cujas etiologias devem ser estudadas sem preconceitos.

Outro fato importante para o autor, é que nossa questão nacional se desenvolveu em meio a uma *luta interimperialista*, entre a Inglaterra e os Estados Unidos como protagonistas principais. Nossa Revolução Liberal contou com certa ajuda do imperialismo norte-americano, que nos teria possibilitado romper os laços de dependência com o imperialismo inglês. E, nessa troca de hegemonia, nos comportamos muito ativamente, apesar de continuarmos periféricos, ainda que se tratasse de uma perifericidade diferente (RANGEL, 2005 (1980b)).

Não nos faltam historiadores e analistas sociais prontos a sustentar esse parecer, do mesmo modo como sustentam que nossa independência nacional, pelo fato de ter implicado a troca da hegemonia portuguesa pela inglesa, também não foi uma verdadeira independência. Que esta tenha aberto a porta ao desenvolvimento do capitalismo mercantil próprio e aquela ao surgimento de um vigoroso capitalismo industrial, são fatos vistos como incidentes irrelevantes, que nem sequer merecem ser tomados em consideração (2005 (1980b), p.118).

Dizia-se que o imperialismo era hostil a nossa industrialização, sem se atentar para o fato de que a implantação do capitalismo industrial no Brasil havia contado com a participação dos Estados Unidos. O que contrariava a ideia de uma industrialização feita em intensa luta com o imperialismo.

No geral, Rangel considerava que uma das características típicas das "revoluções brasileiras" é não ocorrer rupturas profundas. Como mostramos, a sociedade brasileira tem

revelado um modo peculiar de levar a cabo suas revoluções, isto é, através da mudança dos seus subsequentes pactos fundamentais de poder. Uma revolução ao modo brasileiro.⁶

Já Florestan (2008), ao questionar a possibilidade de uma "revolução burguesa" feita pelas burguesias das sociedades capitalistas subdesenvolvidas, nos diz que: se admitirmos que essa revolução significa um certo estado de tensão, pelo qual a economia capitalista se diferencia e se reintegra, então todo sistema econômico capitalista comporta uma revolução burguesa. No entanto, se for definida segundo o padrão do capitalismo autossuficiente e autônomo, a resposta seria negativa.

[...] não há dúvida de que o capitalismo dependente contém condições econômicas socioculturais e políticas para a sua diferenciação progressiva e o seu crescimento contínuo. Há um encadeamento de fases ou etapas, através do qual um povo colonial pode chegar ao capitalismo comercial e financeiro, depois de uma fase de modernização mais ou menos intensiva, e conhecer, em seguida, um crescimento industrial bem-sucedido (FERNANDES, 2008, p.88).

O autor considera que não cabe ao sociólogo negar alternativas à transformação das sociedades subdesenvolvidas. Porém, o mais complicado seria prognosticar qual delas poderá ocorrer.

Na América Latina, ao que parece, as burguesias perderam a oportunidade histórica de se tornarem agentes da transformação concomitante das formas econômicas, sociais e políticas inerentes ao capitalismo. Por isso, o avanço nessa direção tende a fazer-se, ainda em nossos dias, como processo de modernização, sob o impacto da incorporação dos sistemas de produção e dos mercados latino-americanos às grandes organizações da economia mundial (FERNANDES, 2008, p.91).

As burguesias das sociedades capitalistas dependentes foram expostas a uma paradoxal inversão de perspectivas históricas, podendo serem ultrapassadas pelos efeitos da internacionalização do capitalismo, "correndo o risco de se converterem nas principais vítimas da identificação com o capitalismo dependente" (FERNANDES, 2008, p.92).

⁶ "Cada sociedade tem seu modo peculiar de mudar, o que não importa em dizer que nada haja de comum entre as revoluções. Estas têm todas um ar de família, o que quer dizer que todas elas estão subordinadas a certas leis gerais. Por exemplo, todas as revoluções, que são o modo específico de mudança das relações fundamentais de produção das sociedades, seguem-se ao desenvolvimento, no seio da estrutura tornada caduca, de novas forças produtivas, mas isso não quer dizer que todas elas se repitam, como num ritual" (RANGEL, 1988d).

Desse modo, essas burguesias nacionais terão que enfrentar outras classes sociais, que poderão pôr em causa sua liderança política e rejeitar o capitalismo dependente e, talvez, até o capitalismo avançado.

[...] constata-se que as burguesias do mundo capitalista subdesenvolvido são vítimas da estrutura e da organização da sociedade de classes em que vivem. Elas vêem o capitalismo e suas exigências sociais, culturais e políticas do ângulo do capitalismo dependente. Ao fazer sua revolução, fazem-na na escala das realizações e das ambições fomentadas pelo capitalismo dependente. Nenhuma outra classe social as contesta com probabilidades de êxito. De qualquer modo, condenam-se a protagonizarem a história como uma eterna façanha de dependência. Para que elas se ergam acima dessa medida, precisam ser negadas e arrostadas por outras classes. Enfim, precisam ser compelidas a pensar e a transformar o mundo de uma perspectiva universal (FERNANDES, 2008, p.93).

No geral, nossos intérpretes não negam a possibilidade de uma revolução nos países subdesenvolvidos, especificamente no caso brasileiro. Porém, questionam a ideia de uma revolução burguesa nos moldes dos países desenvolvidos e indagam sobre as possibilidades daqueles países realizarem suas próprias revoluções. Nesse caso, entretanto, possuem interpretações distintas dos caminhos da "revolução brasileira", incluindo o papel que as diferentes classes sociais desempenham nesse processo.

2.3. A questão agrária

Um dos dilemas presentes no debate em torno do desenvolvimento brasileiro foi o da questão agrária. O tema adquiriu enorme importância no debate nacional, sobretudo estimulado pela conjuntura recessiva dos anos 60, que agravou o problema agrário. Segundo Bielschowsky (2000), para se ter noção da importância da questão agrária, no início dos anos 60 tramitaram no Congresso Nacional centenas de projetos de reforma agrária, tornando o tema debatido por todas as correntes políticas da época. Discutia-se, por exemplo, os efeitos negativos do latifúndio sobre a oferta agrícola e o mercado interno; o fato que o latifúndio era incapaz de atender à oferta de gêneros alimentícios exigida pelo desenvolvimento econômico e, ainda; que o latifúndio era um empecilho à ampliação do mercado interno, já que a concentração fundiária provocava subemprego e desemprego urbano. Foi nesse contexto, de pouco conhecimento da

⁷ Faziam parte das reformas de base do governo João Goulart a reforma agrária, a tributária, a universitária e outras, mas sobretudo a questão agrária ganharia maior destaque.

realidade rural brasileira e do agravamento do problema agrário, que se intensificou o debate sobre o tema.

Para citar alguns autores com produção de conhecimento sobre a questão, tivemos os pecebistas, como Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré, que seguiram a linha oficial do partido, os dissidentes e críticos ao partido, como Ignácio Rangel e Caio Prado Jr. e outros autores, como Celso Furtado, que no conjunto propiciaram, a partir de seus estudos, subsídios para compreender melhor a questão agrária e o seu papel no desenvolvimento nacional.

A linha de pensamento dominante sobre a questão agrária foi por longos anos aquela desenvolvida no âmbito do PCB, que tinha significativa influência das teorias desenvolvidas no Partido Comunista Soviético e na Terceira Internacional Comunista. Grande parte da esquerda brasileira orientou sua ação revolucionária inspirada nas teses defendidas pelo partido, alguns participando, por exemplo, da ANL e defendendo a reforma agrária. Foi nesse contexto que o debate nos anos 60 ganhou relevância, na medida em que contribuía para o desenvolvimento de interpretações que considerassem os problemas brasileiros a partir das suas particularidades históricas, já que as interpretações anteriores estiveram, em certos limites, comprometidas com a linha teórica estrangeira. As reflexões de nossos intérpretes contribuem nesse sentido. Daremos destaque para as análises de Ignácio Rangel e Caio Prado sobre a questão agrária, em função do aprofundamento desses autores no tema. Estes, inclusive publicaram vários artigos sobre a questão na Revista Brasiliense, que era um importante veículo desse debate.

Ao escrever *A questão agrária brasileira* (1962b), Rangel dizia que o trabalho era um esforço de conceituação da questão e da inserção desta na problemática nacional, sem incidir no equívoco de partir para as chamadas "propostas concretas". Considerava a questão agrária grave, mas não poderia inferir daí que havia chegado o momento para uma mudança revolucionária no estatuto da terra.

A reforma agrária é um capítulo essencial da revolução democrático-burguesa, indispensável para a ampliação do mercado interno e a estruturação do mercado de mão-de-obra (RANGEL, 1962b). No entanto, no desenvolvimento econômico brasileiro, essa etapa foi postergada, fazendo com que o capitalismo industrial brasileiro se desenvolvesse em condições que não lhe foram próprias, o que, apesar de não impedir que a industrialização ocorresse, se constituiria em fonte de muitos problemas.

Para os revolucionários de 1930, a reforma agrária era condição *sine qua non* para a industrialização. Mas para Rangel, o que os revolucionários não sabiam, incluindo ele, era que

o processo de industrialização seria dinâmico mesmo sem uma prévia reforma agrária e ainda ocorreria sob o patrocínio do latifúndio semifeudal. O poder político no Brasil era comandado por uma coalizão entre o latifúndio semifeudal e o capital industrial nascente, sendo o latifúndio o sócio maior desse pacto de poder, o que dificultava uma reforma agrária.

A agricultura brasileira não é um edifício homogêneo. Conforme vimos no esquema da dualidade brasileira, o latifúndio do ponto de vista das relações internas é do tipo feudal (arcaico), enquanto nas relações externas, com o resto da economia, comporta-se como empresa comercial (moderno). O desenvolvimento se daria pela decomposição do "latifúndio feudal" e sua substituição pelo "latifúndio capitalista" ou pelo "latifúndio coletivo". "Não se trata, pois, de interromper o curso espontâneo da evolução da economia agrícola brasileira, mas de acelerá-lo, pondo, ao mesmo tempo, em equação, para resolvê-los, os problemas suscitados por esse curso" (RANGEL, 1962b, p.27). Dessa forma, o autor considera que o movimento reivindicatório das massas trabalhadoras é compatível com os interesses do latifúndio capitalista, na medida em que pode aumentar a própria renda sem prejuízo e até com vantagens para as massas trabalhadoras.

Rangel entendia que a pequena exploração familiar não era compatível com o desenvolvimento capitalista no campo brasileiro. Por isso, a ideia de desestruturação do "complexo rural". Na agricultura feudal que predominava no campo, a unidade familiar tendia à autossuficiência. Porém, nessa unidade familiar não existia somente uma produção agrícola propriamente dita, mas também múltiplas atividades não agrícolas, como construção de moradias, produção de roupas, etc. A intensificação da divisão social do trabalho implicaria na desestruturação do complexo rural, através da especialização do trabalho da família camponesa para os bens agrícolas e voltados para o mercado, aumentando a produtividade do trabalho. Esse processo conduz ao desenvolvimento das forças produtivas e introduz relações de produção mais avançadas.

Porém, a quebra do complexo rural gerava um excedente de mão-de-obra na economia que, no início, com uma industrialização sem reforma agrária, o setor de bens de produção arcaico cumpria a função de absorver boa parte. Mas na medida em que ocorre uma modernização do campo e uma industrialização do setor de bens de produção, que reduz a absorção da mão-de-obra, a crise agrária que se manifestava ocasionalmente tornou-se permanente.

Por outro lado, uma industrialização sem reforma agrária agravaria ao longo do tempo a crise agrária já existente, ocasionando uma formação simultânea de superprodução e de superpopulação. O excedente agrícola produz-se essencialmente nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, advindo da especialização nas atividades agrícolas e do consequente aumento da produtividade, enquanto o excedente de mão-de-obra manifesta-se essencialmente no Nordeste e Minas Gerais, que através do êxodo rural vai desembocar nas áreas urbanas. Esses seriam os problemas propriamente agrários da crise brasileira. A superprodução agrícola desdobrava-se em constantes problemas do comércio exterior e a superpopulação rural em desemprego urbano. O setor agrícola tende a comportar-se como um grande regulador do mercado de trabalho na economia e a crise agrária ocorre quando esse mecanismo regulador deixa de operar e cria, a depender do caso, um excesso ou a escassez dos produtos agrícolas ou da mão-de-obra (RANGEL, 1962b).

Ao lado dos problemas próprios da crise agrária, a superprodução e a superpopulação, existem os problemas impróprios, segundo a denominação dada por Rangel. Se, por um lado, tínhamos a formação de um excedente de bens agrícolas devido a superprodução, por outro lado havia uma escassez de certos bens agrícolas. Uma das razões dessa escassez e do atraso de certos setores da agricultura, deriva do seu sistema de comercialização que é um organizado e estruturado oligopólio/oligopsônio, mas comporta fosse que se como monopólio/monopsônio, ou seja, controla, respectivamente, a venda e a compra de alguns produtos agrícolas. Dessa forma, fixam "arbitrariamente os preços e as condições de comercialização para o produtor agrícola, 'organiza metodicamente' a escassez e, à base desta, impõe preços extorsivos ao consumidor" (RANGEL, 1962b, p.35). Esse é também um dos fatores que explica o processo inflacionário brasileiro, conforme vimos no primeiro capítulo.

Em relação à superpopulação agrícola, que se convertia através do êxodo rural em desemprego urbano, havia, por outro lado, nas atividades agrícolas organizadas como monocultura, uma escassez sazonal de mão-de-obra, que limitava o desenvolvimento da agricultura capitalista. Um enorme contingente populacional em direção às cidades acarretava na escassez desses trabalhadores no campo nos períodos de maior necessidade.

Desse modo, os *problemas impróprios* podem ser definidos na escassez de certos bens agrícolas e na escassez sazonal de mão-de-obra. Os problemas próprios e impróprios "conjuntamente constituem um único e complexo problema agrário brasileiro, dificultando o

setor agrícola" (RANGEL, 1962b, p.46-47).

-

⁸ "A intensificação do processo de industrialização interna tende a reduzir a violência da crise agrária, através da absorção dos excedentes de mão-de-obra, limitando implicitamente a superprodução agrícola", enquanto "o aumento da procura de bens agrícolas (para exportação), reduzindo a superprodução, repercutiria sobre a superpopulação, pelo aumento da procura de mão-de-obra nas atividades exportadoras, especialmente no próprio

seu entendimento, embaraçando sua solução e excluindo a possibilidade de um remédio simples" (RANGEL, 1962b, p.43).

Segundo Rangel (1962b, p.42), os problemas próprios comportam duas soluções: mudanças no campo das relações externas de produção e mudança da estrutura agrária, em curso naquele momento, com a expansão do comércio exterior "e da procura urbana de mão-de-obra, com o objetivo de absorver a superprodução agrícola e a superpopulação rural". A solução dos problemas próprios exigiria mudanças mais profundas na sociedade brasileira e não há nos fatos algo que fizesse prever que tal revolução ocorresse, considerando a evolução da classe política dirigente, que evolui sem rupturas, a não ser que uma mudança desse tipo fosse imposta de fora para dentro com o apoio de forças estranhas à sociedade brasileira.

Já a solução dos problemas impróprios poderia ser realizada à base de um consenso na sociedade brasileira. Ainda, em grande parte, o direito brasileiro permitia inserir uma legislação com maior facilidade para cobrir essas medidas. No geral, qualquer medida para solucionar os problemas impróprios reduziria a crise agrária propriamente dita (RANGEL, 1962b). Uma solução alternativa, portanto, deverá ser buscada nos problemas impróprios e para isso Rangel propunha um programa agrário em torno de três itens. São eles:

(1) ação sobre a oferta de mão-de-obra: assegurar ao trabalhador temporário da monocultura a ocupação estável de um pequeno lote de terra, próximo ao local de trabalho, mas fora da fazenda monoculturista; (2) ação sobre a oferta de bens agrícolas de suprimento escasso: aplicação consequente da política de preços mínimos, organização sistemática do crédito agrícola, com apoio na rede já criada de silos e armazéns, e expansão dessa rede, com o fito de fortalecer o produtor contra o intermediário e de desobstruir os canais de comercialização dos produtos, afastando assim a causa principal das anomalias da estrutura da oferta agrícola; (3) intervenção do Estado no mercado de terra para fortalecer a oferta: a intervenção do Estado como supridor de terra, especialmente na frente pioneira, tenderá a disciplinar o preço desse fator, impelindo altas especulativas e induzindo o detentor privado de terra excedente a utilizar ou dispor de parte desse excedente. (RANGEL, 1962b, p.79).

Ou seja, a solução distava bastante de uma mudança radical na estrutura fundiária, por ser inviável politicamente e por ser historicamente desnecessária. O programa agrário proposto por Rangel para dinamizar a estrutura agrária passava pelas mudanças nas relações externas, intervenção no mercado de terras, no mercado de trabalho e de bens agrícolas.

No que concerne a questão fundiária, segundo Rangel (1962b), a crise agrária brasileira desenvolvia-se nas condições de uma excessiva oferta potencial de terras, em virtude da expansão rodoviária, do progresso do saneamento e das inovações agronômicas. A

disponibilidade de terras aumentou em função da acessibilidade a novas áreas e também pela utilização de áreas que antes eram consideradas inadequadas. Nesse sentido, a tendência seria de aumento da disponibilidade de terras e da queda do seu preço, promovendo uma democratização da propriedade fundiária. Por isso, considerava que o Estado deveria intervir como supridor de terras e não como comprador no mercado fundiário. Se atuasse como comprador haveria uma valorização da terra e seria, desse modo, contrário aos interesses do próprio Estado e do país. Esta proposta estava implícita nos projetos de reforma agrária de então, enquanto, segundo Rangel, a intervenção do Estado como supridor de terras tenderia, por outro lado, a disciplinar o preço desse fator reduzindo a especulação e induziria proprietários privados de terra excedente a utilizar ou vender parte desse excedente. Assim, a terra se tornaria mais acessível ao trabalhador rural e se estimularia também o seu uso capitalista e a dissolução do latifúndio feudal. Tal programa, por mais que parecesse modesto comparado a uma reforma agrária que prevê a divisão do latifúndio, tem a possibilidade de ser viabilizado, aproveitando-se da própria dinâmica econômica e social brasileira.

No entanto, todo esse movimento que promovia uma distribuição da propriedade fundiária foi prejudicado pela valorização financeira da terra. Sob esse aspecto nos diz Rangel (1962b, p.74):

Esse movimento foi transitoriamente estorvado pela emergência da valorização financeira, isto é, pelo aparecimento da terra como meio de entesouramento, como meio de defesa da poupança contra a erosão inflacionária e como fonte de uma renda que não depende de sua utilização agropecuária ou residencial, visto que se apresenta sob uma forma aparentada da taxa de juros, como taxa de valorização da terra. A simples retenção da propriedade fundiária surge, assim, como uma *forma de investimento*, acessível tanto a agricultores, como a não agricultores, e que se aplica tanto à terra utilizada como à terra excedente.

O problema do acesso à terra, na visão do autor, passou a ser uma questão de preço da terra e, portanto, um problema econômico-financeiro. Assim, a distribuição da propriedade fundiária dependerá da evolução do sistema financeiro brasileiro no mercado de valores que compete com o mercado mobiliário de valores, emergindo o título fundiário como alternativa aos papéis públicos e privados oferecidos pelo mercado de valores. Essa competição, na medida em que orienta os recursos monetários para o mercado fundiário, por outro lado influencia na decisão dos proprietários de terras improdutivas em conservar uma grande proporção desse ativo (RANGEL, 1962b).

Para Rangel, para que o desenvolvimento no campo fosse levado às últimas consequências, seriam necessárias mudanças institucionais que retirassem o Brasil da crise de realização em que se encontrava. Essas mudanças deveriam ser efetuadas no sentido da estruturação do sistema financeiro, que seria a alavanca essencial ao desenvolvimento das forças produtivas nacionais. Portanto, nessa perspectiva a crise agrária é um reflexo da crise do capitalismo brasileiro e a sua solução dependerá, em última instância, da estruturação do sistema financeiro e do desenvolvimento do capitalismo industrial, ou seja, fora da agricultura.

Passamos à reflexão de algumas ideias formuladas por Caio Prado, para quem o campo era o palco das principais contradições do desenvolvimento brasileiro e, desse modo, se distinguia da interpretação rangeliana. Nos anos precedentes ao golpe de 1964, Caio Prado dedicou-se a reflexão sobre a questão agrária no Brasil, como fizeram outros autores naquele momento, motivados pela efervescência política e econômica do país.⁹

Nos primeiros escritos sobre a questão agrária, no início dos anos 1960, Caio Prado destacou a relação entre a miséria da população rural brasileira e o tipo de estrutura agrária do país, com acentuada concentração da propriedade fundiária. Enfatizou, portanto, a divisão ou a repartição melhor da propriedade fundiária, facilitando aos trabalhadores rurais o acesso à terra, o que conduziria, segundo ele, a uma transformação das relações de trabalho e melhorias nas condições de vida do trabalhador. Posteriormente, passou a defender com maior peso a ampliação da legislação rural trabalhista, mas ainda em conjunto com a partilha da terra, apesar de reconhecer que nem sempre esta era a alternativa viável e recomendável. A partir de 1966, em *A revolução brasileira*, Caio Prado passa a considerar equivocada a proposta de divisão da terra, pois considerava que os trabalhadores não reivindicavam a posse da terra, mas sim melhores condições de trabalho.

A questão da terra no Brasil não tem a generalidade suficiente, nem se apresenta com a necessária uniformidade em todos os lugares, para constituir ponto de partida de amplos e continuados movimentos de massa, que é o que realmente, em profundidade, interessa do ponto de vista revolucionário. Ela pode determinar, como de fato tem determinado, pontos de atrito que eventualmente degeneram em conflitos localizados (2004b, p. 219).

A grande parte dos trabalhadores rurais do Brasil não são "camponeses", no sentido próprio, conforme Caio Prado. No geral, se constituem como trabalhadores "empregados", vendedores da sua força de trabalho, dentro da estrutura econômica predominante que é a

_

⁹ Os artigos publicados na Revista Brasiliense sobre a questão agrária, entre 1960 e 1964, estão reunidos na obra *A questão agrária* (1987).

unidade produtora da grande exploração. Nesse contexto, esses trabalhadores lutam por melhores condições de trabalho e de remuneração, e não pela posse da terra.

O sistema agrário feudal, observado por Lênin na Rússia e fonte de diversos estudos no Brasil, se caracteriza pela ocorrência de uma economia camponesa através da exploração parcelária da terra ocupada e trabalhada individualmente e tradicionalmente por camponeses, isso é, pequenos produtores. O que essencial e fundamentalmente constitui a economia agrária do Brasil é a grande exploração rural, na base da exploração comercial em larga escala, portanto, não-parcelária. "Não houve aí, como nas origens do agrarismo feudal, a constituição do latifúndio na base e em superposição a uma economia camponesa preexistente e que se perpetuou em seguida como objeto da exploração pelos latifundiários feudais" (PRADO JR., 2004b, p.45). Mais adiante o autor dirá:

Os polos principais da estrutura social do campo brasileiro não são o "latifúndio" ou "proprietário senhor feudal ou semifeudal" de um lado, e o camponês de outro; e sim respectivamente o empresário capitalista e o trabalhador empregado, assalariado ou assimilável econômica e socialmente ao assalariado (PRADO JR., 2004b, p.105).

As formas básicas de remuneração do trabalho na agropecuária brasileira (salariato, pagamento em parte da produção e a concessão do direito de utilização de terras pelo trabalhador para sua subsistência) são variantes do trabalho assalariado, seguindo a lógica capitalista e, portanto, não configuram qualquer relação feudal (PRADO JR., 1987). Assim, Caio Prado situava as relações de emprego na grande exploração como a principal contradição da economia agrária brasileira e a luta dos trabalhadores rurais por melhores condições de vida como a principal reivindicação.

Desse modo, não se tratava da destruição da grande exploração e sua substituição pela economia camponesa, mas sim da eliminação dos aspectos negativos da grande exploração, como os baixos padrões tecnológicos e as péssimas condições de trabalho. No geral, na medida em que avançassem as melhorias nas condições de trabalho ocorreria uma tendência à decomposição e ao desaparecimento daquelas empresas incapazes de suportar o aumento dos custos de produção em função dessas melhorias. Empresas que, anteriormente, se mantinham através da exploração do trabalhador, mas que nas novas condições exigidas pelos trabalhadores não se mostram capazes de aumentar a produtividade. Por outro lado, em boa parte, o caminho aberto pelo avanço das condições de trabalho e emprego colocaria também a questão da terra em pauta (PRADO JR. 1987).

Tanto Ignácio Rangel como Caio Prado estiveram num primeiro momento em consonância com a posição do PCB, na qual enfatizava a partilha da terra como a reforma fundamental a ser realizada. Posteriormente, foram críticos a essa tese. Entendiam, a partir do processo histórico brasileiro, que não se tratava da dissolução da grande exploração, mas da sua transformação. Em grande parte do Brasil, a substituição da grande exploração para a pequena produção camponesa representaria um retrocesso, por exemplo em termos de produtividade. Porém, isso não quer dizer que esses autores negassem haver uma questão da terra. Pretendiam colocar a questão de maneira adequada dentro do processo histórico brasileiro e fora das generalizações e abstrações que se faziam sobre o tema. Ou seja, a questão da terra não assumia o caráter primordial e fundamental como defendiam alguns autores.

Outra medida defendida por Caio Prado que facilitaria o objetivo da reforma agrária, que é a desapropriação de terras e a transferência para pequenos proprietários, poderia ser obtida por vias fiscais, através de uma tributação que forçasse a venda das grandes propriedades improdutivas e semiprodutivas e aumentasse a disponibilidade de terras no mercado imobiliário, provocando consequentemente a baixa de preços. Embora tal ideia seja próxima a de Rangel, este autor analisa a questão da terra dentro de um contexto mais amplo de evolução do capitalismo financeiro nacional.

No diálogo entre esses autores, é importante notar que apesar de serem críticos a dissolução da grande exploração, apresentavam análises distintas no que concerne à transformação dessa grande exploração. Conforme foi dito, para Rangel essa transformação se daria pela decomposição do latifúndio feudal e sua substituição pelo latifúndio capitalista, no esquema da dinâmica da dualidade brasileira, que teria como motor primário dessa transformação o crescimento das forças produtivas. Para Caio Prado, contudo, não havia qualquer tipo de relação feudal no Brasil, portanto essa ideia de transição do feudalismo para o capitalismo não cabia em sua interpretação.

Para Florestan Fernandes (2008), a imprecisão do conceito de capitalismo penetrou o campo dos estudos da economia agrária. Muitos autores tratam a economia colonial e o sistema de produção escravista como se fossem um "capitalismo moderno", quando na verdade o modo capitalista de produção teve sua manifestação no Brasil tardiamente. No sistema colonial a forma capitalista estava organizada somente no nível da mercantilização dos produtos tropicais e só se expandiu com a desintegração do sistema de produção escravista.

O autor acrescenta que a economia agrária brasileira nunca foi uniforme e também foi a parte da economia brasileira mais afetada pela condição de heteronomia. Mesmo evoluindo na direção do capitalismo moderno, a economia agrária ainda manteve os laços de dependência ou criou novos laços de dependência com as economias centrais. A eclosão do capitalismo no desenvolvimento brasileiro, portanto, não foi suficiente para imprimir maior autonomia. Vários fatores se coadunavam para impedir mudanças substanciais da economia agrária. O crescimento dos polos urbano-comerciais ou urbano-industriais passam a depender do excedente econômico da economia agrária, produzindo uma drenagem das riquezas do campo para as cidades ou para o mercado externo, perturbando o desenvolvimento capitalista da economia agrária, agravando e intensificando o que o autor chamou de "dependência dentro da dependência" (FERNANDES, 2008).

Apesar da forte penetração do capitalismo no campo permanecia, contudo, a dissociação entre as formas de produção (variavelmente capitalistas, pré-capitalistas ou subcapitalistas) e as formas de comercialização (em regra, capitalistas) dos produtos agrários. Nas relações de trabalho reproduziam-se formas pré-capitalistas ou subcapitalistas de exploração (FERNANDES, 2008).

Esse tipo de economia agrária, que retira seu teor capitalista mais dos mecanismos de mercantilização dos produtos que das formas de organização da produção e da mercantilização do trabalho, tem sido, não obstante, um dos eixos estruturais e dinâmicos da formação da sociedade de classes no Brasil (FERNANDES, 2008, p.180).

Essa coexistência de formas capitalistas de mercantilização com formas capitalistas, pré-capitalistas ou subcapitalistas de produção processa com maior lentidão no campo que na cidade. Temos, nessa situação, que a drenagem do excedente econômico da economia agrária "para fora", combinada com à "dinamização das potencialidades mais criadoras da economia agrária, a partir dos centros urbanos, redundam no empobrecimento do impacto estrutural e dinâmico dessa economia sobre a organização e a diferenciação do seu próprio meio social". Somente os agentes econômicos em condições de participar do excedente econômico gerado pela economia agrária e de vender a sua força de trabalho como mercadoria "são afetados no meio rural, pelas funções classificadoras do mercado interno e pelas funções estratificadoras dos modos vigentes." No entanto, a maior parte da população ligada à economia agrária encontra-se excluída parcial ou totalmente dessas funções classificadoras (FERNANDES, 2008, p.183).

Portanto, a dependência dentro da dependência dá origem a uma estratificação social típica no meio imediato da economia agrária, da qual as maiores vítimas são os despossuídos e os agentes da força de trabalho, que vivem dentro das fronteiras do capitalismo, mas fora de sua rede de compensações e de garantias

sociais. Esses setores, no caso brasileiro, atingem por vezes de 50 a 70 por cento ou mais das populações rurais, formando maiorias que continuam destituídas sob o regime capitalista, que não lhes oferece condições econômicas, socioculturais, psicológicas e políticas de uma classe social (FERNANDES, 2008, p.184).

Segundo Florestan Fernandes, esse padrão de estratificação representa o mais grave dilema social brasileiro. Grande parte da população rural brasileira não tem possibilidade de utilizar a ordem social competitiva para defender seus interesses, porque está dissociada dela ou participa de forma superficial. Acrescenta-se a isso, entre outros fatores, as dificuldades impostas pelos interesses das elites e, especificamente, dos interesses dos setores privilegiados do meio rural. Nessas condições, para o autor, torna-se impraticável qualquer possibilidade de revolução agrícola ou de reforma agrária.

Furtado (1983, p.157) analisando as relações entre agricultura e subdesenvolvimento, nos diz que o fato dos maiores obstáculos para eliminar o subdesenvolvimento estarem no setor agrícola "constitui simples indicação de que essa liquidação implica em transformação global da sociedade. É na observação das sociedades essencialmente agrícolas que se percebe claramente a diferença entre liquidação do subdesenvolvimento e desenvolvimento." Nelas passam a conviver estruturas arcaicas com outras modernas e tanto uma como outra podem adotar distintos modos de produção. O autor distingue o modo artesanal, modos não capitalistas e o capitalista.

Posteriormente, Furtado (1983, p.164) acrescenta que a tese de que o desenvolvimento industrial necessita previamente de um desenvolvimento agrícola não corresponde à realidade histórica, se se considerar o desenvolvimento agrícola como a passagem da agricultura tradicional para a agricultura moderna. "Cabe portanto concluir que a agricultura pode preservar suas estruturas tradicionais e manter-se impermeável à penetração de novas técnicas mesmo em face de um processo de industrialização e urbanização relativamente rápido."

O mundo rural brasileiro é bastante complexo, contudo não parece haver dúvida de que o traço marcante desse quadro é a empresa agro-mercantil, a grande unidade de exploração, e o seu papel dominante na ocupação territorial e de formação da sociedade rural brasileira. Ao lado da empresa agro-mercantil temos a escravidão, o segundo traço marcante da formação da economia rural brasileira. Posterior à escravidão, a propriedade da terra constitui-se no principal fator de estruturação da economia agrícola. Coube à escravidão o papel principal de apoio à empresa agro-mercantil e o de frustrar qualquer outra forma de organização agrícola, na medida em que o monopólio da propriedade da terra permitia organizar as bases da escravidão (FURTADO, 1972).

A partir do momento em que o trabalho escravo passa a ser substituído pelo trabalho livre criam-se condições mais favoráveis ao desenvolvimento da pequena e média propriedade agrícola. O controle por uma minoria do acesso à terra passa a ser fator determinante da organização agrícola e é o que conservará a posição dominante da empresa agro-mercantil. O monopólio da terra, deste modo, é utilizado para impedir a formação de comunidades agrícolas. Ainda, a agricultura itinerante praticada por pequenos produtores agrícolas dificultava o estabelecimento da posse da terra, em função da dispersão por extensas áreas. Os agricultores que não quisessem vincular-se à empresa agro-mercantil viam-se obrigados a deslocar-se para terras mais distantes que não fossem do interesse imediato da grande exploração. Os que se vinculavam às grandes propriedades ficavam dependentes dos senhores daquelas terras (FURTADO, 1972).

No Brasil, a comunidade camponesa não chegou propriamente a formar-se, ou, quando se formou, pouca influência teve no processo de acumulação. É esse um dado de maior significação, pois praticamente por toda parte as sociedades mais complexas se formaram a partir de comunidades rurais, que preexistem à penetração e generalização do trabalho assalariado (FURTADO, 1972, p. 98).

Com a concentração da terra e as baixas possibilidades de desenvolvimento da pequena e média exploração agrícola em grande parte do país, restava como alternativa para a maioria dos trabalhadores o emprego nas grandes explorações, sob múltiplas formas de relação de trabalho. Essa concentração da terra, para o autor, resultava em concentração da renda.

Há também, de acordo com Furtado (1972), uma escassez de mão-de-obra na agricultura apenas no que diz respeito à grande quantidade de terras e o tipo de técnica agrícola de que dispõe o sistema. Porém, como a população rural está em expansão e o crescimento da produção agrícola se manifesta em algumas regiões limitadas, o fenômeno da escassez de mão-de-obra é sempre local e temporário, o que não contribui para um possível aumento dos salários. Para que houvesse tal aumento seria preciso que essa escassez se generalizasse no meio rural e também tivesse uma elevação do nível técnico da agricultura.

Em relação ao nível técnico da agricultura e a sua capacidade de atender a demanda exigida, a empresa agro-mercantil, organizada como agricultura tradicional, está quase sempre em condições de responder ao aumento da demanda de produtos agrícolas criada no exterior ou nas zonas urbanas. Contudo, para Furtado (1972), isso ocorre em função da abundância de terras de que dispõe a empresa, a existência de uma fronteira móvel e o crescimento da população rural, tratando-se muito menos de desenvolvimento da técnica agrícola que de ocupação

econômica de um território. Ainda, os maiores custos desse processo se traduzem principalmente na destruição de recursos naturais do país e nas duras formas de exploração dos trabalhadores rurais.

Em face dessa abundância de recursos, a extrema concentração da propriedade da terra permite à empresa agro-mercantil impor à população rural salários ínfimos; por outro lado, o baixo custo da mão-de-obra transforma-se em barreira à penetração do progresso técnico, perpetuando uma agricultura de altos e crescentes custos sociais, responsável pela depredação dos recursos naturais do país. Como a estagnação do nível de vida da massa rural contribui para deprimir os salários urbanos e são estes que determinam a evolução da demanda de produtos agrícolas, tampouco por este lado surgem possibilidades de ruptura do impasse atual (FURTADO, 1972, p. 119).

Tem-se novamente o problema do nível de vida da população rural. Para o autor (1972), a solução passa pela reorganização da agricultura brasileira e pela eliminação da tutela que a grande exploração possui sobre a massa trabalhadora rural, que se constituiu historicamente num sistema de privilégios, baseado na escravidão e na propriedade da terra articulado com a prática da agricultura itinerante. Somente com mudanças nesse sistema seria possível uma elevação do nível de vida da população e a ampliação do progresso técnico no meio rural. Segundo Furtado, trata-se, em síntese:

[...] de reestruturar a economia agrícola de forma a dotá-la de um sistema de decisões capaz de tornar compatíveis os seguintes objetivos: a) assegurar a expansão da produção, b) criar novos empregos em escala adequada, c) melhorar progressivamente o nível técnico e d) assegurar a elevação do nível de vida da população rural em função do aumento de produtividade (1972, p. 120).

Não é demais acrescentar que, a reconstrução do setor agrícola passa por uma rápida expansão do setor urbano, acompanhada do aumento salarial dos grupos de baixa renda, e também é importante considerar a possibilidade de exportações subsidiadas de certos produtos (FURTADO, 1972).

À luz dessas considerações, é possível notar as diversas faces que constituem o problema agrário brasileiro: de ordem econômica e técnica, política, cultural e social. Problemas e soluções que fogem ao aspecto estritamente agrário, demonstrando, no geral, a imensa complexidade que é a questão agrária no Brasil e que foi, por vezes, exagerada ou subestimada como dilema do desenvolvimento brasileiro. São inúmeras as questões que envolvem o "diálogo" entre os intérpretes, como a concentração fundiária e da renda; as relações de trabalho

e de emprego; nível técnico da agricultura; o problema agrário e a relação com a industrialização e o desenvolvimento nacional; o papel dominante da grande exploração e a relação com a pequena exploração agrícola; capacidade de oferta de bens agrícolas; reforma agrária e outros. Foge, portanto, a qualquer análise simplificada que se faça do tema. No geral, são diversas as contradições que permeiam a questão agrária. Trata-se, sem dúvida, de um dos principais dilemas do desenvolvimento brasileiro.

2.4. Industrialização brasileira

A avaliação de Caio Prado acerca de nossa industrialização está estritamente relacionada a ideia central de seu pensamento, a saber: a economia brasileira continua a se basear no fornecimento de produtos primários ao mercado exterior e não aos interesses da coletividade nacional. Assim, nos moldes em que se apresentavam, a indústria brasileira e o mercado interno ainda não eram suficientes para criar em bases sólidas um desenvolvimento nacional autônomo e alterar o sentido colonial.

A industrialização possibilitou grandes modificações na economia brasileira, o que representava um avanço no sentido da alteração do velho sistema colonial. Contudo, apesar dessas modificações, o autor considerava subsistir o sistema colonial brasileiro, porém numa forma mais complexa, mas não mudando a essência do passado.

Diversificou-se a produção do país, e essa diversificação o subtraiu do exclusivismo de algumas atividades voltadas para produtos primários de exportação. [...] Numa palavra, o mercado interno, antes inexpressivo e contando muito pouco como fator propulsor das atividades econômicas brasileiras, já se emparelha nesse sentido ao externo, e começa mesmo a ultrapassá-lo em importância e significação. Isso sem dúvida constitui um considerável progresso e grande passo no sentido da integração nacional da economia brasileira. Mas é um progresso que, pela maneira como se realiza, ou se realizou até hoje, se anula em boa parte e se autolimita, encerrando-se em estreitas perspectivas (PRADO, 2004b, p.91).

A diversificação da produção realizava-se paradoxalmente num processo em que preservava a primazia da função exportadora, mantendo a economia dentro do velho enquadramento colonial. Acrescenta-se a isso a instalação crescente de empreendimentos estrangeiros na economia brasileira, que seria o principal responsável em reforçar nossas deficiências econômicas. São esses empreendimentos "que fixarão as normas, o ritmo e os

limites do desenvolvimento, para eles naturalmente determinados pelo montante dos lucros que a economia brasileira é capaz de proporcionar" (PRADO, 2004b, p. 88).

Desse modo, apesar do autor reconhecer um surto relativamente vigoroso no pós-guerra, baseado sobretudo na industrialização através da substituição de importações, esse processo encontraria rapidamente seus limites, com tendência à estagnação nos anos 60. A industrialização no Brasil não resultou numa eficiente integração das atividades produtivas para atender ao consumo do conjunto da sociedade, mas, pelo contrário, para satisfazer as necessidades de um consumo restrito da população.

Essa transformação é agravada ainda pela presença das empresas internacionais, que ganham importância crescente e conquistam posições privilegiadas no interior da economia brasileira. O núcleo dinâmico da indústria brasileira será constituído por filiais de empresas internacionais em cuja órbita se guiará boa parte da indústria brasileira mais expressiva. Apesar do estímulo provocado num primeiro momento pelas iniciativas estrangeiras pela posição privilegiada que ocupam, estas reconduzem a economia brasileira a anterior situação centrada na função exportadora, em função do desequilíbrio que provocam nas contas externas a partir dos pagamentos no exterior, e que só podem ser satisfeitas com a contrapartida de exportações (PRADO JR., 1989).

Caio Prado (2004b) criticou o apoio dos comunistas ao presidente Juscelino Kubitscheck (JK), porque o seu programa de desenvolvimento correspondia aos interesses do grande capital brasileiro e internacional, sobretudo desse último. A entrada de grandes grupos internacionais no Brasil era considerada um dos fatos mais notáveis da penetração do imperialismo na economia brasileira. A esquerda brasileira continuou a apoiar o projeto que JK representava com a candidatura do Marechal Lott em 1960.

É preciso notar, que o autor privilegia em sua análise a esfera da circulação, como deixa claro em *Formação do Brasil contemporâneo* (2004a, p.228): "A análise da estrutura comercial de um país revela sempre, melhor que a de qualquer um dos setores particulares da produção, o caráter de uma economia, sua natureza e organização." Segundo Coutinho (1989, p.116), o estoque de categorias marxistas que Caio utiliza não é muito rico, tendo pouco peso, por exemplo, o conceito de "modo de produção", "o que deriva da prioridade metodológica que ele conscientemente atribui à esfera da circulação em detrimento da esfera da produção." O que é um erro, ao considerarmos que o modo de produção é uma categoria central de todas as formações sociais.

Uma das críticas nesse sentido também é realizada por Florestan Fernandes. Ele considera que Caio Prado ao colocar o capital mercantil no núcleo da sua interpretação para

compreender vários momentos da história brasileira, o seu conceitual analítico, que é fundamental na riqueza de sua obra, é responsável também pelos seus limites. Caio Prado focaliza de modo insuficiente as transformações advindas do processo de industrialização, bem como as relações entre o capital mercantil e o capital industrial e, posteriormente, com o capital financeiro. Para Florestan Fernandes há deslocamentos na economia e o capital mercantil perde sua posição hegemônica e determinante. Acrescenta que não se pode subestimar o processo de industrialização, apesar de ser indiscutível que o Brasil continua a enfrentar problemas decorrentes do padrão de crescimento econômico herdado da fase anterior, aproximadamente entre 1875 e 1930.

Umas das importantes contribuições de Celso Furtado, em *Formação econômica do Brasil* (2003), é considerar o deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira para o mercado interno a partir da crise internacional de 1929, enquanto anteriormente esse papel dinâmico era realizado pelo setor de exportação. Na depressão, ao manter-se a procura interna e ser maior que a procura externa, o setor que produzia internamente passou a oferecer melhores oportunidades de inversão que o setor exportador. Diz Furtado (2003, p.205-206):

Cria-se, em consequência, uma situação praticamente nova na economia brasileira, que era a preponderância do setor ligado ao mercado interno no processo de formação de capital [...]. As atividades ligadas ao mercado interno não somente cresciam impulsionadas por seus maiores lucros, mas ainda recebiam novo impulso ao atrair capitais que se formavam ou desinvestiam no setor de exportação.

Furtado em *Teoria e política do desenvolvimento econômico* (1983) constata que, numa perspectiva histórica, o processo de industrialização brasileiro foi, inicialmente, induzido pelo crescimento e diversificação da procura global, ou seja, como resultado do desenvolvimento derivado do crescimento das exportações. Posteriormente, numa segunda fase, a industrialização foi ocasionada pelas tensões estruturais geradas pelo impacto da crise do comércio internacional, que provocou uma insuficiência de produtos industriais; para continuar a suprir uma demanda prévia existente, promoveu-se uma indústria no interior da economia na base da substituição de importações.

Além do deslocamento do centro dinâmico para o setor industrial ocorre também, para o autor, a mudança dos centros de decisão, sendo dois fatores igualmente importantes na superação da estrutura colonial. À medida que avança a industrialização e a tomada de consciência desse processo há uma transferência dos centros de decisão a favor dos industriais

¹⁰ Prefácio de Florestan Fernandes para *História e desenvolvimento* (1989) de Caio Prado Jr.

e do mercado interno, que por outro lado conflita - o que não exclui cooperação - com os grupos de decisão que se apoiam no setor externo em sincronia com o mercado internacional. Conforme ganham relevância os centros de decisão a favor dos industriais, possibilitaria-se uma política de industrialização. E como um dos principais centros de decisão é o Estado, atribui-se a ele um dos papéis fundamentais dessa política.

Apesar da dinâmica industrialização observada no período, sobretudo nos anos 50, para Furtado houve uma perda de velocidade do desenvolvimento brasileiro nos anos 60 e em outros países subdesenvolvidos, com uma tendência à estagnação e ao esgotamento do processo de substituição de importações como fator impulsor. No caso brasileiro, esse processo foi acompanhado por permanentes desajustes entre as estruturas de oferta e demanda, aumento da pressão inflacionária e o agravamento das tensões sociais, com reflexos no plano político.

Apesar das diferenças, no que concerne ao entendimento do dinamismo da industrialização brasileira, Caio Prado e Celso Furtado observam em comum a tendência à estagnação da economia brasileira e o esgotamento do processo de substituição de importações, como também é comum o destaque que dão ao papel do mercado no processo de industrialização.

O surto relativamente vigoroso observado no pós-guerra, gerador de tantas ilusões "desenvolvimentistas", e que se alimentou sobretudo da industrialização na base da produção substitutiva de artigos antes importados, alcançou seu limite muito cedo. Já em 1962 começou a esmorecer, para dar lugar, em seguida, à estagnação e às sérias dificuldades que o país atravessava no momento (1966). E o progresso conseguido, na perspectiva do mundo moderno e dos padrões de uma economia realmente desenvolvida, é mínimo (PRADO JR., 2004b, p.160).

Florestan Fernandes (2008), parece corroborar a ideia de estagnação, apesar de concordar com o dinamismo da industrialização e dizer que o polarizador do crescimento econômico na esfera industrial foi a substituição de importações. Por meio dos empreendimentos estatais, do capital estrangeiro e da iniciativa nacional passou-se da fase de bens de consumo para a fase de bens de produção, penetrando na era da civilização industrial e da economia de escala na produção industrial, mas a substituição de importações praticamente esgotou suas possibilidades em menos de quatro décadas.

Ainda em relação ao dinamismo da industrialização, enquanto Caio Prado considerava a economia brasileira ainda centrada na exportação de produtos primários, Furtado mesmo tratando da ideia da estagnação da economia nos anos 60, faz a seguinte observação:

Ao iniciar-se o decênio dos anos sessenta, a oferta de produtos industriais no mercado brasileiro dependia em cerca de 90 por cento da produção interna. No que respeita aos bens finais de consumo, essa dependência era de mais de 95 por cento, sendo de cerca de 90 por cento no que concerne os produtos intermediários da indústria e de cerca de 80 por cento quanto aos bens de capital. Desta forma, a industrialização havia avançado consideravelmente no sentido de criação de um sistema industrial com um grau de diferenciação similar ao das economias altamente industrializadas (1969, p.214).

Mesmo diante desse dinamismo, é preciso salientar uma observação feita pelo autor, em *O mito do desenvolvimento econômico* (1974), de que a economia brasileira pôde avançar seu processo de industrialização sem necessariamente abandonar as principais características do subdesenvolvimento, como a disparidade na produtividade entre as áreas rurais e urbanas, grande massa de subempregados, etc.

Ainda nesta obra, Furtado é mais cauteloso ao se referir a crise dos anos 60, considerando-a um período de relativa estagnação (1961-67), pois em 1968 há uma retomada do crescimento da produção industrial brasileira, que foi obtida através de uma política governamental muito bem-sucedida em atrair grandes empresas internacionais e fomentar a expansão das subsidiárias já instaladas no país. O governo orientou um processo de distribuição de renda para atender ao perfil de demanda atraente a essas referidas empresas, tentando reproduzir a cesta de bens de consumo dos países cêntricos. No geral, houve um processo de concentração de renda para beneficiar os consumidores de bens duráveis, uma minoria da população.

Anteriormente, os sistemas nacionais foram importantes indutores do processo de industrialização, mas na medida em que avança a internacionalização da economia ocorre na periferia uma industrialização sob o controle das empresas internacionais, o que torna mais complexa a coordenação no plano interno dos centros de decisão no quadro das grandes empresas (FURTADO, 1974). Isso contribui para acentuar ainda mais o fosso entre os países cêntricos e os periféricos no sistema internacional.

O avanço do processo de industrialização na periferia tende a acentuar o controle do sistema produtivo por firmas estrangeiras. Para Furtado (1974), a dependência que antes se fazia pela imitação de padrões externos de consumo através da importação desses bens, agora se realiza pela implantação dessas grandes empresas em países periféricos e dos padrões de consumo a serem adotados. Contudo, acrescenta:

[...] esse controle direto por grupos estrangeiros, do sistema produtivo dos países periféricos, não constitui um resultado necessário na evolução da dependência. É perfeitamente possível que uma burguesia local de relativa

importância e/ou uma burocracia estatal forte participem do controle do aparelho produtivo e mesmo mantenham uma posição dominante nesse controle. Em alguns casos essa predominância de grupos locais pode ser essencial afim de assegurar o rígido controle social requerido para fazer face a tensões originadas pela crescente desigualdade social. Contudo, o controle local, ao nível da produção, não significa necessariamente menos dependência, se o sistema pretende continuar a reproduzir os padrões de consumo no centro (1974, p.89).

No entanto, a experiência demonstra que os grupos locais que participam da apropriação do excedente, no quadro da dependência, dificilmente se afastam da visão de desenvolvimento como reprodução dos padrões de consumo dos países cêntricos (FURTADO, 1974). Se por um lado, é perfeitamente possível a convivência das grandes empresas com uma orientação interna do processo de desenvolvimento, por outro, torna-se complexa uma orientação nesse sentido ao considerarmos a ampliação do poder das grandes empresas e as dificuldades internas em coordenar os interesses nacionais.

Para Florestan Fernandes (2008), na era do capitalismo monopolista as burguesias das sociedades capitalistas dependentes correm o risco de serem batidas e ultrapassadas pelos efeitos da internacionalização da economia e de se converterem nas principais vítimas da identificação com o capitalismo dependente, complicando as possibilidades para romper com esse estado de coisas - mas nem por isso impossíveis.

Além disso, acrescentava o autor, a substituição de importações parece, em muitos aspectos, um processo de "substituição de empresas e empresários" em que as empresas internacionais têm demonstrado interesse no mercado brasileiro nas seguintes condições:

a) quando ele se mostra vantajoso para a colocação de certos produtos; b) em virtude da própria competição delas entre si, no nível do mercado internacional. Nas duas hipóteses, a instalação dentro do país provoca a referida substituição, pouco sentida até agora por causa da multiplicidade de oportunidades que se abrem à atuação empresarial (2008, p.128).

Esse processo submete os centros de decisão internos ao impacto das organizações internacionais. E esse impacto, ao que parece, no plano econômico, pode ser diluído a partir de um crescimento econômico acelerado, num ritmo que poderia ser prematuro se fosse nas condições da iniciativa privada nacional. Ao contrário, no plano político, ocorre uma perda de autonomia econômica para os centros estrangeiros, que passa a processar a *partir de dentro*, ao contrário do que ocorria anteriormente, por exemplo, com a grande lavoura exportadora, a

partir de fora (FERNANDES, 2008). Note-se aqui a proximidade de Florestan Fernandes com Furtado em relação a ideia de "centros de decisão".

No que se refere a relação entre Furtado e Rangel, ambos entendiam a industrialização brasileira como um processo inserido no esforço nacional de substituição de importações, associado ao movimento mais amplo da economia mundial, como foi o da Grande Depressão no período entre as duas Guerras Mundiais. Também concordavam com a tese de deslocamento do centro dinâmico da economia do setor externo para o setor interno. Essa concordância deriva da influência do pensamento cepalino na formação desses autores.

Contudo, é necessário salientarmos que o desenvolvimento da economia brasileira, subdesenvolvida, periférica e reflexa, manifesta-se, alternadamente, por movimentos de crescimento para fora e de crescimento para dentro, acompanhando os ciclos econômicos de Kondratiev e Juglar. O movimento cíclico, conforme já citado na primeira parte do trabalho, assume papel fundamental para Rangel na análise do desenvolvimento brasileiro. Neste quesito, parece haver uma convergência com Furtado, conforme a citação abaixo:

Vários economistas brasileiros têm procurado enquadrar os períodos de subutilização de capacidade produtiva, que se podem identificar no correr dos últimos três decênios, numa visão cíclica do processo de desenvolvimento. Não há dúvida de que toda economia capitalista que se desenvolve com base no mercado interno tende a apresentar fases de aceleração das inversões, que levam necessariamente a outras de desaceleração e, ocasionalmente, de contração. Contudo, os ciclos a que se refere a teoria econômica, desde a época de Juglar, dificilmente podem apresentar-se em economias dominadas por oligopólios e com forte participação do Estado nos investimentos e na formação da demanda efetiva. As fases da subutilização de capacidade produtiva, que se observam na economia brasileira no pós-guerra, não parecem ter caráter recorrente, pois não se explicam sem cuidadoso estudo dos desajustes estruturais ocorridos. O ciclo como hipótese explicativa é de caráter a-histórico e pouco nos ajuda a captar a especificidade das tensões estruturais que se apresentam no contexto brasileiro. Tenham ou não caráter de recorrência cíclica, essas tensões estruturais sempre terão de ser estudadas como um aspecto da morfogênese das estruturas econômicas brasileiras na fase de formação do sistema industrial (RANGEL, 1981, p. 32).

Furtado cita alguns autores para entender a visão cíclica do desenvolvimento recente da economia brasileira, incluindo Maria Conceição Tavares e Pedro Malan, não citando Ignácio Rangel, que pode ser considerado o autor que melhor fundamentou a teoria dos ciclos para o caso brasileiro e influenciou os demais autores citados por Furtado. Mais para Rangel do que qualquer outro desses autores, os movimentos cíclicos assumem, ao longo de sua obra, papel de categoria explicativa fundamental para analisar o desenvolvimento brasileiro, como a relação

dos ciclos juglarianos e a dinâmica industrial, formando setores com capacidade ociosa e antiociosa no processo de desenvolvimento.

Em relação ao processo de substituição de importações, urge destacar a visão de Rangel, que considerava o processo não uma particularidade somente da industrialização, mas que teria ocorrido em momentos anteriores até atingir seu caráter industrial. A substituição de importações ocorria na medida em que havia o fechamento do mercado externo para os nossos produtos. A partir dos movimentos cíclicos de Kondratiev, ora nossa economia se concentrava na expansão das exportações, ora em buscar maior medida de autarcização. O que muda é o modo como ocorre o aumento das exportações ou da substituição de importações, em função do grau de desenvolvimento das forças produtivas alcançado.

Na primeira metade do século XIX, com a integração da economia e a sociedade brasileiras ao exterior, com a Abertura dos Portos, e a primeira crise de Kondratiev, há um esforço de substituição de importações sob a forma específica de diversificação da atividade produtiva no interior da fazenda de escravos, aumentando o produto destinado ao autoconsumo e diminuindo a parte exportável. Na segunda crise de Kondratiev, na segunda metade do século XIX, estruturam-se no quadro urbano as substituições através do desenvolvimento de atividades artesanais de transformação e construção civil, uma produção mercantil ou pré-industrial. Nas duas ocasiões em que ocorreram as substituições de importações, nossas atividades internas eram incapazes de dinamismo próprio, só adquirindo tal dinamismo a partir da terceira crise de Kondratiev, na primeira metade do século XX, com a industrialização.

Furtado (1983), reconhece que a definição de substituição de importações que utiliza é particularmente restritiva e que no sentido mais amplo pode-se admitir que existe substituição toda vez que há uma contração das importações e a procura seja atendida com produção local, podendo ocorrer também com elevação do coeficiente de importações. Essa observação é feita pelo autor considerando o período da industrialização brasileira, não deixando claro se concordava com a hipótese de substituição de importações em períodos anteriores como fez Rangel.

Outra análise de Rangel (2005 (1969)), que o difere desses intérpretes, é que ele considera ser um grave erro supor uma determinação do ponto em que se encerra o processo de substituição de importações. Não se trata de considerá-lo eterno, mas é preciso escapar à tendência oposta de supor que qualquer crise do crescimento econômico e do esforço de formação de capital leve ao esgotamento do processo de substituição de importações.

A substituição industrial de importações foi vencendo, a longo prazo, algumas etapas. Primeiro, cumpriu a industrialização do setor de bens de consumo. Depois, tivemos a industrialização do setor de bens de produção e, por último, teríamos os serviços de utilidade pública. Formalmente, o último caso não diz respeito a substitutivos de importações, o que leva alguns autores a considerarem o fim desse processo. "O fato, porém, é que atendem a um incremento da demanda interna, primariamente ou não, ligado às importações" (RANGEL, 1990). Ou seja, trata-se de um prolongamento do processo de substituição de importações, pois corresponde ao atendimento de uma demanda efetiva criada pelo próprio esforço de substituição de importações. Ainda, esse processo não se limita às etapas indicadas. Ao lado da sequência bens de consumo, bens de produção e serviços de utilidade pública, "I um "segundo fluxo de demandas derivadas começa a manifestar-se, associado às mudanças sociais (notadamente à urbanização), à redistribuição geográfica da população e da atividade econômica etc." (RANGEL, 2005 (1969), p.612).

Somente depois de encerrada a etapa dos serviços de utilidade pública, através das concessões de serviços públicos à iniciativa privada e do coroamento do capitalismo financeiro nacional, portanto dependente de mudanças institucionais, é que findaria a industrialização substitutiva de importações. Desse modo, o esgotamento da industrialização por substituições de importações estava longe de ocorrer, contrariando a visão dos "estagnacionistas" dos anos 1960.

Rangel entendia que o desequilíbrio é próprio do desenvolvimento brasileiro. Por exemplo, o movimento industrial teve um êxito enorme, mas sempre foi unilateral. Cuidamos em criar, durante muito tempo, apenas uma indústria de bens de consumo sem um parque industrial de bens de produção, que existia somente na forma pré-industrial. Esse movimento preparou um novo desequilíbrio, porque um parque industrial não poderia depender exclusivamente de bens de produção importados.

A partir dos anos 50, o Estado buscou compensar esse desequilíbrio criando sua própria indústria de bens de produção. As medidas institucionais que antes impediam o estímulo à produção interna de bens de produção foram substituídas por medidas que a estimulavam, como a Instrução 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc). O clima foi tão propício para o setor de bens de produção, "que o capital estrangeiro, tão arredio em toda a primeira etapa de nossa industrialização, interessou-se pela segunda etapa, e tão bem se houve, que quase assumiu o controle de todo o parque". Iniciava-se, assim, novos desequilíbrios e cabia a programação brasileira identificar quais destes eram os mais maduros para solução (RANGEL, 1960, p.183).

-

¹¹ Para que fossem cumpridas essas etapas eram necessárias mudanças institucionais. Em relação aos serviços de utilidade pública era mister o coroamento do capitalismo financeiro.

A segunda etapa de nossa industrialização se fez sob o comando externo, o que abriria a porta para o desequilíbrio no balanço de pagamentos, com a remessa de lucros e repatriações de capital. O Plano de Metas, através do Estado, impulsionou o crescimento de um pequeno número de empresas, principalmente estrangeiras, que emergiram como as empresas vanguardas da economia brasileira, reduzindo o restante das empresas à condição marginal, mas que possuíam enorme capacidade ociosa. Rangel não acreditava que fosse viável o controle da remessa de lucros para reduzir a pressão sobre o balanço de pagamentos. No período, defende a introdução de uma tributação progressiva que reduziria a massa de recursos a remeter, permitindo ao Estado captar uma parte dos lucros das empresas de vanguarda. o que possibilitaria melhores condições para o desenvolvimento nacional das empresas marginais.

Uma incursão na obra de Ignácio Rangel nos permite dizer que são raras as referências às empresas estrangeiras, diferente de Furtado, Caio Prado e Florestan Fernandes, em que a atuação das multinacionais foi objeto de análise, observando-se os efeitos da instalação dessas empresas na economia nacional - o que, em algumas ocasiões, levaria a posições contrárias à presença das multinacionais no país, como foi o caso de Caio Prado. Em alguns poucos artigos, escritos nos anos 80, Rangel trata do papel das multinacionais no desenvolvimento brasileiro. Em artigo escrito em 1988, discute a relevância da conceituação de empresa nacional pela Constituinte, como parâmetro essencial para a definição de uma política econômica e faz a seguinte e importante consideração:

O que importa basicamente saber é a medida em que cada empresa integra na economia nacional brasileira, para trás e para diante, isto é, através dos seus insumos e dos seus produtos. Em primeiro lugar, trata-se de saber em que moeda a empresa incorre em seus custos e aufere sua receita. É essencialmente a moeda que marca os limites da economia nacional, visto como todas as relações com outras economias passam por uma operação cambial, que reflete o estado geral das contas entre o país e outros países integrantes do chamado "resto do mundo" (RANGEL, 1988e).

O economista considera ainda que pode haver empresas que pertencem a brasileiros e que não sejam nacionais, assim como empresas pertencentes a estrangeiros que se integram de tal modo a economia nacional e que, portanto, devem ser tratadas como empresas nacionais. Ainda naquela conjuntura de crise econômica, as multinacionais eram talvez o principal contingente de empresas carregadas de capacidade ociosa e, portanto, de interesse da economia nacional.

Mais importante que a confusão que se estabelece em relação à atuação das empresas estrangeiras no país, Rangel dedicou maior atenção à reorganização do comércio exterior. Era

preciso concentrar o comércio exterior nas mãos do Estado, para viabilizar a instituição do planejamento sob a forma da vinculação das exportações com as importações, isto é, do bilateralismo. O comércio exterior é visto como uma das variáveis estratégicas do desenvolvimento, sobretudo em se tratando de uma economia periférica e de suas relações externas com os países cêntricos. Defendia a transformação do comércio exterior em atividade pública e da intervenção cada vez mais planejada do Estado nesse setor, através do seu monopólio. Essa intervenção aparecia acidentalmente de acordo com as circunstâncias históricas, mas uma vez que se transformasse numa ação de planejamento do Estado teria a capacidade de acelerar o desenvolvimento das forças produtivas. Um dos instrumentos mais eficientes dessa planificação seria a manipulação do câmbio em favor do desenvolvimento nacional e contrário, portanto, ao câmbio regido pelas leis do mercado.

Caio Prado, em *Diretrizes para uma política econômica brasileira* (1954), diz que é no setor das relações financeiras internacionais que se entrosam os elementos fundamentais do sistema colonial da economia brasileira e é nele que se situam as alavancas principais do funcionamento desse sistema e da economia brasileira como um todo. Qualquer modificação do sistema deverá, portanto, interferir nessas alavancas, com o objetivo de transformá-las a partir de um controle total das transações externas do país, o que somente é possível através do monopólio do comércio exterior. Acrescenta:

A evasão de divisas de um lado, e o desperdício delas, de outro, são inevitáveis em qualquer regime, por mais rigoroso que seja, de liberdade comercial nas transações com o exterior; e não estamos em condições de nos dar ao luxo de desprezar e dispensar a menor parcela dos créditos exteriores do país que já são limitados para o que deles precisamos na tarefa da reconstrução econômica que se propõe (1954, p. 234).

O monopólio do comércio exterior era visto como um importante instrumento para controlar a ação do imperialismo e criaria as condições para superar o atraso da economia brasileira. Uma das diferenças com Rangel no que concerne ao comércio exterior, estava em que Caio Prado (2004b, p.193) propunha a necessidade de limitar ao máximo e considerava "até mesmo a supressão completa da transferência para o exterior dos lucros e outras formas de remuneração das empresas estrangeiras que operam no Brasil", ou seja, das remessas de lucros. Enquanto Rangel defendia uma tributação progressiva para canalizar tais recursos para o Estado e possibilitar o desenvolvimento das empresas marginais.

Por fim, podemos alertar para a existência de outros traços comuns e distintos no universo intelectual desses autores, que necessitam ser explorados para alcançarmos as

possibilidades explicativas que oferecem ao entendimento da realidade brasileira. As contribuições desse "diálogo" são enormes e foi, nossa intenção, apenas, contribuir com algumas reflexões. Os dilemas brasileiros, e suas interpretações, permanecem como fundamentais para refletirmos sobre os problemas que afligem o nosso país, uma vez, que ao invés de serem solucionados, se agudizaram nos anos posteriores.

Capítulo III - BRASIL DO "MILAGRE" AO "ANTIMILAGRE" ECONÔMICO

Esse capítulo pretende analisar o período do "milagre" e "antimilagre" econômico brasileiro na interpretação de Ignácio Rangel, revelando alguns condicionantes principais que levaram ao "antimilagre". Buscaremos, principalmente, apresentar como Rangel propunha uma alternativa para a retomada do crescimento econômico e, mais do que isso, essa alternativa representaria, na sua interpretação, a última etapa da substituição industrial de importações e a consolidação do capitalismo brasileiro. Trata-se da proposta que o autor insistentemente defendeu como necessária para o cumprimento desta etapa, a saber: a concessão de serviços públicos à iniciativa privada.

O capitalismo industrial brasileiro, como se sabe, iniciou pela indústria leve e avançou para a indústria pesada e, por último, deveria alcançar os serviços de utilidade pública, que ocorreria com o coroamento do capitalismo financeiro nacional. Nessa última fase, no entanto, o Brasil foi acometido por uma crise profunda e prolongada de sua economia, o chamado "antimilagre" econômico, posterior a uma fase de anos "milagrosos" dessa mesma economia.

3.1. O "Milagre" Econômico Brasileiro

Entre 1930 e 1980 o Brasil assistiu a um extraordinário avanço da sua economia, uma das mais dinâmicas do mundo capitalista. Rangel considera que, nesse período, tivemos duas fases notáveis de crescimento do produto industrial, que segundo ele se convencionou chamar de "milagre": o "Milagre do JK" dos anos 50 (1956-1961), com uma taxa média de 11% ao ano, e o "milagre" dos anos 60 (1968-1973), com uma taxa a quase 13% ao ano. Essas fases de expansão foram intercaladas com duas fases de declínio do crescimento econômico, a primeira no período 1962-1967 e, posteriormente, entre 1974-1980, embora essa segunda fase não tenha sido muito inferior à tendência histórica do pós-guerra (SERRA, 1982; RANGEL, 2005 (1985)).

Noutros termos, trata-se de fases intercaladas entre expansão e crise da economia, os chamados ciclos endógenos que foram gestados no processo de industrialização brasileiro. Temos no último "milagre" econômico, a fase de maior expansão econômica observada na

¹ Daqui em diante, quando nos referirmos ao "milagre" econômico, trata-se do período compreendido entre 1968 e 1973. A taxa de crescimento do PIB em 1967 foi de 4,2% ao ano saltando para 9,8% no ano seguinte, para chegar

história brasileira. Esse período é seguido por outro, chamado por Rangel de "antimilagre" econômico, que se inicia em 1980, como a crise mais prolongada da economia brasileira desde o início da industrialização em 1930.²

O processo de industrialização brasileiro se iniciou na fase de recessão da economia mundial, mais especificamente na fase B do terceiro ciclo de Kondratiev (1920-1948), desencadeando o movimento de substituição industrial de importações. Como economia periférica, o Brasil reage aos movimentos dos ciclos de Kondratiev produzindo um esforço de substituição de importações nas fases descendentes do ciclo, enquanto nas fases ascendentes dinamiza o intercâmbio comercial, participando mais ativamente da divisão internacional do trabalho. Porém, na fase A do quarto Kondratiev (1948-1973), de expansão da economia mundial, a substituição de importações se manteve como motor primário do crescimento, diferente dos anteriores, revelando considerável autonomia da economia brasileira em relação aos impulsos partidos do centro mundial. Desse modo, o "milagre" econômico brasileiro coincide com o crescimento do centro da economia mundial.

No "milagre", a retomada do desenvolvimento econômico ocorreu pela abertura de novo campo aos investimentos, que foram a construção residencial e os bens duráveis, como os eletrodomésticos e os produtos da indústria automobilística. Um impulso importante foi dado aos grandes serviços de utilidade pública, mas as fontes de recursos utilizadas foram o fisco e a entrada de capitais externos. Houve grandes avanços no sentido da estruturação do mercado de capitais, conforme observa Rangel na citação abaixo, porém o capitalismo financeiro interno ainda não estava habilitado o suficiente para fornecer os recursos necessários ao desenvolvimento dos grandes serviços de utilidade pública.

Em prazo brevíssimo, o Brasil viu surgir um sistema nacional de poupança, que se comparava aos mais potentes do mundo. Os investimentos, cobertos com fundos privados, entraram a elevar-se, notadamente na construção residencial, liberando fundos públicos para outras aplicações. Estava criada a escola maternal do capitalismo financeiro brasileiro. [...] A construção residencial, tão importante, num país que expandia sua população urbana a

em 1973 a, aproximadamente, 14 %. A taxa média para esse período foi cerca de 11% (Dados do IBGE. Acesso em www.ibge.gov.br, em Estatísticas do século XX).

² Rangel não tece críticas em relação ao termo "milagre" econômico, utilizado para caracterizar o alto crescimento econômico brasileiro, principalmente no período 1968-1973, e também para se referir a outros países, que na época tiveram taxas de crescimento semelhantes, entre as maiores do mundo, como o Japão. No livro em que trata do tema, *Economia: milagre e antimilagre* (2005 (1985)), o termo aparece, ao longo do texto, entre aspas. O período que ele chama de "antimilagre" inicia em 1980, quando a crise da economia brasileira coincide com a crise mundial. Enquanto o período 1974-1980, entre o "milagre" e o "antimilagre", a nosso ver, não se trata de anos "milagrosos" da economia, uma vez que apesar de fazer parte do ciclo interno expansivo, a economia brasileira começa a desacelerar.

ritmos tão galopantes, teve reforçadas ou criadas suas próprias bases financeiras, por certo sob a supervisão do Estado, via Sistema Nacional de Habitação (SNH) e Banco Nacional de Habitação (BNH), mas movendo fundos privados em escala sem precedentes. Com recursos antes comprometidos com aplicações no próprio setor público, o Estado empreendeu, noutras áreas, um gigantesco esforço de formação de capital – notadamente no campo da indústria pesada, da energética, dos serviços urbanos, dos transportes pesados rodoferroviários etc. (RANGEL, 2005 (1985), p.710).

Assim como a Instrução 70 foi a peça essencial das inovações institucionais que possibilitou o "milagre" dos anos 50, para Rangel, a correção monetária foi peça fundamental do "milagre" dos anos 60. A correção foi remédio necessário e suficiente para a construção residencial, enquanto os serviços de utilidade pública foram beneficiados pelos recursos liberados da construção residencial e áreas aparentadas (RANGEL, 2005 (1985), p.710). O aumento dos investimentos das empresas públicas também teve papel de relevância, como foi no caso do setor elétrico. Desse modo, o aumento dos investimentos exerceu efeitos vigorosos sobre o crescimento da economia brasileira.

Considerando o conjunto do ciclo expansivo do "milagre", os setores mais dinâmicos foram o de bens de consumo duráveis e o de bens de capital. O crescimento da produção do primeiro setor foi superior ao do segundo. A produção de bens de capital crescerá mais rapidamente nos anos de 1970, aumentando o peso dos setores integrantes do Departamento I (D I).

Na medida em que o D I se torna industrial e moderno ele afeta todo o equilíbrio geral do sistema econômico. Uma dessas mudanças foi na oferta e demanda de mão-de-obra na economia do país. Com o aumento da produção dos insumos agrícolas, produção de tratores e indústria química, componentes do D I que consequentemente são fornecidos à agricultura, a produtividade do trabalho agrícola se eleva. Assim, a agricultura passa a depender de uma menor quantidade de trabalhadores e de um número menor de horas trabalhadas para atender a mesma oferta (RANGEL, 2005 (1985)). Temos o desenvolvimento da agricultura e da indústria, por um lado, e a crescente redistribuição da população entre a área rural e urbana, por outro, que foram importantes fatores do intenso processo de urbanização do país.

Segundo Rangel (2005 (1985), não seria justo dizer que a ditadura militar dificultou o desenvolvimento da economia brasileira, ao contrário, é bem possível que o tenha acelerado, levando o processo de industrialização às últimas consequências, nas condições de uma estrutura agrária arcaica que começava a encontrar os seus próprios limites. No entanto, era

necessário, nos anos 1980, colocar o capitalismo brasileiro em outros patamares de desenvolvimento e promover uma redistribuição da riqueza nacional.

De modo sucinto, essas eram algumas características do "milagre" econômico. A taxa de inflação que era 88,4% em 1963 chegou a 15% em 1971, enquanto, "no mesmo lapso, a taxa de crescimento da produção industrial passava de 0,2% a 12% e o PIB, de 2,8% a 11,3%" (RANGEL, 2005 (1985, p.710). Nessas condições, a inflação declinava com o aquecimento da economia, notadamente com a expansão da produção industrial. Essa constatação, se fosse apreciada nos anos posteriores, poderia conduzir a uma reapreciação das políticas anti-inflacionárias, que buscavam com medidas recessivas controlar a inflação.

3.1.1. Os antecedentes do "antimilagre"

O quadro econômico do Brasil é indissociável do mundo como um todo. Alertamos para essa relação anteriormente como fundamental e necessária para compreensão do Brasil e da "ininteligibilidade do nosso próprio processo de crescimento econômico, se desligado do processo econômico mundial, notadamente do que concerne aos chamados países desenvolvidos" (RANGEL, 2005 (1972), p.288). Ora, a partir de 1973 inicia-se a fase B do quarto Kondratiev e como economia periférica, conectada ao ciclo mundial, o Brasil reagiu com um desempenho muito satisfatório:

Até 1973, a economia brasileira, com seu juglar em fase ascendente, viu-se acelerada, invertendo-se a conjuntura mundial a partir daquele ano. Entretanto, como o período 1973-80 correspondeu, em grande parte, à fase ascendente do nosso ciclo breve, apesar do efeito depressivo do ciclo longo, tivemos um desempenho muito satisfatório – o que nos valeu o apelido de "ilha de prosperidade". Entre 1975 e 1980, a produção industrial brasileira esteve crescendo à razão de 7,6% ao ano, contra 10,4% no período 1965-70 e 4,5% ao ano, no mesmo período 1975-80, no mundo capitalista (RANGEL, 2005 (1985), p.712).

No final de 1974, no governo do presidente Ernesto Geisel, foi lançado o II Plano Nacional de Desenvolvimento, o II PND, formulado e parcialmente implementado num período em que a economia brasileira encerrava sua fase do "milagre" iniciada em 1968 e a economia mundial entrava em sua mais profunda recessão desde a crise iniciada em 1929. A proposta do II PND partia da identificação de alguns dos principais problemas que afligiam a economia na época. O Plano teve êxito na substituição de importações de produtos intermediários e

promoveu um impulso positivo na indústria doméstica de bens de capital, sob a ação direta das empresas estatais ou graças ao forte apoio do sistema BNDE e do CDI ao setor privado (SERRA, 1982).

A necessidade de promover um avanço na indústria doméstica de bens de capital, fundamental para o sistema econômico brasileiro como um todo, o Departamento I, foi reforçada no período do "milagre", como alerta Furtado (1981): "entre 1966 e 1972, a participação das importações na oferta interna de bens da indústria mecânica aumentou de 28,8 para 40,2 por cento; na de material elétrico de 11,1 para 24,9 por cento, e na de produtos metalúrgicos de 16,9 para 18,7 por cento." O coeficiente de importação do setor de bens de capital praticamente dobrou durante esse período. Desse modo, o II PND surgiu, posteriormente, com a tentativa de reduzir o coeficiente de importação deste setor (FURTADO, 1981, p.41).³ No entanto, mesmo diante dessas medidas do II PND, o Departamento I, ao longo da década de 70, acumulou enorme capacidade ociosa, enquanto continuávamos a importar bens que já estávamos em condições de produzir internamente, ocasionando um efeito deletério sobre a nossa economia, um dos aspectos mais graves da crise brasileira.

De qualquer modo, para Rangel, a tentativa de criar novo "milagre" num futuro imediato seria impossível e o crescimento acelerado observado no período 1968-1973 se esgotaria, dado que fazia parte de um fenômeno cíclico.

Mas retomando a fase B do quarto Kondratiev, o fato é que, a partir de 1973, tudo passou a ser diferente na economia mundial. A chamada crise do petróleo traduziu-se em crise no balanço de pagamentos de muitos países importadores desse produto e na enorme acumulação de saldos nos países exportadores do mesmo produto. No entanto, a origem da crise do petróleo ainda não estava muito clara. Na perspectiva de Rangel, a economia capitalista mundial, depois de um enorme período de crescimento, encontrou seus limites. E esses limites são, segundo ele, de outra natureza:

Com efeito, a economia capitalista mundial – ou pelo menos, a parte mais desenvolvida do mundo capitalista mundial – tinha-se reequipado a base da tecnologia amadurecida nas condições da fase recessiva do anterior ciclo longo e, embora estejamos vivendo um clima de revolução científico-técnica, não amadureceu ainda uma tecnologia tão superior à que acaba de ser

_

³ Acrescenta Furtado (1981, p.41-43): "O extraordinário crescimento da produção manufatureira brasileira, no período que se convencionou de chamar de 'milagre', ocorreu sem que se operassem modificações significativas na estrutura do sistema, vale dizer, sem que este alcançasse níveis mais altos de capacidade de autotransformação. Tanto a capacidade de autofinanciamento como o coeficiente de exportação se mantiveram praticamente estáveis. [...] Em síntese, no decênio compreendido entre 1964 e 1973, não obstante um considerável aumento do produto interno, não se assinala na economia brasileira nenhum ganho de autonomia na capacidade de autotransformação, nem tampouco qualquer reforço da aptidão da sociedade para autofinanciar o desenvolvimento."

implantada, que justifique o sucateamento das instalações não amortizadas ainda. O resultado econômico disso é a queda da eficácia marginal do capital, acarretando o desestímulo aos investimentos, e por isso mesmo, a recessão – a prolongada recessão do ciclo de Kondratiev (RANGEL, 2005 (1985), p. 722).

Ou seja, a crise iniciada em 1973 se relaciona sobretudo com as flutuações econômicas de longo prazo, o modo como se engendram e as condições com que se propagam as inovações tecnológicas.

Nessas condições, o mundo capitalista viu declinar suas exportações. Enquanto isso, os preços nas exportações mundiais, no período entre 1973-80, cresceram 14,7% ao ano. Parece que a inflação, antes um fenômeno de poucos países, tornou-se um fenômeno mundial. Assim, nas relações internacionais, como nas relações internas, a inflação se relaciona com a recessão da economia. Ou seja, os preços internacionais crescem mais rapidamente com a recessão, isto é, quando declinam as exportações (RANGEL, 2005 (1985)).

A taxa de inflação brasileira, que havia caído no período do "milagre", com a desaceleração da economia voltou a crescer. E a política anti-inflacionária adotada, que considerava a inflação como reflexo do excesso de demanda agregada, contribuiu para conter o crescimento econômico, embora não revertesse o aumento dos preços.

Enquanto isso, a taxa de juros no mercado mundial de capitais passou a elevar-se. Aos poucos, o comportamento da taxa de juros passou a refletir, entre outros fatos, notadamente o índice de solvabilidade do Tesouro dos Estados Unidos. Os déficits do orçamento do governo federal deste país exigiam o lançamento de papéis públicos no mercado interno e mundial, que refletiam, consequentemente, sobre a taxa de juros. Fenômeno parecido ocorreu na economia brasileira, devido ao aumento do endividamento do Estado com o fim imediato de socorrer as empresas públicas e, no plano macroeconômico, sustentar o esforço de formação de capital. Nesse período, o Brasil foi confrontado com uma oferta enorme de capitais, o que possibilitou o aumento do endividamento. Depois nossa dívida continuaria a crescer em função da capitalização forçosa dos juros (RANGEL, 2005 (1985)).4

No geral, as medidas de política econômica com o intuito de reverter a desaceleração da economia brasileira na segunda metade da década de 1970, sobretudo por parte do Estado e de suas empresas, ainda que obtivessem efeitos positivos sobre a economia, encontraram seus limites. A crise das finanças públicas representava o esgotamento da capacidade de endividamento do Estado. E, portanto, era necessário instrumentalizar a transição da fase

⁴ A dívida externa, que em 1964 era da ordem de 3 bilhões de dólares, já se aproximava dos 13 bilhões em 1973 (FURTADO, 1981). Já em 1982 a dívida externa alcança aos 83 bilhões.

recessiva para a fase expansiva com novos mecanismos institucionais e financeiros capazes de abrir um novo ciclo de investimentos.

3.2. O "Antimilagre" Econômico Brasileiro

O crescimento econômico brasileiro, iniciado no final dos anos 1960, inverteu-se nos anos 1980, quando coincidiu a fase recessiva do ciclo mundial com a fase recessiva do ciclo juglariano brasileiro. A depressão do ciclo mundial persistiu e não foi diferente com o nosso ciclo, que entrou na mais profunda recessão da série de ciclos breves que vêm modulando nossa industrialização. Essa crise foi responsável por desmantelar o regime militar brasileiro, assim como a crise dos anos 60 desmantelou o regime constitucional (RANGEL, 2005 (1985)).

No final dos anos 70, ainda que o Brasil fosse tratado como "ilha de prosperidade", o endividamento externo e a crise das finanças públicas eram demonstrações de que o ciclo expansivo estava se esgotando. No início dos anos 80, no entanto, as coisas se agravariam.

O Brasil tornou-se um dos países mais urbanizados do mundo no século XX. Nos anos de 1970 e 1980, as cidades brasileiras ganharam por ano mais de 3 milhões de habitantes. No entanto, essas cidades, sobretudo as grandes cidades, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, encontraram alguns problemas, pois foram incapazes de absorver esse imenso exército de trabalhadores oferecendo emprego formal e condições mínimas de habitação, saneamento básico, transportes, saúde, energia e outros serviços. Não somente para a população que chegava às cidades, mas também para a que já se encontrava nelas. O primitivo D I ao se tornar industrial, sobretudo ao longo dos anos 70, deixou de engajar grande quantidade de mão-de-obra. As obras de construção civil, por exemplo, que operavam à base de enorme quantidade de trabalhadores, passaram a empregar cada vez menos, em função da mecanização do setor, ocasionando o aumento do desemprego urbano (RANGEL 2005 (1985)). Apesar da modernização do D I, o déficit de serviços urbanos permanecia gigantesco.

Nossas cidades cresceram enormemente – o correspondente a quadro Grandes São Paulo atuais, somente nos últimos 20 anos. Essas gigantescas cidades terão que ser reconstruídas, principalmente por baixo – porque nossas cidades, vistas a vôo de pássaro, são ciclópicas, mas falta quase tudo por baixo dessas construções ciclópicas, desde centenas de quilômetros de metropolitanos a simples serviços de água e esgotos. Nossa economia terá que mover agora massas enormes de bens, desde minérios a produtos acabados, prontos para o

consumo, e isso não poderá ser feito sobre rodas de caminhões, mas de trem (RANGEL, 2005 (1985), p. 729).

Por outro lado, a crise agrária – e seu corolário, o desemprego urbano – foi responsável por liberar um imenso exército de trabalhadores e provocar um violento processo de urbanização. A agricultura brasileira, ao longo dos dois decênios da ditadura militar, passou por um aumento da produtividade do trabalho e pela desagregação da produção de autoconsumo. Em função dessas circunstâncias, introduziu-se nesse quadro mais um complicador, que é o problema do boia-fria. Para Rangel, os trabalhadores agrícolas, na maioria, tornaram-se semiproletários, porque a fazenda capitalista, ao longo do ano, somente utilizava parte da mão-de-obra total da família camponesa e por parte do ano. O problema é o que faria essa família com o tempo da mão-de-obra não utilizada na fazenda capitalista. Se essa família com o salário que recebe não consegue sustentar-se todo o ano, ocorre sua desagregação e, consequentemente, a liberação de mão-de-obra num mercado de trabalho já congestionado, agravando os problemas urbanos. Em uma agricultura que se apresenta como atividade de acentuada sazonalidade, surge o problema do que fazer com essas sobras de força de trabalho e tempo de trabalho (RANGEL 2005 (1985)).

Portanto, não se tratava apenas de um problema para a família camponesa, mas para toda sociedade brasileira, incluindo a fazenda capitalista. Acrescenta Rangel: "o boia-fria ou trabalhador volante deixou de ser uma exceção para converter-se no contingente dinâmico e cada vez mais numeroso dos trabalhadores agrícolas. Seu problema fundamental consiste em que lhe faltam condições propícias à produção para o autoconsumo" (RANGEL 2005 (1986a)). No geral, ocorreu que o problema da destinação do tempo de trabalho da família semiproletária agrícola, ao contrário de ser amenizada, se agravou.

As cidades cresciam rapidamente e a formação de capital era cada vez mais poupadora de mão-de-obra, tornando a distribuição de renda ainda mais perversa. A crise agrária, como o desemprego urbano, antes limitado aos períodos recessivos do ciclo médio, perdia seu caráter cíclico e tornava-se crônico e grave no período do "antimilagre" econômico. Nessas condições, restava saber quais seriam as alternativas para a saída desse quadro perverso.

3.2.1. A alternativa rangeliana para a saída da crise

A interpretação do desenvolvimento brasileiro por Ignácio Rangel, com base nas condições históricas da dualidade brasileira, e sua experiência como um profissional público e atuante em importantes decisões que permeiam a nossa história, permitiu-lhe propor

alternativas para o enfrentamento dos problemas do país, que se acentuavam nos períodos de crise econômica.

Nesse sentido, no início dos anos 60, foi publicado um pequeno livro pelo ISEB da aula inaugural dada por Ignácio Rangel no curso regular desse Instituto, com o título de *Recursos ociosos na economia brasileira*. Tratava-se de uma primeira abordagem do autor sobre o problema dos recursos ociosos, com o intuito de oferecer fundamento econômico aos desejos nacionais de soberania e de justiça social, enquanto o endividamento externo ou arrocho salarial eram colocados como alternativas para a solução da escassez de recursos num período em que o país enfrentava uma grave crise econômica (RANGEL, 2005 (1982)). Posteriormente, com a retomada do crescimento, muitos passaram a identificar na utilização da capacidade produtiva ociosa o motor do "milagre" econômico brasileiro, mas já no período do "antimilagre" muitos duvidaram da existência dessa capacidade ociosa na economia e de que ela ainda fosse capaz de retirar novamente o país da crise em que se encontrava.

E não tiveram eco minhas observações de que, se era verdade que o milagre se aproximava do fim, o motivo não era a paradoxal "escassez de capacidade ociosa", dado que essa se refazia, em escala ainda maior. Afinal, se a capacidade ociosa fora utilizada, é porque o sistema havia engendrado ampla demanda efetiva e, como não tinha havido nenhuma alteração no esquema de distribuição da renda, senão no sentido de torná-la pior do que antes, isto é, mais desigualitária, a única explicação possível para essa demanda efetiva incremental eram vultosos investimentos incrementais [...] (RANGEL, 2005 (1982), p.404).

A utilização da capacidade ociosa não era somente uma alternativa para levantar recursos para investimentos, em contraposição ao endividamento externo e ao arrocho salarial, mas também um meio de produzir uma redistribuição da renda, através do emprego adicional de mão-de-obra (RANGEL, 2005 (1982)). No geral, para Rangel, a utilização dos recursos ociosos presentes na economia brasileira era o ponto central para a retomada do crescimento e seria responsável por movimentar todo o sistema econômico. Antes, porém, eram necessárias mudanças institucionais e a criação de um aparelho de intermediação financeira capazes de levantar e orientar esses recursos ociosos no desenvolvimento do país. Essas premissas discutiremos a seguir.

Como vimos, o processo de industrialização brasileira, com seus movimentos cíclicos endógenos, apresentou e apresenta, ao longo do desenvolvimento, duas áreas ou setores bem caracterizados que se modificam na passagem de um ciclo para o outro: uma área com pontos de estrangulamento, que concentra atividades a desenvolver e deverá ser preparada para receber

vultosos investimentos, os quais deverão dinamizar todo o sistema econômico através dos efeitos multiplicadores; e outra área que concentrará a capacidade produtiva ociosa, a qual deverá também ser preparada para suprir a poupança destinada a aparecer na área com estrangulamento como investimento.⁵ Restava, então, criar os mecanismos institucionais e financeiros para canalizar os investimentos para as áreas estranguladas da economia.

A industrialização brasileira começou pelo Departamento II (D II), a área que no início abrigava os pontos de estrangulamento, enquanto na agricultura produtora de exportações e serviços conexos acumulavam-se os recursos ociosos. A reserva de mercado, nesse caso, viabilizou a transferência de recursos de uma área para outra. Ao longo do desenvolvimento cíclico estas áreas poderiam sofrer modificações segundo as necessidades criadas pela dialética da capacidade ociosa. Nos anos de 1960, o setor dinâmico foi o da construção civil e de bens duráveis, a área estrangulada da economia, e responsável pelo "milagre" econômico. Enquanto isso, o Departamento I (D I), desde o início da industrialização, manteve-se com caráter préindustrial ou artesanal e função de produção intensiva quanto ao trabalho. Isto se modifica nos anos 1970, com a rápida expansão do D I, que se tornou um setor industrial e, desse modo, poupador de mão-de-obra e capital intensivo. Foi no D I que se formou a área com capacidade ociosa.

Por outro lado, os serviços de utilidade pública passaram a acumular diversos pontos de estrangulamento e se tornariam o grupo de atividades com oportunidades de inversão, a área com anticapacidade ociosa da economia, sobretudo nos anos 1980. Aí deveria-se utilizar o potencial produtivo do Departamento I, área com capacidade ociosa e com poupança sobrante, desde que fossem criadas as condições institucionais para isso e um aparelho de intermediação financeira capaz de orientar os investimentos para os serviços de utilidade pública.

Houve um considerável afluxo de recursos para os ditos serviços, no geral recursos fiscais e externos. No entanto, esses recursos não engendravam demanda para a capacidade produtiva já instalada no interior da economia. A proposta rangeliana era promover o desenvolvimento dos serviços de utilidade pública, utilizando-se dos recursos ociosos do D I, e promover, ao mesmo tempo, um aumento da demanda do D I já instalado no país, na medida em que crescessem os serviços de utilidade pública. No geral, haveria um aumento da demanda global, afetando todo o sistema econômico. Contudo, para cumprir os investimentos nessa nova área, era preciso substituir o financiamento externo pelo financiamento interno e criar

⁵ "Investimento e poupança, como se sabe, são verso e reverso da mesma moeda e, macroeconomicamente, são apenas modos diferentes de ver a mesma coisa", ainda que ocorram em áreas diferentes do sistema econômico (RANGEL, 1986b, p.666).

mecanismos de transferência voluntária intersetorial de recursos, pois não era possível à fiscalidade programada ser capaz de absorver todos os excedentes de uma área e transferir para outra (RANGEL 2005 (1963)).

A organização do mercado de capitais para o financiamento de bens duráveis de consumo não poderia ser a mesma para os serviços de utilidade pública. Era mais fácil organizar o mercado para o primeiro do que o segundo, além do que o primeiro dependia da utilização do potencial produtivo já criado na economia nacional. O financiamento dos serviços de utilidade pública, muito mais complexo, dependeria de mudanças institucionais que ficariam para o próximo ciclo. Os serviços de utilidade pública são, em geral, atividades com elevadíssima razão capital/produto e dependem, portanto, de condições especiais para operar.

Para compreendermos a problemática econômica e financeira brasileira que caracteriza o "antimilagre" econômico, é fundamental recapitular a evolução institucional dos serviços de utilidade pública, desde o início do processo de industrialização. O melhor exemplo dessa evolução é o caso da energia elétrica, que, no geral, foi seguido pelos outros serviços. Assim, temos:

1º estágio: no início da industrialização nossos serviços públicos foram concedidos a empresas estrangeiras, como era o caso da empresa *Light*, que atuava no ramo energético na virada do século XIX para o XX e se apresentava como a alternativa mais adequada para aquele estágio do desenvolvimento brasileiro.

2º estágio: no entanto, com o avanço do processo de industrialização, tornou-se necessário que o Estado brasileiro assumisse o papel central da organização dos serviços de utilidade pública; passávamos, assim, à conversão do serviço público concedido a empresa privada estrangeira em serviço de administração direta.

3º estágio: Aos poucos a administração direta foi cedendo o passo à empresa pública, que adotava formas privadas de administração, porém sem perder o caráter público.

Os serviços de utilidade pública em sua origem (1º estágio), estruturados como serviços públicos concedidos a empresas estrangeiras, eram baseados no mercado de capitais dos países cêntricos. Era natural que fossem, segundo Rangel, pois o Estado não possuía ainda as condições fundamentais para organizá-los. Com o tempo esses serviços começaram a se esgotar e a solução do problema foi transferi-los para o poder do Estado, o que ocorreu sob duas formas: serviços públicos de administração direta e serviços públicos concedidos a empresas públicas. No primeiro caso, os recursos dependiam dos impostos, via Tesouro ou tarifa. No segundo, ia ganhando importância a captação de outros recursos.

O aval do Tesouro, na perspectiva de Rangel, cumpriu brilhantemente seu papel:

No caso da eletricidade, em certo período (1953-80), quando a produção mundial cresceu 7,5 vezes, a norte americana 4,4 vezes e a soviética 9,2 vezes, a nossa cresceu 13,5 vezes. E é claro que o enquadramento institucional que demos nesse período ao serviço não foi estranho a esse brilhante desempenho (RANGEL, 198-, p.1).

Entre 1960 e 1985 o crescimento da eletricidade brasileira foi de 8,4 vezes, o dobro da média mundial. Já entre 1980 e 1985, a produção industrial brasileira não cresceu, mas a produção de energia elétrica cresceu 38,2%, ou 6,7% ao ano. Ou seja, mesmo diante de uma economia estagnada, o desempenho de um grupo específico das estatais era ainda crescente para acompanhar a demanda. A Eletrobrás, no lustro referido, reduziu o seu pessoal ocupado de 63,5 para 45,7 mil, pagando salários reais 7,5% menores, enquanto a produção (kwh) aumentava em 58% (RANGEL, 1988g). Um estudo realizado por Reichstul e Coutinho (1983) sobre os investimentos estatais entre 1974 – 1980 demonstra que os investimentos das grandes empresas estatais desempenharam papel estabilizador no processo de desaceleração econômica verificado no período, evitando um aprofundamento maior da crise e da queda da taxa de formação bruta de capital fixo. O setor elétrico, nesse sentido, teve papel preponderante.

É evidente que, em função do seu peso e da regularidade do seu crescimento ao longo da década dos setenta, o setor elétrico constitui fator preponderante na sustentação dos investimentos do setor público estatal, particularmente na conjuntura de desaceleração 76-79. A magnitude destes investimentos garantiu à construção civil pesada, aos setores de bens de capital e material elétrico um fluxo contínuo de demanda, assegurando seu crescimento regular, acima da média da indústria de transformação, no período 74-79. Fica claro, assim, o papel marcadamente anticíclico que o setor desempenhou até 1979 (REICHSTUL & COUTINHO, 1983, p. 50).

Mesmo diante de um crescimento extraordinário do setor elétrico e de um quadro de desaceleração da economia, este setor não produziu o suficiente para atender às necessidades do sistema econômico. Isso evidenciava que a demanda por eletricidade era ainda maior, pois numa situação de retomada do crescimento econômico a demanda por esse recurso se elevaria rapidamente.

O comprometimento de recursos fiscais futuros, via aval do Tesouro, abriu a possibilidade de concentrar recursos para investir em um prazo relativamente curto. Conforme Rangel (1991a, p.25), o aval do Tesouro, para levantar recursos financeiros, funcionou bem e por um tempo maior do que ele imaginava. Sem isso, nem Itaipu e Tucuruí poderiam ter sido construídas. Porém, cada aval concedido pelo Tesouro comprometeria novos recursos,

ampliando o endividamento do país até chegar numa situação insustentável. "Somente o artifício do aval era insuficiente, enquanto, para lastreá-lo, nada mais houver senão a expectativa de recursos fiscais e parafiscais." O "antimilagre" econômico era a comprovação de que esse mecanismo de financiamento havia se esgotado. O Estado se constituiu em grande devedor. Através do aval ele comprometia receitas fiscais futuras – fiscais ou tarifárias. E para que a tarifa forneça um excedente para pagar empréstimo é preciso que ela esteja acima do custo e esse valor acima do custo é, para o autor, imposto. Assim, o Estado foi comprometendo os seus impostos futuros e cada novo empréstimo significava empréstimo no futuro. "Depois recomeçou a emitir novos papéis, a se endividar – ORTN, RDB, e várias fórmulas novas ele foi permitindo – para fazer face aos encargos dos empréstimos anteriores".

Desse modo, a alternativa para saída do "antimilagre" econômico, na interpretação de Ignácio Rangel, do ponto de vista da evolução institucional dos serviços de utilidade pública, seria o:

4º estágio: a conversão do instituto da concessão de serviço público à empresa pública em concessão de serviço público à empresa privada. Nesse novo estágio do desenvolvimento, o setor privado acumulava recursos ociosos que poderiam ser invertidos nos serviços públicos, enquanto a crise nas finanças do setor público dificultava a presença estatal nestes serviços.

Rangel participou, quando trabalhava na Assessoria econômica de Getúlio Vargas, da criação de normas de regulamentação para os serviços públicos sob o comando das empresas privadas estrangeiras, como também participou diretamente nos projetos que fariam a transição para o novo instituto, como na criação da Petrobrás e Eletrobrás.⁶ Deste instituto, criado nos anos 1950, questionaria nesta época o seu colega Jesus Soares, já antecipando alguns elementos dessa nova fase:

Veja bem, estamos propondo que se organize, como empresa pública, o serviço de eletricidade que, como se sabe, é um serviço público. A capitalização desse serviço vai, afinal, depender do apelo ao mercado de capitais, mas, até porque a empresa será pública, majoritariamente, por exigência legal, a venda de ações ordinárias não pode render muito. Por outro lado, a emissão de debêntures exigiria o oferecimento de uma garantia hipotecária, que a empresa pública, concessionária de serviço público, não poderá oferecer, porque, afinal, ela é Estado e somente o Estado poderia receber tal hipoteca [...] (RANGEL, 2005 (1985), p.688).

-

⁶ Segundo Rangel, esse novo estágio, a passagem do serviço concedido à empresa privada para o serviço concedido à empresa pública, era natural que o formalismo jurídico estivesse presente em todo o seu raciocínio, pois sua formação era basicamente jurídica (1991b, p. 22).

Ao se debruçar nessa problemática, Rangel conclui anos mais tarde que o instituto de concessão de serviço público à empresa pública se esgotaria e, nesse momento, seria necessário a concessão de serviços públicos à iniciativa privada. Ora, os serviços e as indústrias de utilidade pública desenvolverem-se à custa de investimentos estatais, com recursos fiscais ou do exterior. Como previa Rangel, a origem desses recursos não poderia ir longe e o crescente endividamento externo e interno era a prova desse esgotamento, criando, assim, diversos pontos de estrangulamento no setor público. A solução do problema seria a utilização da capacidade ociosa instalada no D I. Tal capacidade ociosa acumulada suscitou uma oferta também ociosa de recursos financeiros no mercado nacional, presentes no setor privado. Para que houvesse a transferência de recursos ociosos para as áreas estranguladas, além do instituto da concessão era necessário um novo regime de garantia para captar os recursos no mercado de capitais.

No instituto de concessão de serviço público à empresa pública, o Estado era ao mesmo tempo poder concedente e concessionário. Ou seja, o Estado, poder concedente, transferia o direito de exploração a uma empresa pública, como foi a Eletrobrás, uma concessionária, que era também Estado. Criava-se um problema que era o de lastrear os títulos dessa empresa no mercado, pois não era possível oferecer a hipoteca dos bens dos serviços de utilidade pública ao credor, exceto se o credor fosse o Estado. Mas se a empresa é também Estado ficava inviável oferecer a garantia a si mesmo, não sendo possível utilizar a hipoteca como garantia de seus papéis. Desse modo, o Estado utilizou o aval do Tesouro para levantar capitais dentro do país e no estrangeiro.

Com o esgotamento das finanças públicas, o aval do Tesouro, uma garantia fidejussória, tornou-se irrelevante. A nova garantia deveria, segundo Rangel, ser a hipoteca dos bens, uma garantia real, tornando-se, assim, o Estado poder concedente e credor hipotecário.

Essa garantia fidejussória pode, entretanto, ser substituída por uma garantia real — no caso hipoteca. Apenas, os bens que constituem o fundamental do ativo imobilizado dos serviços públicos só excepcionalmente interessarão ao público credor, dado que, por exigência técnica e por força da lei, têm destinação limitada à prestação dos serviços, o que bloqueia a execução da garantia. Esse problema a própria privatização o resolve, visto como, na posição do credor hipotecário poderá estar o Estado que, em troca da hipoteca, dará o seu aval: um aval rejuvenescido, porque hipotecariamente coberto. Isto é, em caso de inadimplência, o Estado, como poder concedente, poderá tomar ao devedor a concessão e, como credor hipotecário, tomam-lhe os bens, para oferecê-los a outro concessionário mais capaz (RANGEL, 1988b, p.1).

A criação do instituto de concessão de serviço público à iniciativa privada permitiria captar recursos no mercado de capitais. Nesse novo instituto, ao contrário do anterior, seria

possível a empresa privada oferecer a hipoteca como garantia. Por exemplo, uma ferrovia convertida numa concessão de serviço público à empresa privada poderá emitir uma debênture como garantia, hipotecando suas estradas de ferro. Como se trata de um serviço de utilidade pública, que são bens inalienáveis, somente o Estado poderia receber essa garantia. Em função dessa inalienabilidade do ativo das empresas do setor público, só era possível que o credor fosse o próprio poder concedente, isto é, o Estado. "Este pode receber a garantia oferecida pelo concessionário e a substitui por outra, aceitável pelo público poupador" (RANGEL, 2005 (1963), p.671). Em troca da hipoteca dos bens das concessionárias, o Estado dará o seu aval, podendo, assim, captar os recursos privados no mercado. Em caso de inadimplência, "o Estado como poder concedente, poderá tomar ao devedor a concessão e, como credor hipotecário, tomam-lhe os bens, para oferecê-los a outro concessionário" (RANGEL, 1988b, p.2). Desse modo, Rangel propunha a solução para um problema econômico antecipando as mudanças jurídico-institucionais para tal solução. Sobre as mudanças jurídicas, acrescenta:

Questão de puro bom senso e questão jurídica elementar: os bens integrantes do imobilizado dos serviços de utilidade pública não podem ser oferecidos em hipoteca ao público poupador, mesmo que a lei o permitisse, porque, por sua forma natural, raramente poderiam ser objeto de excussão pelo credor, em caso de inadimplência. Só para exemplificar: que iria fazer o credor debenturista com as linhas e os subterrâneos do metrô, acaso dadas em garantia do seu crédito? (RANGEL, 1987a, p.1).

O Estado passaria, portanto, a assumir um papel distinto do que vinha fazendo em função das exigências históricas do processo de desenvolvimento brasileiro. Ora, seria ingênuo, por exemplo, supor que os investimentos, que deveriam ser feitos pelos futuros concessionários dos serviços, existissem facilmente à disposição do público. Essa poupança é uma virtualidade do potencial ocioso nacional, que não se materializará espontaneamente, mas dentro de certas condições. O Estado é imprescindível, nesse sentido, porque uma empresa concessionária, além do investimento que ela pode realizar, precisará, sobretudo, recorrer ao mercado para levantar capitais oferecendo uma garantia ao credor, que não pode ser oferecida sem o aval do Tesouro (RANGEL, 1990).

Rangel elencou alguns serviços de utilidade pública, no sentido convencional da expressão, como os de eletricidade, transportes ferroviários e marítimos, portos, transportes urbanos básicos, comunicações urbanas e interurbanas, armazenagem, etc. E poderia, também, incorporar a este grupo certas atividades industriais, como a grande siderurgia, a química de base, a energética pesada, etc. Serviços e indústrias que estiveram em processo de

estrangulamento no conjunto do sistema econômico. Dizia o autor que não era uma resposta fácil elencar as empresas ou atividades a serem privatizadas.⁷ Era preciso estudar com muita atenção essa questão. É possível abrir o setor de energia elétrica para as empresas privadas sem privatizar a Eletrobrás, por exemplo. Acrescenta, que não havia razão para acabar com a ferrovia federal. No entanto, sempre destacou o setor energético como um dos prioritários nas privatizações e nos transportes o setor ferroviário, que permitiria reescrever a geografia econômica do Brasil. A produção de eletricidade, basicamente voltada à hidroeletricidade, poderia desenvolver e abrir novos campos de investimentos em fontes alternativas de energia (RANGEL, 1990).

No geral, a "privatização" dos serviços de utilidade pública deveria ocorrer nas atividades subcapitalizadas, o que não acontecia com algumas empresas, como a Mafersa, supercapitalizada e que foi privatizada. A Mafersa possuía uma grande capacidade ociosa e teria condições de oferecer muitos dos produtos que estávamos importando. As grandes cidades brasileiras, por exemplo, poderiam oferecer um dinâmico mercado para a indústria metroviária, enquanto nossos transportes urbanos mantinham-se sucateados. Para Rangel, a não utilização dessa imensa capacidade ociosa nacional implicava em dumping do mercado nacional, deixando nossas indústrias sem mercado. O crescente endividamento externo era, em certa medida, para a importação de coisas que já tínhamos condições de produzir e cujos produtores ficavam, por isso mesmo, sem mercado.

Isto posto, era preciso promover a ruptura dos pontos de estrangulamento através do aumento do esforço de formação de capital para a superação da recessão. Com a expansão dos serviços de utilidade pública e a consequente expansão da demanda global, estariam criadas as condições para a expansão também do D I, dado que seu excesso de capacidade seria absorvido.

A privatização de alguns serviços públicos pode parecer, à primeira vista, uma transição do regime de planejamento para o da "livre iniciativa", ou do não planejamento. Quando, na verdade, para Rangel o privatismo só pode ser justificado como forma superior de planejamento. Ora, o planejamento teve papel importante na autarcização da economia brasileira, sustentando o esforço de substituição de importações, e poderia também ser utilizado para o aprofundamento da divisão internacional do trabalho. O comércio exterior requer mudanças que considerem cada país de acordo com suas características, reduzindo, por exemplo, importações de países credores e aumentando importações de países em que

.

⁷ Quando Rangel se refere à privatização, trata-se do já mencionado 4º estágio da evolução institucional dos serviços de utilidade pública, a saber: a conversão de serviço público concedido a empresas públicas, em serviços públicos concedidos a empresas privadas.

estejamos em posição favorável. Essas mudanças dependeriam, no entanto, do planejamento estatal do comércio exterior.

Uma opção para o pagamento da dívida poderia ser o desenvolvimento de uma relação bilateral, em que poderíamos limitar nossas importações com os Estados Unidos, por exemplo, ao que sobrasse do nosso compromisso com a dívida. Mas também que não houvesse limitações às importações somente de nossos credores (RANGEL, 198-)

A solução primária para o problema da crise estava no campo da dívida interna e não da dívida externa, defendia Rangel. Uma vez solucionado esse problema, o Estado poderia levantar vultosos recursos financeiros em moeda nacional. Uma parcela importante desses investimentos deveria orientar-se para compras no mercado interno. Outra parte desses recursos são limitados para compras junto aos países credores, com a finalidade de criar um saldo para financiar o serviço da dívida, assim como também será necessário orientar encomendas a outros países não credores (RANGEL, 1987b).

Havia uma ilusão de que a crise deveria ser solucionada, primeiramente, pelo campo da dívida externa. Começar por dar solução ao problema da dívida interna se deve ao fato desta impor encargos mais pesados. Ora, se temos duas dívidas, a taxa de juros diferentes, é razoável dar maior atenção, inicialmente, àquela que cobra taxas mais altas. Quando o Estado começar a resgatar a dívida interna, é natural que os credores passem a contentar-se com taxas de juros mais baixas, o que quer dizer que os papéis tenderão a inverter-se, devendo nossa atenção voltar-se para a dívida externa (RANGEL, 1987a).

O atendimento do serviço da dívida externa supõe que o governo renunciará à receita em moeda nacional a resultar da venda aos importadores de parte das cambiais compradas aos exportadores. Supõe, portanto, que o Tesouro disporá de um excedente de cruzados, como ficou dito. Mas não basta isso, visto como seria mister discriminar abertamente entre países com os quais tenhamos déficit em conta corrente, e países com os quais tenhamos superávit; entre países credores e países não credores ou mesmo devedores. Isto supõe um severo controle centralizado do comércio exterior, tal que nos permita o planejamento deste, isto é, enquanto o problema da dívida persistir – vale dizer, por muito tempo – a implantação de um comércio bilateral e de Estado. Sem isso, o planejamento não teria sentido, não passaria de, como atualmente, mera conta de chegar, ou jogo de faz-de-conta (RANGEL, 1987a, p.1).

Esse planejamento bilateral e de Estado possibilitaria uma eficaz reserva de mercado para a empresa interna – nacional ou multinacional, pouco importa. Em primeiro lugar uma reserva que permitisse a plena utilização do potencial de substituição de importações; em segundo, que permitisse organizar mercados para o potencial de exportações. Nos dois casos,

estaríamos utilizando potencial nacional, absorvendo parte do desemprego, engendrando sobras de caixa suscetíveis de investimento (RANGEL, 1987a).

Diante dessa situação de endividamento do país, Rangel criticou a moratória, pois considerava uma opção muito pobre. O país deveria tentar inverter a posição de devedor, e uma alternativa para essa inversão, segundo ele, seria estatizar o comércio exterior para que o país pudesse aumentar o intercâmbio com mercados com que tem superávits (RANGEL, 198-). Rangel defendeu que um comércio bilateral fosse ampliado com os países socialistas na época, e no geral com os países periféricos. Com a crise mundial dos anos 1970, alertava que nossa gravitação que se fazia, principalmente, em torno dos países capitalistas cêntricos, nos levaria a desenvolver relações qualitativas com os países da periferia do sistema.

Nosso comércio exterior, tal como está organizado, deixa sem aproveitamento enormes possibilidades produtivas internas e vastos mercados potenciais externos, notadamente com os países periféricos. Antes de ser reativada a economia, o que depende das mudanças institucionais relacionadas às concessões dos serviços públicos à iniciativa privada, não estaremos em condições de organizar novos mercados.

Em última instância, o aumento das exportações pressupõe, em mãos do Estado, a existência de recursos livres, em moeda nacional, para a aquisição das cambiais de exportação aos exportadores. Por falta desses recursos, desestimulamos a organização dos novos mercados, especialmente via bloqueio das nossas importações dos produtos de contrapartida oriundos desses mesmos novos mercados. Por isso é que, para cada US\$ 100 que exportamos, por exemplo, para a União Soviética, apenas importamos US\$ 14, desestimulando novas importações de produtos nossos, por aquele país. Ora, isso nos deixa sem alternativa senão a busca de "dinheiro novo", nos países credores, enquanto a capacidade produtiva de nossa própria economia, seja para consumo interno, seja para exportação, fica subutilizada (RANGEL, 1988b, p.1).

A forma mais direta dessa planificação é a manipulação do câmbio, de forma que as relações externas de produção sejam utilizadas em favor do desenvolvimento nacional, ao contrário de um câmbio regido pelas leis do mercado. O câmbio torna-se um elemento essencial nas relações externas de produção.

Como foi dito, Rangel não era contra a presença das empresas estrangeiras no Brasil e também não achava que o controle da remessa de lucros fosse resolver o problema. Muitas destas empresas, como a Volkswagen, estavam usando uma fração de sua capacidade, enquanto o governo poderia aproveitar essa capacidade ociosa e estabelecer novas formas de comércio exterior. Aumentando as exportações de automóveis, por exemplo, haveria um aumento de

caixa que poderia ser investido aqui no país. Àquelas que querem remeter às suas matrizes os seus lucros é porque não sabem onde utilizar. Em muitas ocasiões não interessa a remessa desses lucros, pois não sabem o que fazer com esses recursos em seus países. Há empresas estrangeiras, por exemplo, que utilizam a sobra de caixa e investem em terras na Amazônia. Desse modo, era necessário abrir as oportunidades de inversão para que as sobras de caixa fossem aplicadas no Brasil, diminuindo a remessa de lucros (RANGEL, 198-; 1987c).

Por fim, a crise nas relações externas de produção, iniciada no século XX e que teve seu clímax nos anos 30, exigia a transformação do comércio exterior em atividade pública, ou seja, da intervenção cada vez mais planejada do Estado no comércio exterior. No entanto, essa intervenção aparecia acidentalmente de acordo com as circunstâncias históricas do país, mas uma vez planejada, essa intervenção, aceleraria o desenvolvimento das forças produtivas nacionais (BIELSCHOWSKY, 2000).

Conforme vimos, Rangel propunha uma alternativa para a saída da crise que era bastante distinta daquela praticada ao longo dos anos 80 e que se prolongou pelos anos 90. Discordava das tentativas de retomada do crescimento pela estabilização monetária, criticando o mito do Plano Collor e de todos seus predecessores. Em 1989 escreve Rangel:

Temos uma inflação de quatro dígitos, mas não é isso o que mais nos dói. O que mais dói são o desemprego, a queda do salário real e outras manifestações da persistente queda da atividade econômica, embora não faltem [os] que insistam em persuadir-nos de que devemos promover mais desaceleração, mais desemprego e mais queda da demanda.

Mas o contrário seria a verdade, porque o mesmo movimento que expandiria a demanda efetiva do sistema, faria crescer, num múltiplo desta, a oferta efetiva. (RANGEL, 1989, p.1).

Afinal, nada mais ilusório que supor um excesso de demanda, exceto em termos setoriais, numa economia que ainda distava muito de alcançar o nível da produção industrial por habitante no ano de 1980. Não seria muito difícil apontar atividades que estivessem com escassez ou insuficiência de capacidade instalada, como energia elétrica, transportes urbanos, transportes ferroviários, etc. (RANGEL, 1987b).

Para Rangel, a intenção do governo José Sarney, através do Plano Verão, de promover a privatização de serviços públicos, apesar de ser positiva era ainda muito tímida. Segundo o presidente, a privatização deveria ser feita através da venda de pacotes minoritários de ações das empresas públicas concessionárias de serviços públicos. Porém, ao manter o Estado como sócio majoritário, o Estado, como empresa pública, estaria hipotecando seus bens a si mesmo, permanecendo na mesma condição anterior e não resolvendo o problema (RANGEL, 1989).

No geral, Rangel fez duras críticas a todos os planos de combate à inflação que pretendiam acabar com a inflação à força de recessão, de desaceleração da economia, arrocho salarial, ou coisas do tipo. Sua visão era de que a inflação no Brasil cresce nos períodos de baixa conjuntura e demanda mínima, enquanto decresce nos períodos de expansão econômica. Portanto, a única maneira de combater a inflação era batalhar pela retomada do crescimento econômico, que reduz custo e assim reduz a inflação.⁸

Não somente a inflação esteve nas alturas nos anos 80 e 90, como a taxa de juros praticada, também altíssima, impedia qualquer possibilidade de retomada do crescimento. Através do aval concedido pelo Tesouro, os recursos fiscais e parafiscais futuros foram sendo comprometidos até chegarmos ao chamado rolamento da dívida, que levaria a elevação proibitiva da taxa de juros para todo o sistema.

A explosão da taxa de juros resultou numa série de problemas sem solução possível. Problemas como o da construção residencial, para cidades que crescem rapidamente. E problemas como o da fixação de tarifas que são cobrados aos usuários dos serviços de utilidade pública.

Essa inadimplência das finanças públicas é a causa eficiente da elevação da taxa de juros, a qual, por sua vez, torna inoperante o princípio da fixação da tarifa pelo custo. Enquanto não for possível baixar substancialmente a taxa de juros, variável estratégica para a fixação do custo dos serviços, um subsídio governamental deverá integrar a tarifa, para conciliá-la com o custo, tornando insuportável integralmente pelo usuário público. Por sua vez, a privatização dos serviços deverá conduzir a uma baixa progressiva da taxa de juros, reduzindo paulatinamente o peso dos subsídios aludido (RANGEL, 1988a, p.1).

Nessas condições, a retomada do desenvolvimento perpassa pela queda da taxa de juros. E para Rangel, a concessão de serviços públicos à iniciativa privada era o único meio de induzir a queda da taxa de juros. A privatização é, portanto, o ponto de partida para a reativação da economia, mas de tal forma que fará surgir um novo setor público pela reformulação do aparelho de intermediação financeira, passando a outras áreas, notadamente, a reestruturação do comércio exterior.

Como mostramos, Rangel foi insistente na defesa da privatização dos serviços de utilidade pública como solução para a saída da crise. A concessão de serviços públicos à

-

⁸ Rangel, nos anos 80, comentou a teoria da inflação inercial, que se tornou muito influente na época: "A hipótese de que houvesse, no processo inflacionário, um componente inercial não podia ser descartada a priori. Entretanto, a hipótese de que uma parcela dominante da inflação, ou com maior razão toda ela, fosse atribuível a um movimento inercial, esta sim, podia ser recusada" (RANGEL, 2005 (1987)).

iniciativa privada significava para muitos uma rendição ao capitalismo e ao mercado. No entanto, para Rangel, essa mudança institucional solucionaria o entrave da nossa economia, que começava a ocorrer nos anos finais da década de 1970. A história do desenvolvimento econômico nos mostra que é sempre complicada a relação dialética entre empresa pública e empresa privada, havendo determinadas atividades em processo de estatização e outras em processo de privatização. E no caso dos países de capitalismo periférico, as atividades que ocupam o setor público e o setor privado mudam muito mais frequente e intensamente que nos países centrais. O processo de industrialização brasileiro, ocorrendo setorialmente e com caráter marcadamente cíclico, implica em maiores mudanças na distribuição do sistema econômico entre os setores público e privado, o que significa que a cada ciclo surge a necessidade de redistribuir o sistema entre os diversos setores (RANGEL, 1988a).

Não era possível tratar a relação privatização e estatização com uma dicotomia rígida. Essa era uma relação que deveria ser baseada no contexto histórico e nos problemas reais do desenvolvimento cíclico do capitalismo brasileiro, que exigia uma redistribuição das atividades econômicas. Houve, no início, a necessidade de privatizar os serviços públicos, depois foi preciso estatizá-los e era chegado a hora de concedê-los novamente às empresas privadas. "Afinal, depois, como antes, haverá, lado a lado, um setor público e um setor privado, em conflito, que não exclui colaboração, e, em colaboração, que não exclui conflito. Dialeticamente". A história tem sua própria lógica e não está em nossas mãos determinar as atividades que compõem o setor público e privado (RANGEL, 1985, p.1).

Nessa redistribuição das atividades entre o setor público e o setor privado, o Estado concederia alguns serviços públicos à iniciativa privada, mas estatizaria o comércio exterior e seria agente responsável pela estruturação do capitalismo financeiro. Para Rangel, a transformação do comércio exterior em atividade pública era uma necessidade imperiosa nas circunstâncias históricas do país e das condições vigentes do mercado mundial. Era preciso tornar o comércio internacional numa variável estratégica e favorável ao desenvolvimento interno brasileiro e fortalecer nossas relações com o resto do mundo. Na esfera financeira, o Estado seria responsável por criar o aparelho de intermediação financeira, permitindo o carreamento de recursos ociosos para as áreas estranguladas e fortalecendo o capitalismo financeiro nacional. Ainda assim, nos serviços públicos concedidos, o Estado estaria presente como poder concedente e instância de planejamento. No final das contas, o Estado estaria muito mais forte e presente do que anteriormente.

A utilização da capacidade ociosa interna mudaria o quadro das finanças do Estado. Primeiro, porque entregaria uma grande parte dos serviços de utilidade pública à iniciativa privada, não precisando comprometer recursos fiscais. O Estado também ficaria aliviado dos encargos decorrentes da insuficiência dos serviços públicos. Além disso, a utilização do potencial ocioso da economia faria aumentar a arrecadação tributária.

Tais mudanças contagiariam todo o sistema econômico, mobilizando os recursos materiais, humanos e financeiros internos. Nessa perspectiva, fica evidente a contraposição da tese rangeliana em relação aos monetaristas e estruturalistas. Estes apresentavam um país com demanda excessiva, quando o caso para Rangel era de demanda crônica e insuficiente; um país de insuficiência de capitais, quando havia uma oferta excessiva de capitais sufocada pela própria capacidade produtiva ociosa, segundo Rangel (2005 (1963)).

Por fim, Rangel entendia que a lei de concessões teria consequências profundas na evolução da economia e da sociedade brasileiras, pois resolveria o problema do nosso próprio desenvolvimento, já que destinaria uma enorme quantidade de recursos aos serviços de utilidade pública, completaria o desenvolvimento industrial do D I e imprimiria um vigoroso impulso ao capitalismo financeiro brasileiro. Chegaria ao fim o processo de industrialização escalonada, setor após setor, pois estaria completo o parque industrial brasileiro, unindo fortemente o capital industrial com o capital bancário. Nossa industrialização, também, avançou fortemente sobre a nossa agricultura, possibilitando a substituição do latifúndio feudal, em desagregação, pela classe do latifúndio capitalista. O desenvolvimento do capitalismo financeiro dinamizaria a queda do preço da terra e enfraqueceria ainda mais o latifúndio feudal. Teríamos, assim, um novo pacto de poder e as condições propícias para um novo regime.

Nesse novo pacto de poder, constituindo-se a *quarta dualidade brasileira*, teríamos como sócio menor uma nova burguesia rural – o latifúndio capitalista, uma dissidência do velho latifúndio feudal – (representando o polo interno) e como sócio maior a burguesia industrial (representando o pólo externo). Para Rangel (1981a, p.33) como os dois pólos se aproximam, em relação aos modos dominantes de produção, "a economia e a sociedade se homogeneízam, prenunciando o fim do próprio fenômeno da dualidade".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil, nos anos 1980, não reagiu à estagnação mundial de modo positivo como fez na fase recessiva da economia mundial nos anos 1930. A economia brasileira entrou em recessão, a mais prolongada e grave, desde que iniciou seu processo de industrialização.

Esse período de crise já havia sido previsto por Rangel, que inclusive propôs uma alternativa para a retomada do desenvolvimento econômico antes que a crise se estabelecesse. No entanto, o que assistimos nos anos 1980, e diríamos que se prolongou pelos anos 90, foi a implantação de um "modelo" que embaraçou a continuidade das transformações pelas quais a economia brasileira vinha passando. Em vista disso, o "acerto" do diagnóstico de Rangel pode ser comprovado pelos resultados do modelo adotado que comprometeram a possibilidade de retomada do desenvolvimento.

Como era, e diríamos que ainda é, comum no Brasil, nos períodos de crise a velha ilusão volta à ordem do dia, a ilusão de que a pressão inflacionária ocorre devido a uma demanda supostamente excessiva. A partir desse diagnóstico, a proposta de "pausa para respirar" entra na ordem de cogitações. Dizia Rangel que, como das outras vezes, nos ciclos breves pretéritos, o problema verdadeiro, que é a necessidade de preparar nova área de oportunidades de investimento - capazes de induzir a uma utilização mais completa da capacidade produtiva já criada - é passado para segundo plano ou, simplesmente, ignorado.

Desse modo, passa-se a defender a necessidade de "comprimir o consumo", o que implica na compressão dos salários, a fim de elevar a massa de recursos livres para o investimento. Ora, vimos que isso não ocorre. O sistema econômico brasileiro operava à base de uma elevada taxa de exploração, segundo diagnóstico de Rangel, e continua a fazê-lo gerando recursos vultosos sem aplicação produtiva. Nos anos 1990, não havia razão para que uma economia, cuja produção industrial por habitante ainda não tinha voltado ao nível de 1980, pudesse ser definida como em regime de pleno emprego ou com uma demanda supostamente excessiva. O fato é que a recessão não se justificava como uma solução cabível para um país que enfrentava uma grave crise social e econômica. E a ninguém escapa que a inflação se agravou com a recessão.

Nos anos 1980/1990 o Brasil e o mundo passavam por mudanças profundas, o que exigia soluções de maior profundidade. Ora, o grau de autarquia alcançado pela nossa economia, por exemplo, teria que ser modificado, sendo necessário promover uma programada reabertura. Entretanto, nessa matéria, como em diversas outras, isso ocorreu de modo bastante equivocado, pois ao invés de um planejamento estatal do comércio exterior, nossas relações externas foram

entregues ao comando da fabulosa "mão invisível", expondo nossa economia a um "dumping" por parte dos países desenvolvidos.

Nosso país foi conduzido a uma situação de extrema gravidade. O Estado brasileiro perdeu o rumo e seus instrumentos de controle e comando foram seriamente danificados. Não se tratava de uma crise circunscrita a certos setores econômicos, mas de uma crise que penetrou o sistema econômico como um todo. Sem resolver o problema dos investimentos de que nossa economia carecia, o parque industrial que havíamos equipado foi sendo desmantelado. E isso depois de termos alcançado uma das taxas mais altas de crescimento econômico do mundo e de construir uma indústria e um mercado interno entre os maiores do mundo.

A abertura comercial e financeira indiscriminada, reforçada a partir dos anos 90, fez com que nossa economia ingressasse de maneira subordinada no mercado financeiro internacional e nossa indústria, tendo em vista esse processo, enfrentasse grandes desafios, que, no geral, mais contribuíram para a perda do seu dinamismo. Não poderia mesmo ser dinâmica uma indústria que se deparava com uma das mais altas taxas de juros do mundo, uma moeda sobrevalorizada e um mercado interno em plena desagregação. A solução era mesmo desafiadora.

Nessas condições, as políticas marcadamente antissociais contribuíram para agravar a crise social, adicionando milhões de trabalhadores à condição de desemprego e subemprego e, consequentemente, à miséria, à mendicância, à violência e todas as formas precárias de vida possíveis. As desigualdades sociais se aprofundaram, enquanto o país era submetido aos interesses das instituições financeiras internacionais, o que implicava na perda de nossa soberania. Os interesses internacionais foram colocados acima das necessidades mais básicas e fundamentais do povo brasileiro. Para assegurar o pagamento de parcela significativa dos juros da dívida interna abriu-se a economia ao capital financeiro e produtivo internacional, realizando-se privatizações desorientadas e sem preocupação maior com os interesses nacionais e com a regulação dos serviços públicos.

Algumas das contribuições do pensamento rangeliano residem no fato de, logo cedo, ter o autor percebido que um dos problemas centrais de nosso processo de acumulação era a necessidade de transferir recursos excedentes (poupança) para setores carentes de investimentos; esclarecer a gênese e o funcionamento dos nossos movimentos cíclicos; e analisar a inflação como mecanismo de defesa do sistema econômico. Mas suas ideias não ficaram circunscritas aos fatores econômicos. Rangel procurou superar as barreiras interdisciplinares que tendem a esterilizar o pensamento econômico. Por isso, dizia que a retomada de nosso desenvolvimento está subordinada à ação do Estado e das classes sociais

que a compõem, ou seja, associava os problemas econômicos brasileiros aos fatores políticos e sociais.

No entanto, não seria fácil explicar, com base na interpretação rangeliana, esse acúmulo de problemas que tomou o Estado, a economia e a sociedade brasileira nas décadas de 1980 e 1990, desgastando o quadro institucional e modificando a correlação de forças das classes políticas no poder. Assistimos a um fortalecimento do "latifúndio capitalista", mas a "burguesia industrial" que assumiria o papel hegemônico do novo pacto de poder, no entanto, viu-se paralisada diante de mudanças institucionais que, ao invés de promover sua ascensão ao campo hegemônico, reduziu, contraditoriamente, sua capacidade política em enfrentar as enormes adversidades.

Rangel considerava, na época, que a paralisia do Estado não significa, necessariamente, que as mudanças institucionais indispensáveis não poderiam ser feitas. O Brasil assistia uma mudança nos pactos fundamentais de poder, que é o modo peculiar pelo qual a sociedade brasileira muda. No seu entender, esse modo peculiar dificulta mudanças bruscas e facilita transições graduais. Entretanto, a burguesia industrial ao se associar ao capital financeiro de forma subordinada não cumpriu o papel imaginado por Rangel.

Assim, não poderíamos afirmar que a análise feita por Rangel para a crise dos anos 80, como suas propostas para saída da crise, fossem equivocadas, em virtude do que aconteceu depois. A partir da sua interpretação do capitalismo brasileiro, Rangel desenvolveu um diagnóstico e propôs uma intervenção, mas a história desenrolou-se na contramão do que ele propunha. Suas ideias não foram incorporadas no âmbito da política econômica e suas possibilidades prospectivas foram, como vimos, se extinguindo. Tal como o "milagre" gerou o "antimilagre", a sua "profecia" tornou-se uma "antiprofecia".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, C.; BIELSCHOWSKY, R.; CASTRO, M. H. M. Notas sobre o pensamento de Ignácio Rangel no centenário de seu nascimento. Revista de Economia Política, São Paulo, v.34, n.4, 2014.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro:** o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 4ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

_____. Ignácio Rangel. In: PERICÁS, L. B.; SECCO, L. **Intérpretes do Brasil**: clássicos, rebeldes e renegados. São Paulo: Boitempo, 2014.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; REGO, J. M. Um mestre da economia brasileira: Ignácio Rangel. In: MAMIGONIAN, A.; REGO, J. M. (Orgs.). **O pensamento de Ignácio Rangel**. Florianópolis: PPGG/UFSC, 1998.

BRASIL. II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-79). Brasília: Imprensa Oficial, 1974.

CANO, W. (1979). Prefácio. In: RANGEL, I. **Ciclo, tecnologia e crescimento**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

CASTRO, M. H. M. Nosso mestre Ignácio Rangel. In: RANGEL, I. Obras Reunidas, 2005. V. 1.

ESPÍNDOLA, C. J.; BASTOS, J. M. Ignácio Rangel e a crise brasileira. Revista Princípios, São Paulo, Ed. 76, p.72-77, 2004.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

O que é revolução? In: PRADO JR., C.; FE	ERNANDES, F.	Clássicos	sobre a
revolução brasileira. São Paulo: Expressão Popular, 2000	0.		

(1968). Sociedade de classes e subdesenvolvimento. São Paulo: Global, 200

FURTADO, C. A pré-revolução brasileira. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
Formação econômica da América Latina. Rio de Janeiro: Editora Lia, 1969.
Análise do 'modelo' brasileiro. São Paulo: Civilização Brasileira, 1972.
O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
O Brasil pós-"milagre". Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
Teoria e política do desenvolvimento econômico . São Paulo: Abril Cultural, 1983.
(1961). Desenvolvimento e subdesenvolvimento . Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2009.
JABBOUR, E. Ignácio Rangel e a economia política do Brasil. Revista Princípios , n. 93, p. 21-25, dez./jan., 2007/2008. Disponível em: < http://revistaprincipios.com.br/artigos/93/cat/762/ignácio-rangel-e-a-economia-política-do-brasilhtml>
KONDRATIEFF, N. D.; GARVY, G. (1926). Las ondas largas de la economia. Madrid: Revista de Occidente, 1946.
LIMA, M. C. (Org.). Os boêmios cívicos: a Assessoria Econômico-Política de Vargas (1951-1954). Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado, 2013.
MALTA, M. M. Ignácio Rangel e a categoria dualidade básica: uma interpretação do Brasil. Nova Economia , Belo Horizonte, v. 24, n. 1, 2014.

MAMIGONIAN, A. Notas sobre as raízes e originalidade do pensamento de Ignácio Rangel.

In: MAMIGONIAN, A.; REGO, J. M. (Orgs.). O pensamento de Ignácio Rangel.

Florianópolis: PPGG/UFSC, 1998.

MANTEGA, G. **A economia política brasileira.** São Paulo: Livraria e Editora Polis; Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

MERCADANTE, P. Ignácio Rangel e a substância de nossa realidade. In: MAMIGONIAN, A.; REGO, J. M. (Orgs.). **O pensamento de Ignácio Rangel**. Florianópolis: PPGG/UFSC, 1998.

PAIM, G. Ignácio Rangel: um intérprete original da realidade brasileira. In: MAMIGONIAN, A.; REGO, J. M. (Orgs.). **O pensamento de Ignácio Rangel**. Florianópolis: PPGG/UFSC, 1998.

PEDRÃO, F. C. Ignácio Rangel. Estudos Avançados, São Paulo, v. 15, n. 41, 2001.

_____. A dialética da rebeldia desde Rangel até hoje. In: HOLANDA, F. M.; ALMADA, J.; AFFONSO DE PAULA, R. Z. (Orgs.). **Ignácio Rangel, decifrador do Brasil**. São Luís: EDUFMA, 2014. p. 83-99.

PEREIRA, J. M. D. O centenário de Ignácio Rangel. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 34, n. 4, p. 544-564, out./dez. 2014.

PEREIRA, R. M. F. do A. **A geografia e as bases da formação nacional brasileira:** uma interpretação fundamentada nas ideias de Ignácio Rangel. Tese (Doutorado em Geografia) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

PIZZO, M. R. Rangel e a concessão de serviços públicos à iniciativa privada. In: MAMIGONIAN, A.; REGO, J. M. (Orgs.). **O pensamento de Ignácio Rangel**. São Paulo: Editora 34, 1998.

PRADO JR., C. (1968). História e desenvolvimento . São Paulo: Brasiliense, 1989	€.
(1942). Formação do Brasil contemporâneo . São Paulo: Brasiliense, 20	04a.

__. (1966). A revolução brasileira. São Paulo: Brasiliense, 2004b.

RANGEL, I. A presente crise das finanças públicas. Congresso Constituinte, subcomissão d
sistema financeiro, Brasília-DF, 198
O futuro do comércio exterior. Folha de São Paulo , São Paulo, 13 out. 1987a.
Privatização e mudanças institucionais. Folha de São Paulo, (sem data), 1987b.
Privatização, a única saída. Folha de São Paulo, (sem data), 1987c.
A história da dualidade brasileira. Revista de economia política , São Paulo, v.1, n.4 out/dez, 1981a.
A presença estatal na economia. Folha de São Paulo, 10 jan., 1981b.
Investimento público e privado. Digesto Econômico , jan./fev., 1988a.
O outro lado da privatização. Folha de São Paulo , 21 mai., 1988b.
O presidente e os mestre da economia. Folha de São Paulo , (sem data), 1990.
Entrevista com o professor Ignácio de Mourão Rangel. Revista Geosul , Florianópolis n°5, ano II, 1988c.
A Economia e a Política. Folha de São Paulo , São Paulo, 1988d. Disponíve em:< http://www.interpretesdobrasil.org/index.php?pageId=adminGetFileContent&fieldName=content&docId=92 >
A conceituação de empresa nacional. Folha de São Paulo , São Paulo, 23 abr. 1988e
Empresas estatais e privatização. Folha de São Paulo , 10 dez., 1988f.
Energética. Folha de São Paulo, 10 jul., 1988g.

Ninguém ganha com a recessão. Folha de São Paulo, 10 jan., 1989.
Um fio de prosa autobiográfica com Ignácio Rangel. São Luís: IPES/UFMA/SIOGE, 1991a.
Ignácio Rangel (depoimento 1987). Rio de Janeiro: FGV/CPDOC – História Oral, 1991b. 34p.
A era das substituições. Economia em debate , n.02, ano 01, 1990.
Obras reunidas . Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. 2 V.
(1954). O desenvolvimento econômico no Brasil. In: Obras reunidas. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. V. 1.
(1955). Introdução ao desenvolvimento econômico brasileiro. In: Obras reunidas. Ignácio Rangel. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. V. 1.
(1957). A dualidade básica da economia brasileira. In: Obras reunidas . Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. V. 1.
(1960). O Desequilíbrio. In: Obras reunidas . Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. V. 2.
(1962a). A dinâmica da dualidade brasileira. In: Obras reunidas. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. V. 2.
(1962b). A questão agrária brasileira. In: Obras reunidas. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. V. 2.
(1963). A inflação brasileira. In: Obras reunidas . Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. V. 1.

(1969). Desenvolvimento industrial do Brasil e suas características dominantes. In:
Obras reunidas . Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. V. 2.
(1972). Perspectivas econômicas brasileiras para a próxima década (anos 70). In: Obras reunidas . Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. V. 2.
(1977). Recapitulando a questão agrária brasileira. In: Obras reunidas . Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. V. 2.
(1978). Dualidade e "escravismo colonial". In: Obras reunidas . Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. V. 2.
(1980a). Recursos ociosos e política econômica. In: Obras reunidas . Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. V. 1.
(1980b). Revisitando a questão nacional. In: Obras reunidas . Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. V. 2.
(1982). Ciclo, tecnologia e crescimento. In: Obras reunidas . Ignácio Rangel. Vol. I. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
(1985). Economia: milagre e antimilagre. In: Obras reunidas . Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. V. 1.
(1986a). A questão da terra. In: Obras reunidas . Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. V. 2.
(1986b). Posfácio à quinta edição de A inflação brasileira. In: Obras reunidas . Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. V. 1.
(1987). Economia brasileira contemporânea. In: Obras reunidas . Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. V. 2.

(1989). Feudalismo e propriedade fundiária. In:	Obras reunidas . Rio de
Janeiro: Contraponto, 2005. V. 2.	
(1992). Do ponto de vista nacional. In:	. Obras reunidas. Rio de Janeiro:
Contraponto, 2005. V. 2.	

REICHSTUL, H. P.; COUTINHO, L. Investimento estatal 1974-1980: ciclo e crise. In: BELLUZZO, L. G. M.; COUTINHO, R. (Orgs.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil**: ensaios sobre a crise. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983. V. 2.

SANTOS, M. O trabalho do geógrafo no terceiro mundo. São Paulo: EDUSP, 2009.

SANTOS, V. F.; MARQUETTI, A. Ciclos, instituições e dualidade econômica: Rangel. In: CALIXTRE, A. B.; FILHO, N. A. (Orgs.). **Cátedras para o desenvolvimento**: patronos do Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

SERRA, J. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. In: BELLUZZO, L. G. M.; COUTINHO, R. (Orgs.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil**: ensaios sobre a crise. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

SOARES, P. de T. P. L. Convergências entre Ignácio Rangel e Delfim Neto: uma leitura com base em Lênin. In: HOLANDA, F. M.; ALMADA, J.; AFFONSO DE PAULA, R. Z. (Orgs.). **Ignácio Rangel, decifrador do Brasil**. São Luís: EDUFMA, 2014. p. 162-202.

TAVARES, M. da C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.